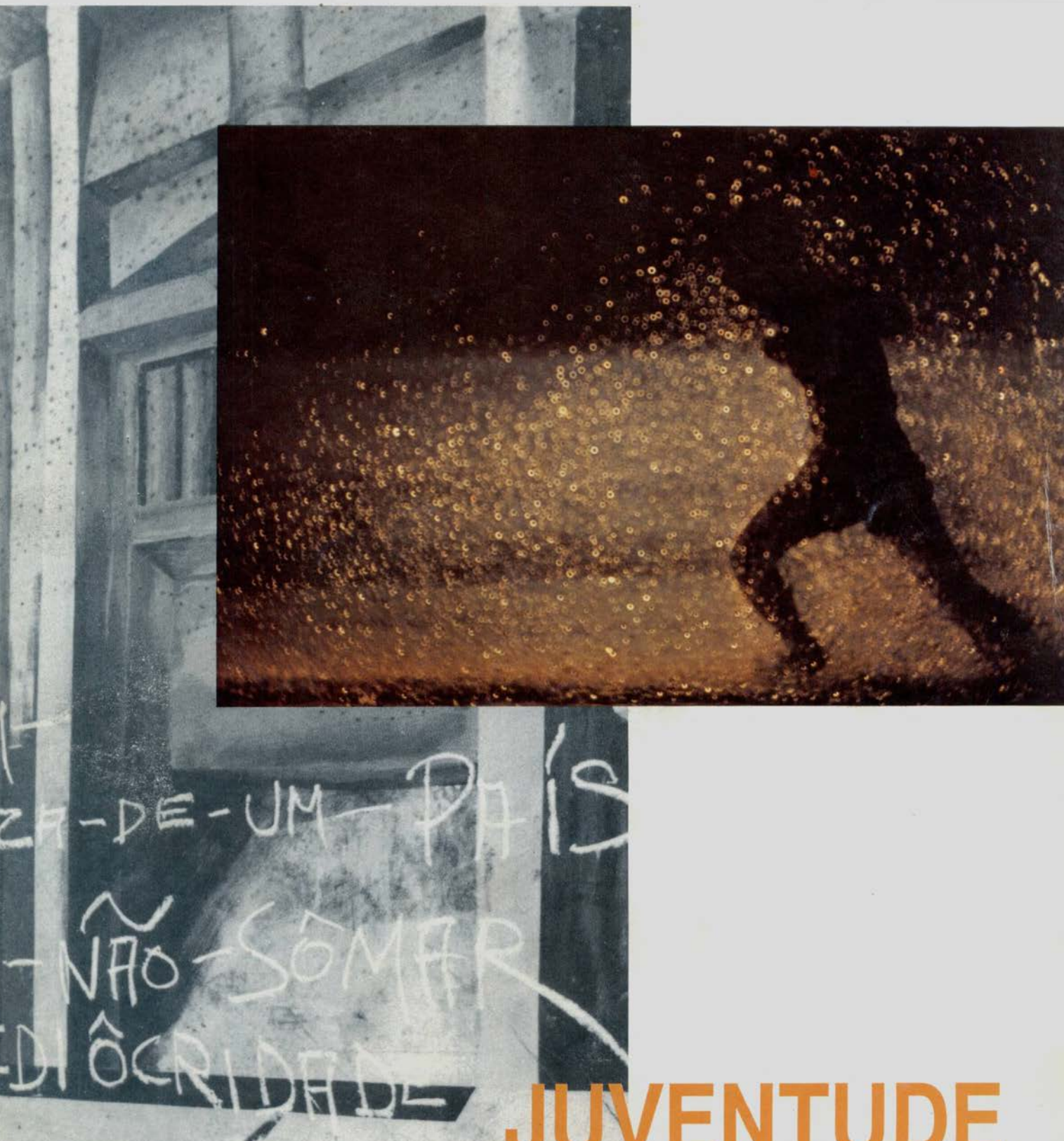
tempo e presença

Publicação do CEDI ■ Número 262 ■ Ano 14 ■ Cr$ 3.000,00



JUVENTUDE

EDITORIAL

NOVA ORDEM, TRANSGRESSÃO E SENTIDOS

Regina Vilela / O São Paulo

As radicais e extensas transformações que estão acontecendo no mundo como um todo atingem de forma muito aguda a juventude. Num país, como o Brasil, no qual a maioria da população é formada de jovens, esses efeitos são mais acentuados. As frustrações da atual geração se acumulam e se evidenciam, algumas vezes, na desesperança e na revolta. Os sonhos, os projetos podem ser abortados a qualquer momento por forças poderosas, nacionais e internacionais, que reduzem o mundo aos seus interesses políticos e econômicos.

Entretanto, uma das expressões mais salutares da juventude é a ousadia da "transgressão". Não uma "transgressão sem sentido", mas uma constante busca da verdade, com uma fala sem fingimento, denunciadora da hipocrisia da sociedade e questionadora de certos valores tradicionais. A juventude é fonte viva em favor da justiça, sensível a aspectos da vida que gerações antigas não valorizaram na devida dimensão, como o amor à natureza, a gratuidade das relações, a importância do afeto e da emoção, o desprezo ao formalismo e a liberdade de criar.

Essa juventude está sendo massacrada por uma sociedade que se rege pelos valores da riqueza material, pelo ganho fácil, pela massificação da cultura, pela redução das utopias.

Afirma-se que a juventude de hoje não tem mais sonhos. Será isso verdade? Ou quem sabe se as antigas gerações estão querendo que suas utopias, algumas certamente significativas, deveriam se manifestar com a mesma vitalidade nos dias atuais? As transformações históricas trouxeram novos questionamentos, e muitas instituições que foram representativas dos anseios da juventude não tiveram a sensibilidade para se adaptar a um outro momento. Isso é verdadeiro para organizações de jovens que atuavam no campo político, eclesiástico, ecumênico e estudantil. É preciso acreditar que o vento forte e saudável da juventude, desafiando as velhas formas de sociedade, pode sensibilizar outras forças para a construção de um mundo melhor.

Vivemos ainda um grande paradoxo na ordem internacional. Enquanto se enfatiza a formação dos grandes conglomerados políticos e econômicos e se fortalecem os megaprojetos industriais com uma abrangência planetária, assistimos ao ressurgimento de profundos sentimentos étnicos e nacionalistas, que não podem ser interpretados sem se levarem em conta a especificidade e a complexidade desses fenômenos de tão alta importância, reduzindo-os a um reflexo de interesses sociais. E o que dizer da nova onda neoliberal, alardeando falsos problemas, que, proclamando-se em favor da ampla liberdade dos indivíduos, reduz pela sua política a maior parte da população do mundo a uma situação de dependência e subordinação aos interesses dos países ricos?

Encontrar os sentidos diversos de tempos de reestruturações diversas no sistema e resistências várias da sociedade civil é preocupação que atravessa este número de Tempo e Presença. Desde a transgressão da juventude até as possibilidades humanas no Terceiro Mundo assume-se na edição uma perspectiva mais ecumênica e democrática ao debate.

ÍNDICE

Juventude

5 JUVENTUDE E UTOPIA
Circe Navarro Vital Brazil

7 PERPLEXA, INQUIETA E SEM UTOPIAS
Ivana Bentes

11 "NÃO CONFIE EM NINGUÉM COM MAIS DE 30 ANOS"
Paulo Cezar Loureiro Botas

14 IDEAIS E SONHOS DOS JOVENS DOS PAÍSES RICOS

15 AS PASTORAIS DE JUVENTUDE NO CONTEXTO PÓS-INDUSTRIAL
Luiz Alberto Gómez de Souza

18 O ENCANTO ESTÁ AUSENTE
Reynaldo Leão

20 RECUPERAR A REPRESENTATIVIDADE DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS
Entrevista / Hamilton Lacerda

23 ENTRE A RAZÃO E O SONHO
Magali do Nascimento Cunha

Blocos econômicos, nacionalismos e liberalismo

26 OS ANOS DE 1990 VISTOS DO SUL: DESAFIOS E TENDÊNCIAS

29 NACIONALISMO COMO ARTEFATO CULTURAL
José Reginaldo Gonçalves

32 LIBERALISMO: A IDEOLOGIA DO ATRASO
Emir Sader

Evangelização e cultura

35 PLURALIDADE E GRATUIDADE
Claudio Ribeiro

Cultura

38 A PERIFERIA DE SÃO PAULO DESCOBRE OS ÍNDIOS TUPI DO CUMINAPANEMA
Omar Ribeiro Thomaz

América Latina

42 O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA
Reinaldo Gonçalves

45 RELAÇÕES DO ESTADO E MERCADO NA AMÉRICA LATINA
Franz J. Hinkelammert

Rubem Alves

46 UM BARBANTE PELO BURACO DA PORTA

Bíblia hoje

48 E DEUS DESCANSOU!
Júlio Paulo Tavares Zabatiero

Resenha

51 REFLEXÃO DE UMA LUTADORA PELA LIBERDADE
Magda de Almeida Neves

Eraldo Platz / Ênfase

JUVENTUDE

A construção de novas utopias, a perplexidade da atual geração, a criatividade das "transgressões", a perda de significado das antigas organizações de juventude, os novos desafios para a pastoral, além de muitas informações, são tratados sob diversas perspectivas nesta edição. Páginas 5 a 25

CONTRADIÇÕES INTERNACIONAIS

Ao mesmo tempo que o mundo se concentra em grandes blocos econômicos e políticos, com projetos planetários, emergem em várias partes as lutas étnicas e nacionalistas. Também a proposta liberal se contradiz à dominação crescente dos países ricos que impõem sua política às nações pobres. Páginas 26, 29, 32 e 42

IMAGENS DOS ÍNDIOS

A sociedade tem uma visão muito diferenciada dos indígenas brasileiros. Uma pesquisa realizada na periferia de São Paulo oferece um mosaico muito interessante de como o povo vê o índio. Páginas 38 a 41

EVANGELIZAÇÃO E CULTURA

Talvez seja este um dos maiores desafios para as igrejas hoje. As comemorações dos 500 anos, a Conferência de Santo Domingo e o 8º Intereclesial de CEBs serão ocasiões fortes para esse debate. Páginas 35 a 37

O DESCANSO E NÃO O TRABALHO

Um instigante estudo bíblico afirma que Deus abençoou o descanso, dando-lhe até mesmo a primazia, o que contraria muitas interpretações que têm no trabalho o centro da vida. Páginas 48 a 50

Biblioteca - Koinonia
(X) Cadastrado
(Y) Processado

CARTAS

tempo e presença

Revista bimestral do CEDI
Março / abril de 1992
Ano 14 – nº262

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
22211 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 242-8847

Av. Higienópolis, 983
01238 São Paulo SP
Telefone (011) 825-5544
Fax (011) 825-7861

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
Heloísa de Souza Martins
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

EDITOR
Jether Pereira Ramalho

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Paulo Roberto Salles Garcia
MTb 18481

EDITORES ASSISTENTES
Rafael Soares de Oliveira
Maria Cecília Iório
Beatriz Araújo Martins

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Beatriz Araújo Martins

EDITORA DE ARTE
Anita Slade

REVISOR E DIGITADOR
Paulo Roberto Salles Garcia

PRODUÇÃO GRÁFICA
Supernova

FOTOS DA CAPA
F. Otoni / CEDI e J. R. Ripper / Imagens da Terra

FOTOLITOS E IMPRESSÃO
Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso
Cr$ 3.000,00

Assinatura anual
Cr$ 10.000,00

Assinatura de apoio
Cr$ 12.000,00

Assinatura/exterior
US$ 50,00

ISSN 0103-569X

A publicação *Tempo e Presença* nº 260 chamou-me mais a atenção, devido ao tema escolhido estar voltado à situação da política de saúde no país. Pois nós profissionais temos conhecimento da situação, porém a sociedade precisa ser melhor informada, e a *Tempo e Presença* alcança outros segmentos da sociedade. Asseguro que trata-se de um periódico que retrata com clareza sua linha de ação dentro dos movimentos sociais.

Parabenizo a *Tempo e Presença* por destacar entre os diversos temas sociais a questão saúde, nesse número (260), ampliando a participação do povo na luta pela democratização da saúde e da sociedade.

Maria Ilk N. de Albuquerque
Arcoverde/PE

A revista *Tempo e Presença* sobre saúde está ótima. O material é muito útil para nosso trabalho comunitário.

Iranilde Terezinha Jardim
São Paulo/SP

Acusamos o recebimento da revista *Tempo e Presença*, cujo conteúdo é de grande importância ao estudo e divulgação da ecologia.

Luiz Rosa Camargo
Presidente do Grupo Ecológico Minha Terra
Porto Ferreira/SP

Temos a grata satisfação de acusar o recebimento do exemplar da revista *Tempo e Presença* e da publicação ABC Rio 92, enviado por V.Sa. ao IBAM. Ressaltamos a importância deste material de consulta para os nossos trabalhos.

Hélia Nacif Xavier
Assessora Técnica do Centro de Estudos e Pesquisa Urbanas
Rio de Janeiro/RJ

É com grande prazer que comunicamos o recebimento da *Tempo e Presença* número 261. Parabéns pelo excelente nível que a revista nos oferece, pois trata de temas da atualidade social.

José Irineu Sensato
Presidente do Clube dos Amigos da Ecologia e do Meio Ambiente
Ribeirão Pires/SP

Foi grande a satisfação de colaborar na edição especial Meio Ambiente da revista *Tempo e Presença*. Uma revista que vem se constituindo numa referência importante para o movimento popular, além de circular no meio universitário, sempre com boa repercussão.

Cabe meus cumprimentos pela tradição editorial já estabelecida, marcada pela abordagem temática, com o rigor de especialistas.

Wagner Costa Ribeiro
Autor do artigo "Os trabalhadores e a Reprodução da vida" publicado na última edição de *Tempo e Presença* sobre Meio Ambiente.
São Paulo/SP

Sou religioso, trabalho com a formação de futuros presbíteros e acho importante a ajuda que a revista *Tempo e Presença* tem me dado para que os nossos jovens formando conheçam mais e melhor o país em que vivemos.

Pe. Joelson Cezar Sotem
Araucária/PR

Aproveito para enviar aos srs. os melhores votos. Que 1992 seja menos angustiado que 91. Não se deixem impressionar pela crise. Os movimentos populares precisam de instrumentos como esta revista. As preocupações pelo trabalho impedem que a gente possa colaborar mais com estas iniciativas.

Pe. Luis Tonetto
Igara/BA

Os meus calorosos cumprimentos e agradecimentos pelos generosos envios da revista *Tempo e Presença*. A leitura da revista tem sido um manancial de experiências para o meu Ministério Pastoral na Seara do Senhor.

Henrique E. Daviel
Luanda/Angola

Companheiros de *Tempo e Presença*, a todos vocês, força e sabedoria, continuem sendo o tempo-presente no conjunto do movimento popular, com a criatividade necessária para esta importante revista.

A todos que compõem a equipe do CEDI, nossas felicitações, de mim e a família.

Raimundo José da Costa
(Agricultor) Sousa/PB

LEIA E ASSINE

TEMPO E PRESENÇA

Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação bimestral voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

Assinatura anual Cr$ 10.000,00
Assinatura de apoio Cr$ 12.000,00
Exterior US$ 50.00
Número avulso Cr$ 3.000,00

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI, aos cuidados do Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129 – CEP 22211 – Rio de Janeiro – RJ
Av. Higienópolis, 983 – CEP 01238 – São Paulo – SP

A juventude instala-se sobre o curso da história e de valores em mudança, como ela própria sinônimo de novidade e mutação. Destaca-se, assim, sua sagaz sensibilidade ao pluralismo, à diferença e à democracia, que passa pela tensão individual/coletivo

Ricardo Funari / Imagens da Terra

JUVENTUDE E UTOPIA

Circe Navarro Vital Brazil

Os seres humanos pretendem, para si, não apenas "poder", mas também "reconhecimento" e "riqueza". Há, no entanto, uma variedade de indivíduos neste mundo humano que apresenta metas e ideais distintos e consegue a admiração de seus contemporâneos.

Destacaríamos, nesse particular, a juventude em função de sua especificidade — uma fase de contestação no processo de desenvolvimento. O adolescente e o jovem adulto têm necessariamente que encontrar seus caminhos numa realidade social e histórica, têm que "transgredir com sentido", produzindo significações que são sustentadas por valores. Estes vão ser organizados "individualmente" pelo jovem, que pode ou não fazê-los coincidir com a utopia dominante de um determinado momento histórico.

A dinâmica da transgressão. A produção de utopias decorre de um processo de idealização, de uma necessidade de o sujeito projetar um mundo melhor que corresponda aos seus anseios. A organização de valores está referida ao que a Psicanálise concebe como o "Ideal do Eu", antecessor do "superego", que vai constituir-se como instância psíquica na segunda tópica freudiana. Este "Ideal do Eu" não apenas promove a idealização como processo "sublimatório" que vai constituir as utopias na cultura, indicando valores associados a um "bem coletivo" (igualdade, fraternidade e liberdade), como se refere a "escalas de valores individuais" que se estruturam para orientar a escolha do homem em sua vida.

Às utopias se opõem a "razão cínica", a perversidade do imediatismo do lucro, a regra da "vantagem imediata" que o capitalismo "selvagem", exacerbando o individualismo, vai opor a qualquer consideração do "bem coletivo".

Se a transgressão, como um fenômeno psicológico que faz parte da constelação da "crise do adolescente" em busca de sua identidade, fica sem sentido, a juventude fica perdida, sem, até mesmo, o valor de "constelação" que qualquer nova geração traz para manter a dinâmica da história e a renovação de valores.

Se estabelecemos uma dialética entre a razão cínica individualizada ou generalizada para uma geração e a utopia, resssaltando a oposição individual/coletivo, estaremos bem mais próximos de ter um quadro de nossa realidade conflitiva.

AMÉRICA LATINA

JUVENTUDE / RELAÇÕES FAMILIARES

Os brasileiros são os que menos estudam e os que mais cedo entram no mercado de trabalho (em %).

	Brasil	Colômbia	Porto Rico	Venezuela	México	Peru	Argentina
Vivem com os pais	82%	85%	84%	73%	88%	86%	94%
Os pais estão juntos	67%	67%	66%	57%	80%	73%	—
Estudam	58%	73%	74%	64%	85%	75%	74%
Trabalham	50%	28%	37%	33%	31%	24%	40%
Solteiros	90%	94%	88%	90%	94%	94%	97%

Fonte: Pesquisa publicada no Jornal do Tarde em maio/91

AMÉRICA LATINA

AS PERCEPÇÕES DA JUVENTUDE

(Escala de avaliação de 1 a 7)

	Brasil	Colômbia	Porto Rico	Venezuela	México	Peru	Argentina
Os jovens estão confusos e não sabem exatamente o que fazer	5,20	4,58	4,86	5,46	4,60	5,19	5,20
Há uma falta de liderança entre os jovens	5,14	4,60	4,26	5,30	4,30	4,69	4,20
Nenhum esforço é feito para maior participação política	4,93	4,45	—	4,46	4,40	4,18	—
Os jovens não têm ideais	3,95	3,39	3,75	4,18	3,60	4,18	3,70

Fonte: Pesquisa publicada no Jornal da Tarde em maio/91

IDÉIAS E SONHOS DA JUVENTUDE

A McCann-Erickson, multinacional de propaganda, realizou pesquisa intitulada "O estudo da juventude na América Latina /1990". Depois de entrevistar 6 mil jovens do Continente, a pesquisa concluiu que o jovem latino-americano:

- está adotando uma atitude de não-envolvimento em questões sociais e políticas, porque não vê espaço para participar;
- está tendendo ao individualismo;
- valoriza a família e, em segundo lugar, a carreira como objetivos de vida;
- encara a modernidade como avanços em questões de controle da natalidade, por exemplo, mas é conservador no que diz respeito à liberalização sexual;
- enfatiza valores tradicionais, como amor, família, fidelidade.

O trabalho mostra ainda que algumas mudanças vão ter lugar em breve e o jovem, que está com energia canalizada e não sabe como utilizar, vai tomar a dianteira.

Fonte: Jornal da Tarde, 27/5/91

Cinismo e idealizações. Nossa hipótese é a de que qualquer pesquisa, num corte transversal, do que vive a juventude nos dias de hoje encontraria tanto o cinismo de uma negação de valores quanto idealizações associadas a antigas utopias ou a novas organizações de valores ideais que estão se formando. Não é possível generalizar que todos os jovens são cínicos ou (exclusivo) que todos são idealistas.

Qualquer análise de nossa sociedade atual nos mostra que estamos entrando numa "temporalidade da cultura" em que nem a verdade nem a liberdade estão em conformidade com uma ordem preestabelecida, assim como não mais se vê na razão uma faculdade imutável, cujas evidências seriam infalíveis. Se a ordem humana não está oferecendo *a priori* critérios absolutos do que seja uma tese válida para todos, uma escolha "razoável" ou um bem comum que se apóie numa "certeza", o jovem precisa fundamentar sua iniciativa e seus valores para ganhar a adesão daqueles aos quais se dirige. Ele se servirá de argumentos que variarão de acordo com o grupo no qual ele se insere e a ordem que busca modificar. É nessa perspectiva que a idéia de razão dialética torna-se compreensível e não pode dispensar o apelo à liberdade e à interação constante do pensamento e da ação.

Essa condição colocou o jovem sem referência a modelos pré-fabricados numa dialética mais ou menos produtiva, descobrindo o "sujeito da história" e os "sujeitos políticos". Nesse momento, ele está mais consciente da "dinâmica da história", dos acontecimentos políticos que atingem a "aldeia global" em um ritmo surpreendente e alucinante, sem poder contar com uma "estabilidade de valores" que negue o movimento da história.

Diversidade de valores. Se não existe, assim, a dominância de valores absolutos, o sujeito social, político e no seu "vir-a-ser", enquanto "Eu" que assimila o "Não-Eu", enquanto "Eu" que se confronta com a sua negação e a sua contradição, fica preso à necessidade de se satisfazer com os "seus" valores que, sem poder ser vistos como "universais", têm que ser "compartilhados".

Essa é a posição da juventude que aceita a diversidade de valores e aguça sua sensibilidade para a oposição individual/coletivo, mostrando as diferentes razões sociais e, portanto, abrindo espaço para a democracia.

Conforme nos diz Fernando Pessoa: "... põe o quanto és no mínimo que fazes...", aceitando a diversidade sem negar os valores da cultura, reconhecendo as utopias como a busca de valores compartilhados; e dizendo, com Herbert de Souza, que "a democracia não se quantifica, se qualifica, porque o fundamento da democracia não é o Ibope, mas a ética"; os princípios fundadores e fundamentais da democracia (igualdade, liberdade, diversidade) incluem a participação e a solidariedade.

Circe Navarro Vital Brazil é doutora em Psicologia, professora do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia e Práticas Socioculturais da Uerj e em Psicologia Clínica da PUC/RJ.

PERPLEXA, INQUIETA E SEM UTOPIAS

Ricardo Funari / Imagens da Terra

Ivana Bentes

"Um urubu pousou na nossa sorte"
(Augusto dos Anjos)

O Brasil sempre foi definido pelo que não é. Não somos suficientemente capitalistas, não somos socialistas, não somos bárbaros, nem civilizados, nem modernos, nem pós-modernos. Não somos uma porção de coisas. Somos o país que poderia ter sido inventado e ainda não foi, e isso a despeito das mais belas e ingênuas utopias erguidas nessa quase-pátria: a utopia socialista-anarquista e antropofágica de Oswald de Andrade, nos anos de 1920; a utopia nacional-popular paternalista dos Centros Populares de Cultura da UNE, nos anos de 1960; a utopia marxista-leninista (o sonho guevarista) da conscientização do proletariado pelas esquerdas, de 1960 a 1980; o projeto visceral e grandioso do Cinema Novo; passando-se por todos os movimentos (modernistas, concretistas, tropicalistas, bossa nova) que conseguiram durante algum tempo suspender nosso complexo de inferioridade, produzindo obras significativas dentro de um regime de mal-estar secular e exuberante miséria. Mas, se o País nunca teve passado, nunca formamos uma "civilização", e no presente sempre esteve meio mal, já teve futuro. Só teve futuro, aliás, que agora está ameaçado de perder.

Hoje, o melhor, talvez, fosse falar não de utopia mas de uma "distopia" — uma anomalia na capacidade de crer —, que pode dar tanto numa ladainha pessimista como num otimismo crítico

Há, hoje, no País, uma geração que não pôde ou não quis e não quer ter utopias e que se move vasculhando entre os detritos das utopias passadas (das que estão mal das pernas e das recém-desmontadas), tentando não uma reconstituição das ilusões perdidas — já que nunca chegou a vivê-las plenamente —, mas catando nesse monte de ferro velho ainda incandescente, e que não pára de crescer, algumas peças que possam ser reaproveitadas.

Cobaias. Hoje, o melhor, talvez, fosse falar não de utopia, mas de uma "distopia" (uma anomalia na capacidade de crer), que pode dar tanto numa ladainha pessimista, como num otimismo crítico. Pois, se não temos mais aquele romântico e saudável delírio de onipotência, que ruiu com as gerações imediatamente anteriores e continua ruindo — "vamos construir um Brasil que corresponda às nossas melhores utopias" —, há ainda um desafio meio quixotesco de enfrentarmos, o "exterminador do futuro" que ronda o País. O Brasil realmente ainda não foi inventado, é, simplesmente, hoje, "o maior laboratório vivo da economia mundial", o grande laboratório do capitalismo periférico, e nós, os novos cobaias de uma série de fórmulas e planos ensandecidos que não deram certo até agora. O problema é que se os experimentos continuarem nesse ritmo esquizofrênico, não se sabe se um dia sairemos da proveta.

É difícil fazer um "clichê" (a foto, o instantâneo circunstancial) desse momento em que estamos atolados, já que, sem uma boa distância ou

perspectiva, pintamos um presente um pouco chapado. E o "instantâneo" ainda piora quando a impressão geral é de que "nada" está acontecendo de relevante no País que mereça ser retratado. Nada além de uma certa perplexidade e um certo pessimismo ativo (que leva a agir pelo menos localmente e na esfera privada, apesar do desânimo). Mas há alguns dados novos que, se não são ainda muito visíveis, já são sintomáticos de uma possível mudança.

Zona de limbo. Há, hoje, no Brasil, toda uma "geração", entre os 22 e os 30 anos, vinda da classe média, que

Há, hoje, no Brasil toda uma geração, entre 22 e 30 anos, vinda da classe média, que se encontra numa verdadeira zona de limbo, num purgatório que é a cara do País

se encontra numa verdadeira zona de limbo, num purgatório que é a cara do País. Uma "geração" que hoje atualiza um antigo dilema do Brasil: o de estar sempre entre o apocalipse, a catástrofe iminente e algo de novo, o "Ano Zero" da mudança. Uma geração "em projeto" e cujos projetos, que mal começam a tomar consistência (como o próprio País), podem ser abortados a qualquer momento. E isso numa época em que não dá para ter nem o vão orgulho de ser "incompreendido", duro, obscuro e marginal, pois isso, que já foi orgulho terceiro-mundista, hoje é sinônimo de miséria absoluta, sem qualquer tipo de compensação imaginária ou real.

A "geração 90" entra em cena nessas condições. Vivemos numa *twilight zone* entre os mestrados e doutorados das universidades, pelos cursos de línguas e especializações procurando patrocínios para filmes, peças, revistas especializadas ou nas redações dos grandes jornais, procurando uma brecha qualquer. O que não significa nenhuma obsessão para entrar no "mercado" a qualquer preço (geração de retardatários, que vem pagando bem caro por esse "pequeno luxo" de "ir devagar", luxo cada vez mais insustentável) e que ainda tenta "criar" um mercado diferencial querendo autoproduzir-se e produzir sua auto-sobrevivência: pesquisar, fazer filmes, dar aulas, publicar teses, expor seus trabalhos, expor-se, o que parece cada vez mais difícil. Atividades que não têm, hoje, nada de "elitistas" e são tão lúdicas quanto dolorosas, pois freqüentemente são freadas, travadas, abortadas.

Paradoxos. Somos, pois, uma geração "livre" e dura que vive o paradoxo de debutar numa democracia comprometida por uma ditadura econômica. Os pólos se inverteram ironicamente e mesmo que não haja aí nenhuma relação de causa e efeito, o fato doloroso é que saímos de um período de exceção e ditadura política com relativa estabilidade econômica (os anos de 1970, os "anos negros" para torturados e perseguidos políticos e que foram os "anos dourados" da nossa adolescência em meio ao "milagre" econômico) para entrarmos numa "normalidade" e alegria política (trazida com as eleições diretas em 1989) dizimada pela penúria e instabilidade econômica atual.

E nesses momentos de crise uma antiga suspeita volta insidiosa: a de que nascemos no país errado, na época errada e que a história passará ao nosso largo. Essa convicção marcou os filhos de classe média de todo o País, no fim dos anos de 1980, e se alastrou rapidamente entre os jovens das classes baixas. O Brasil, que nunca foi um país de emigrantes, viu aparecer, em 1980/90, os jovens nômades do capitalismo periférico que já engrossam as filas de visto dos consulados. Nós, que sempre fomos a reserva do exotismo e delírios tropicais, estamos abandonando o "paraíso" com algo tão sumário quanto a folhinha de parreira.

Se há, hoje, um certo refluxo dessa debandada, não se deve tanto a uma vontade orgulhosa de ficar e enfrentar o bicho com sua pior cara, mas a um movimento internacional de controle, de rechaçamento, de dissuasão e discriminação dos estrangeiros. Há outros fatores, ainda. Sair do Brasil, hoje, sem deixar contatos sólidos ou um início qualquer de "carreira" é voltar mestre, doutor, cineasta, especialista ou pesquisador, desempregado. Um ex-professor da Escola de Comunicação da UFRJ gostava de dizer, isso em 1983, e com toda ironia, que a universidade era o *playground* da classe média (o que não implica, nem brincando, que fosse contra o ensino público gratuito). Pois hoje, o *playground* é uma espécie de *campus* de concentração de jovens febris e ansiosos, empenhados desesperadamente em sair dali

AMÉRICA LATINA

OBJETIVOS DE VIDA

Numa escala de avaliação de 1 a 7, os jovens opinam sobre...

	Brasil	Colômbia	Porto Rico	Venezuela	México	Peru	Argentina
Ser famoso	4,46	4,80	5,07	5,38	4,90	5,12	4,20
Ser líder e ter poder	3,83	4,87	5,09	5,68	4,60	4,58	4,10
Viver em outro país	3,81	4,63	4,57	4,59	4,10	5,24	3,70

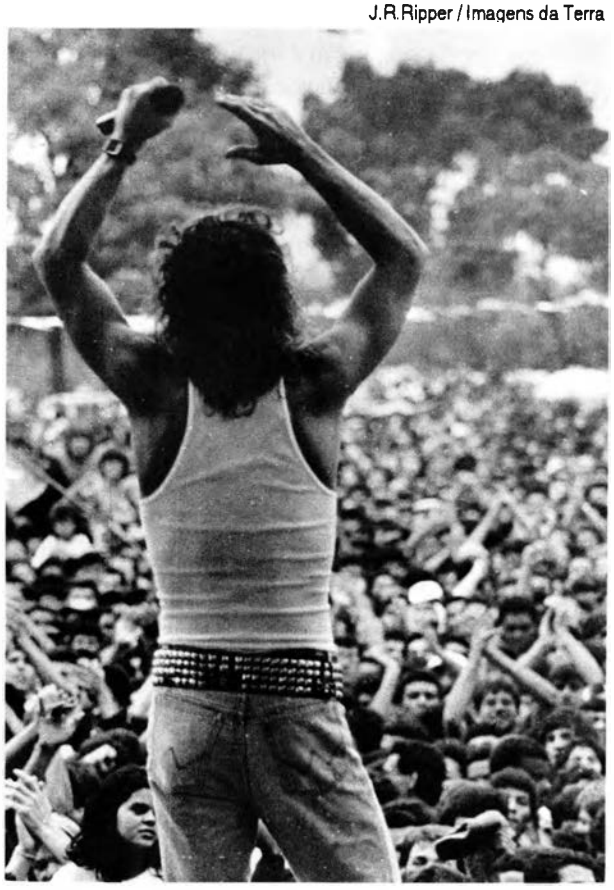
Fonte: Pesquisa publicada no Jornal da Tarde, em maio/91

com uma garantia de vida/emprego. A democratização do País, hoje, é isto: sinônimo de uma estranha igualdade de "direitos", a que nivela por baixo, que deixa todos "igualmente" ferrados, numa melhor e eficiente distribuição da miséria e da insegurança.

Mudanças rápidas. Essa "geração" atinge, pois, seu momento de decolagem em meio a uma das crises mais profundas do País e tendo como "pano de fundo" uma série de transformações radicais na configuração mundial. Aquela velha máxima, "ou vai ou racha", nunca foi tão pertinente, dilema que, no entanto, não é encarado apenas em relação aos projetos pessoais de cada um, mas diz respeito a um país inteiro — ou vamos ou rachamos com ele.

O que temos é uma realidade interna e externa que vem mudando numa velocidade incrível. Alguém dessa geração que tinha, em 1982, 18 anos e que tem 28 em 1992, passou em dez anos por mudanças radicais em vários níveis. No Brasil, passamos da alegria da campanha pelas diretas e das passeatas grandiosas para um luto e funeral nacional (morte de Tancredo). Euforia e depressão que se repetiram em pouquíssimo tempo: da festa da campanha eleitoral para presidente ao desastre e luto econômico da "Nova República". Luto econômico e ético em meio ao cinismo da classe dirigente que quer ser vista como moderna, e acena com um projeto mentiroso de modernidade e de democracia que depende, para sobreviver, das estruturas mais arcaicas e atrasadas do País (coronelismo nordestino, assassinatos, linchamentos, impunidades e privilégios, etc, etc.).

J.R.Ripper / Imagens da Terra



Rock no 1º de maio é irreverência jovem em São Bernardo / SP

Essa geração atinge o momento de decolagem em meio a uma das crises mais profundas do País e de transformações radicais no resto do mundo

Além disso, encaramos, espectadores televisivos da história, toda uma série de grandes acontecimentos internacionais. Tivemos que repensar nossa "educação sentimental e sexual" pelo surgimento da aids; acompanhamos a derrocada de alguns conceitos que ruíram com o muro de Berlim; assistimos a guerra do Golfo e ficamos ainda mais perplexos. Algo como a diferença entre o Ocidente e Oriente, por exemplo — mais encoberta que exposta pela ascensão de um Japão *Blade Runner, clean, high tech*, conservador e futurista —, reapareceu aqui em termos completamente diferentes e estarrecedores: o Oriente bárbaro, "feio, sujo e malvado" de Sadam Hussein, "atrasado", miserável, "latino". Isso tudo em meio a um show pirotécnico e a um catálogo de alta tecnologia de imagens apresentado pelos Estados Unidos via TV. Show que esclareceu uma outra suspeita que nos diz respeito. A questão das imagens e da tecnologia, a questão do cinema e da TV, passam, hoje, diretamente pela política e pela guerra, pela ética, e não pela bobajada latina, lacrimejante e moralista das telenovelas (e o Cinema Novo, por exemplo, não propunha outra coisa. Mas há cada vez mais equivocados que acham que Glauber, a encarnação do bárbaro tecnizado oswaldiano, que fez da câmera um instrumento estético-político, uma metralhadora cinética, e

JOVENS DUVIDAM DO FUTURO DO BRASIL

A geração entre 20 e 30 anos encontra-se, na maioria dos casos, sem esperanças. Atingiu a maioridade, votou para presidente, fascinada pelo mito da democracia, acreditando que nela estava a solução para grande parte dos problemas do País. O sonho não se tornou realidade. A gestão Collor desmoralizou a democracia e essa geração, como todos os brasileiros que apostaram nas urnas, vive hoje momentos de perplexidade.

Para muitos, a situação não vai mudar nem a curto nem a médio prazos; não deve acontecer nenhuma alteração significativa. Outros acreditam que um futuro melhor depende de um trabalho de base nas escolas, por meio dos meios de comunicação, nos quais a máquina de corrupção não estiver instalada.

Fonte: Depoimentos de jovens no Caderno Idéias do Jornal do Brasil, 1991

mostrou que "a revolução é uma estética", não tem lugar nesse Brasil "modernizado").

Enfim, vimos ainda as primeiras filas de soviéticos em frente ao McDonald's, a *Perestroika*, o golpe contra Gorbachev, a reação popular com a fulminante derrubada das estátuas do chefe da KGB e do próprio Lênin e o "fim" (enterrado muito às pressas) do socialismo.

Falar de utopia socialista, democrática, liberal, em termos redentores e salvacionistas de anteontem — para uma geração que está encarando, perplexa e atônita, revoluções por minuto há pelo menos dez anos e que têm que se viabilizar dentro de uma nova e instigante desordem nacional — seria, pois, uma "conversa de virgens entre violentados", mesmo que o estupro nem sempre tenha sido de fato, mas de direito. Por outro lado, suspeitar das utopias não implica necessariamente cinismo. Há todo um movimento de oscilação entre o ceticismo e a crença, entre um pessimismo ativo e otimismo crítico.

Utopia ecológica? Não nesses termos. Esse "verde, vago mundo" que querem transformar num santuário redentor das ilusões perdidas com o progresso também não nos seduz. Pois trata-se de um "ecologismo" de reação, salvacionista (oferecer um santuário amazônico à deusa Terra para fugir das reações fatais do planeta à depredação já consumada). Um ecologismo avesso à reflexão. Um ecologismo oportunista, o mercado verde, que pode ter aqui o mesmo funcionamento perverso dos outros mercados (e o problema não é do mercado, mas do país que se serve dele de modo cínico). Por outro lado, talvez esteja aí, na ecologia, uma oportunidade para o Brasil problematizar-se, pensar-se, "atualizar-se consigo mesmo", como disse o professor paraense Benedito Nunes (Folha de S. Paulo, 27/9/91). Ele encontra num Oswald de Andrade um precursor desse novo sistema de relações entre natureza e cultura e, no seu bárbaro tecnizado e na antropofagia, um modo de reconciliação entre natureza e técnica.

Trata-se de uma possibilidade em aberto: pensar o Brasil à luz não de um ecologismo passageiro, mas de uma filosofia da natureza, esboçada por Oswald a partir de Nietzsche. Outros filósofos já se debruçaram e se debruçam hoje sobre a questão (de Lucrécio a Deleuze); há, até mesmo, os que fizeram isso por meio da literatura e do cinema (de Euclides da Cunha a Glauber Rocha). É um projeto, uma via, capaz de mobilizar uma geração que quer pensar o País, mas que, antes mesmo de aparecer, já está sendo engolida e sufocada por ele.

Estudantes secundaristas pressionam o Legislativo Municipal, Rio

Eraldo Platz / Ênfase

Suspeitar das utopias não implica necessariamente cinismo. Há todo um movimento de oscilação entre o ceticismo e a crença, entre um pessimismo ativo e otimismo crítico

---

Ivana Bentes é jornalista. Em 1981 tinha 17 anos e preparava-se para fazer o vestibular em Comunicação.
Extraído do Caderno Idéias/Ensaios, JB, 6/10/91.

MERCOSUL — INTEGRAÇÃO OU DOMINAÇÃO?

O CEDI, através do Projeto Dívida Externa, acaba de lançar uma publicação sobre o Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul).
Trata com profundidade as perspectivas e conseqüências que esse projeto poderá produzir no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.
Mercosul – integração ou dominação, de autoria de Paulo Schilling, é uma contribuição ao debate que se trava sobre o tema da integração regional.

COLEÇÃO DÍVIDA EXTERNA

Dívida externa, fuga de capitais e custos sociais
Paulo R. Schilling

Conversão da dívida e meio ambiente
Paulo R. Schilling
Maurício Waldman e Paulo Davidoff C. Cruz

Itaipu – geopolítica e corrupção
Paulo R. Schilling
Ricardo Canese

Preço Cr$ 20.000,00
Pedidos para CEDI / Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129 –22211– Rio de Janeiro RJ / Av. Higienópolis, 983 – 01238 – São Paulo SP

JUVENTUDE

Everaldo Rocha / Imagens da Terra

"NÃO CONFIE EM NINGUÉM COM MAIS DE 30 ANOS"

Paulo Cezar Loureiro Botas

A verdade contra a hipocrisia, o espírito comunitário, a transgressão de "ordens" estáticas e pequenas, entre outras características, compõem um quadro de esperança na juventude para além das afirmações de "crise" que escondem a própria crise de ousadia da sociedade

"Não confie em ninguém com mais de 30 cruzeiros" (MPB, anos 70)

Houve uma explosão da juventude no ano de 1968. A contestação que varreu o mundo e fez eclodir as novas alternativas de vida e de organização social trouxe ao cotidiano os arroubos e ardores da juventude, sua paixão e sua loucura. Mas, com certeza, não foi essa contestação a responsável pela crise generalizada em que se encontra a juventude dos anos de 1990. Os jovens usam brincos, cores fortes, lenços na cabeça, rabo-de-cavalo, e nunca o *unissex* foi tão marcante no comportamento deles como agora. No entanto, a mentalidade está longe de ser a do sonho e da utopia dos anos de Aquarius. A "alienação" política (para usar um jargão conhecido), o desinteresse pelas coisas do social, a preocupação de encontrar uma profissão que "dê dinheiro", a cultura "televisiva", o sonho do núcleo familiar clássico evidenciam uma postura crítica aos jovens "engajados" dos anos de 1960, hoje avós atônitos quando seus netos confundem a iconografia do Che Guevara com o cantor de *reggae* Bob Marley... Sinal dos tempos...

O fato é que a desestruturação da família, muito mais econômica do que moral, fez com que a imagem tradicional em que a mãe cuida da casa, prepara doces e comidas, o pai trabalha para manter o lar e os filhos estudam, vão à igreja, namoram e casam se esvaísse no lusco-fusco inflacionário no qual todos trabalham, de um jeito ou de outro, para poder sobreviver.

A juventude, cuja formação, até 1972, esteve fortemente marcada pelas ciências humanas, com a Lei 5.692 (do ensino profissionalizante) foi reduzida à mão-de-obra especializada para ser consumida pelas multinacionais que ampliavam seus interesses e ganâncias no Brasil. As ciências humanas foram limitadas ao treinamento ortodoxo dado pela

OSPB, no segundo grau, e EPB, no ensino universitário. A formação cívico-militar se impunha à formação da consciência de cidadania e da crítica social. A transformação do ensino universitário em regime de créditos fragmentou as relações de grupos ideologicamente identificados que se formavam além das fronteiras da política estudantil e legitimou a lógica do "cada um por si e Deus por ninguém".

A "crise" da juventude é muito mais determinada pela impossibilidade de uma ação social efetiva e transformadora, por meio da atitude crítica, do que pela "desagregação moral e religiosa" da família e da sociedade.

Do ponto de vista das igrejas, a ausência de uma espiritualidade e de uma mística fez com que os jovens procurassem outras alternativas holísticas para a sua expressão religiosa. A onda esotérica que invade o mundo revela a crítica profunda de gerações à falência de nossas igrejas tão ávidas em agirem no social e tão pobres na dimensão espiritual das suas razões e compromissos. A secularização ultrapassou a religiosidade e fomos enganados e iludidos pelos valores deste "mundo".

Os jovens usam brincos, cores fortes, lenços na cabeça, rabo-de-cavalo, e nunca o unissex *foi tão marcante no comportamento deles como agora*

Em suma, se existe uma crise da juventude, ela é muito mais determinada pela falência das nossas gerações do que pelas razões subjetivas dos jovens dos anos de 1990. Nossa amargura, nossa falta de esperança, nossa busca de segurança numa vidinha de classe média, nosso medo de envelhecer, nossas frustrações por não termos acumulado o suficiente e quando acumulamos não usufruímos pelo medo de se gastar, respondem à postura crítica e contestatória dos nossos filhos e netos.

FRUTO PROIBIDO

Afinal, o risco de comer do fruto proibido é compensado pelo seu doce sabor? Procurando a resposta na prática, milhares de jovens desafiam todos os dias as proibições impostas pela sociedade, sem temerem o desfecho imprevisível da proeza, ao fazer uso das drogas. A princípio, aventurar-se no desconhecido é mais interessante que levar a sério os conselhos sobre o "lobo mau" e ser taxado de "careta".

A questão é muito complexa. Prevenir o uso das drogas significa questionar esse prazer e oferecer alternativas para que as pessoas possam encontrar a felicidade, sem que isso seja por meio de uma miragem química. A droga é um instrumento medíocre de expressar a rebelião. Expressa só, nada mais.

Não existe antídoto milagroso contra as drogas. Precisamos entender essa realidade e preparar o jovem de modo que ele possa elaborar uma argumentação sólida que lhe dê segurança para recusar a oferta.

As estatísticas do mundo inteiro mostram uma tendência bastante sombria: um número crescente de adolescentes em idade cada vez mais precoce procura as drogas.

É preciso que algo seja feito com urgência. Talvez seja este o momento de deixarmos de lado a droga (o fruto proibido) como objeto principal das preocupações para começarmos a refletir sobre como é possível resgatar o amor à vida.

(Baseado no artigo de Roberto Wüsthof, Caderno Idéias, JB, 23/2/92)

A juventude, a meu ver, é o momento da vida em que encontramos o cristão em "estado puro". O jovem busca a verdade, fala a verdade, denuncia nossas hipocrisias, nossa vida "em sociedade". Questiona-nos o tempo todo sobre nossos valores, convicções e coerência entre o que falamos e o que fazemos.

"Gostaríamos de acreditar em Deus, em alguém que é forte, bom, verdadeiro, compreensivo, que nos quer fortes, autênticos, alguém que merece fé e amor. Vocês nos ensinaram, nos formularam um deus com definições abstratas e vazias, um deus que vocês projetaram e inventaram para justificar seu comodismo, egoísmo, sistemas, dogmas, suas guerras, brigas, injustiças e explorações. E isto vocês chamavam de religião. Com esta religião vocês ganharam muito dinheiro, inventando devoções, fazendo promessas. Vocês recitaram resultados de loterias e campanhas de caridades como se fossem piedosas orações." (Carta de um jovem, *Texto e Contexto*).

A situação de se falar a verdade e denunciar a hipocrisia é o que chamamos na Bíblia de profecia. O profeta é o que fala a verdade e denuncia a injustiça e a hipocrisia dos poderosos. Esta dimensão profética o jovem tem arraigada em seu ser.

A juventude tem uma profunda vida comunitária. O que a sociedade insiste em nomear de "bando" é a forte referência grupal dos jovens, com símbolos, normas, éticas de fidelidade, objetivos claros e definidos em que se exige lealdade acima de tudo. Esse espírito comunitário do mesmo destino e caminho determina e dá sentido e significado à vida dos jovens e à sua identidade fraterna. Somos nós que caricaturamos esta vida comunitária como se fossem gangues de bandidos e "marginais".

"E vocês, nobre vereador, excelentíssimo deputado, dêem uma prova de verdadeiro humanismo. Provem seu interesse pelo bem-estar da massa dos famintos, dos analfabetos, dos marginalizados. Provem que são capazes dos seus cargos não pelo que dizem, pelo que lucram materialmente, mas pelo que são como homens e seres humanos. O que está realizando sem ninguém ver, sem interesse pessoal, partidário, e sem motivos de manutenção do poder pessoal." (idem).

Eneraldo Carneiro / Imagens da Terra

A juventude tem desenvolvido forte senso de justiça social e não teme ser criticada quando entra em movimentos de luta pela ecologia, pela não-discriminação social e contra os preconceitos. Somos nós que tememos a força dessa sensibilidade e de sua transformação em ações concretas que poderão repercutir na nossa vida medíocre e estabilizada.

A juventude traz em sua interioridade o permanente transgredir a tudo o que lhe parece hipócrita e sem convicção, sem temer a proscrição social e familiar. Somos nós, a nossa geração, os "marginalizados" desses valores cristãos de verdade, comunidade, fraternidade, amor, justiça, liberdade, luta que nossos filhos e netos trazem em estado puro e apaixonado. Somos nós, com nossas instituições, que procuramos abafar, amainar, adequar, ajustar a juventude ao nosso tamanho, pequenez e covardia, em nome do nosso amor inseguro e que não garante as nossas parcas convicções e lealdades.

"Os fortes, os homens de verdade, que lutam, que procuram mudar as estruturas da sociedade hipócrita e podre, foram expulsos e presos porque falavam verdades proibidas, porque desprezaram o comodismo e a hipocrisia." (idem).

Não, não há crise da juventude. Há uma aguda crise social e política da sociedade que a nossa geração um dia quis transformar mas que acabou concedendo em nome do bem-estar e da acomodação. Temos medo da transgressão dos nossos valores e instituições que criticamos entre quatro paredes, nas mesas dos bares, entre amigos, mas que, por acomodação e covardia, não deixamos vir a público. Perdemos o nosso "ser" há muito tempo e temos pavor de perder o pouco do nosso "ter", conquistado por meio de todas as concessões e submissões aos pequenos poderes e benesses institucionais.

Mas resta uma esperança... De que de novo o sol entre sujando de Vida os nossos olhos claros de Morte. De que os jovens, a trancos e barrancos, construam um mundo no qual o sonho seja possível e não mais protelado como protelamos os nossos. Um mundo que redima o espólio das nossas gerações erigidas em covardias, medos e pequenos gestos de ousadia.

"Vocês são hipócritas, nós meio fortes — transviados. Por favor, rezem por nós porque os hipócritas, os fracos têm pistolas!!!" (idem).

BRASIL / JOVENS

Valores que mais prezam e que refletem seu grau de integração à sociedade (numa escala de avaliação de 1 a 7)

1. Realização pessoal	6,5
2. Adesão a regras de convivência social	5,9
3. Patriotismo	5,5
4. Autovalorização	5,4
5. Satisfação (em ser jovem)	4,9
6. Competitividade (desejo de ser o melhor)	4,8
7. Disciplina	4,4
8. Individualismo	4,2
9. Confiança no futuro do Brasil	3,5
10. Crença na juventude	3,2
11. Participação na sociedade	3,2
12. Credibilidade no governo	2,5

Fonte: Pesquisa publicada no Jornal da Tarde, em maio/91

Paulo Cezar Loureiro Botas é filósofo e assessor do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI, e autor do livro "A bênção de abril" (Vozes).

CEDI

Motivados por uma vida privilegiada, jovens noruegueses procuram o caminho da solidariedade

IDEAIS E SONHOS DOS JOVENS DOS PAÍSES RICOS

O dia-a-dia vivido de modo intenso; sacrifícios em nome da liberdade; uma guinada conservadora e apolítica; acomodação e sonho com família unida; a hora dos valores individuais; preocupação com temas coletivos; engajamento e isolamento. Apesar das contradições que possam apresentar, são estes os sonhos e ideais da juventude dos países ricos.

FRANÇA

Pesquisa realizada pelo Instituto Gallup indica que 62% dos jovens franceses são fascinados pelo "sucesso profissional" e que "construir um império industrial" é o sonho de 43% dos entrevistados. Estima-se em 5 milhões a chamada "galáxia jovem" francesa (15 a 20 anos).

Os franceses são inventores de alguns princípios que, à primeira vista, parecem antagônicos mas que na linguagem deles são perfeitamente coerentes: individualismo, solidariedade, diálogo, pragmatismo, idealismo, energia.

Alan Touraine afirma que os jovens franceses "são ávidos de adaptação social", as gerações dos anos de 1990 situam-se em posição oposta às anteriores.

Eles congelaram os partidos políticos, os sindicatos, as igrejas e têm hoje outras áreas de mobilização. Preferem a ação a curto prazo, com objetivos pragmáticos e bem definidos.

São conservadores: acreditam que o casamento é indispensável, rejeitam a vida conjugal sem passagem pelo cartório. 90,3% vivem na casa paterna e somente 9,7% moram sozinhos.

ITÁLIA

A cultura da juventude italiana, hoje, é essencialmente de fuga e de ficção, aspectos muito evidentes nos baixos níveis de criatividade e dos atuais tipos da chamada música jovem.

Segundo Gian Maria Fara, presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Sociais (ISPES), "nos jovens de hoje identificamos os primeiros italianos nascidos e crescidos sob a influência da mídia e da tecnologia, que se faz mais pesada e nociva numa sociedade que vive confusamente o desaparecimento das grandes ideologias e de subculturas modernistas, e tentando substituir tradicionais éticas religiosas com o hedonismo e o utilitarismo".

A juventude italiana encontra-se vivenciando uma "cultura consumista" que mistura componentes de insatisfação, alienação, narcisismo, violência, euforia e prazer de risco.

Em 1989, 28.872 jovens, entre 15 e 24 anos, foram condenados a cárceres juvenis e penitenciárias comuns, dos quais 18.280, na faixa dos 20 aos 24, por furtos, assaltos e seqüestros. Entre 1984 e 1988, 1.551 jovens italianos morreram por suicídio, e foram registradas 2.883 tentativas de suicídio. Os mortos por droga estão em constante aumento: 3.812 jovens entre 15 a 29 anos morreram por overdose no período de cinco anos.

GRÃ-BRETANHA

A maioria da juventude britânica é antiracista, defende a igualdade entre o homem e a mulher, preocupa-se com os problemas ambientais, não liga para partidos políticos e considera a monarquia característica mais marcante do país.

Os jovens ingleses não acreditam que o mercado resolva tudo e que o Estado deva ser residual. A maioria não quer impostos mais altos, mas é a favor de mais gastos públicos e contra as privatizações. Defende a punição dos abusos do capital e não aceita o fim do ensino público.

Eles têm uma forte ética em relação ao trabalho: 80% preferem ter um emprego, mesmo mal pago, a receber seguro-desemprego.

Os jovens na Grã-Bretanha estão bebendo bastante — 19% das mulheres e 37% dos homens tomam bebidas alcoólicas ao menos três vezes na semana —, mas fumam menos.

ALEMANHA

Os jovens alemães conservam, até hoje, o medo da destruição do mundo e do meio ambiente. Perdidos no vazio que deu lugar à velha briga ideológica — ocidente capitalista e o antigo bloco socialista —, eles não possuem mais ideais de transformação da sociedade.

Saúde, profissão e segurança financeira são as principais preocupações da juventude alemã de hoje, na faixa etária de 12 a 17 anos. O maior problema é o medo do futuro. O aumento do desemprego, dos preços e das dificuldades sociais, decorrente da reunificação, provoca ansiedade e frustração. Boa parte dos jovens sente-se obsecada com a idéia da decadência da raça humana e sua tendência autodestrutiva. Eles acreditam que seria irresponsabilidade colocar filhos num mundo que não dá esperança às crianças.

A sobrevivência tornou-se tema de imensa importância para a juventude alemã, assim como a pressão pelo bom rendimento profissional.

ESTADOS UNIDOS

"Somos a mais estúpida geração da história americana", declarou um estudante da Universidade da Califórnia. De fato, os jovens americanos não sabem Geografia, Matemática, não lêem livros e ignoram História. São indiferentes às questões sociais e não querem mudar o mundo.

Mais conformados politicamente e menos ambiciosos profissionalmente, os jovens de hoje sonham em casar bem (51% entre 18 e 24 anos) e ter mais tempo para educar os filhos (43%), a fim de evitar suas dolorosas experiências marcadas pela ausência dos pais.

Com o aumento do desemprego e a queda dos salários, 75% dos americanos de 18 a 24 anos moram com os pais.

A indiferença política confirma uma tendência observada desde 1972, quando 50% dos jovens americanos votaram nas eleições presidenciais. Depois, a participação eleitoral dos jovens só diminuiu (36% nas últimas eleições, em 1988).

Fonte: Matéria baseada na reportagem do Jornal do Brasil de 8/3/92, feita pelos seguintes jornalistas: Any Bourrier (França); Araújo Neto (Itália); Franklin Martins (Grã-Bretanha); Teodomiro Braga (Estados Unidos); e correspondente do JB (Alemanha).

AS PASTORAIS DE JUVENTUDE NO CONTEXTO PÓS-INDUSTRIAL

Luiz Alberto Gómez de Souza

Analisar as atuais pastorais da juventude, comparando-as com as da década de 1960, sem tomar em conta o contexto histórico, pode produzir conclusões equivocadas. O novo clima chama a atenção para o direito à diferença e a diversidade de projetos. A criatividade subversiva dos jovens pode apresentar novas alternativas às pastorais

F. Otoni / CEDI

Quando pensamos em pastoral de juventude, é inevitável recordar os movimentos da Ação Católica especializada e particularmente a Juventude Universitária Católica (JUC). Mas as comparações podem levar a enganos, se não se tomam em conta os contextos históricos diferentes. A JUC de 1960 — ano em que comemorou dez anos e momento de maior visibilidade — teria de 3 a 5 mil membros, em 52 cidades (sobre 88 que tinham curso superior), numa população universitária de apenas 93.200 estudantes (comparar com o milhão e meio de hoje). Era um movimento pequeno, mas bem organizado e com articulações internacionais. Terminara o período JK, com a idéia-força do desenvolvimento industrial, Brasília tinha sido inaugurada e a União Nacional dos Estudantes (UNE) estava cada vez mais presente na vida política. Manifestações estudantis tinham derrubado Roberto Campos ("Bob Fields", como era chamado) do BNDE e, no testemunho de um presidente da UNE da época, este último podia dialogar quase "de igual para igual" com o presidente da República. Em 1960, um dirigente da JUC, Herbert José de Souza (Betinho), fora pré-candidato à presidência da UNE e, nos anos seguintes, jucistas chegariam à presidência (Aldo Arantes e Vinicius Caldeira Brant). No momento do golpe de 64, a JUC foi diretamente visada pela repressão e, em 1966, a hierarquia eclesiástica, que ainda não iniciara o período de conflitos com o regime militar, apressou a dissolução do movimento incômodo. Um documento de junho de 1968, talvez o último da organização, indicava que não havia "mais movimentos, mas uma série de pequenos grupos, que aspiram a uma comunicação maior e reflexão comum".

É interessante notar como esse processo, motivado por uma conjuntura de repressão conjunta do Estado e da Igreja institucional, coincide com uma tendência bem mais global. Aliás, 1968, no mundo inteiro, foi um momento privilegiado de insurgência e criatividade estudantil, quando no Brasil, em sentido oposto, a experiência de pastoral universitária era lamentavelmente cancelada. Mas 1968 foi também o começo de um novo período de organização social. Danièle Hervieu-Léger, ao estudar a JUC francesa, constata em seu país, "depois de maio de 1968, uma tendência crescente que opunha às formas clássicas de agrupações, consideradas muitas vezes monolíticas e unitárias, a novidade de grupos pequenos e espontâneos, constituindo-se em torno de aspirações comuns...".

Transformações históricas. Para entender o que se passou com a pastoral de juventude mais adiante e, de maneira mais geral, com os movimentos sociais, há que detectar o processo dos vinte anos seguintes, iniciado em 1968 e que chegará em 1989 às transformações internacionais e particularmente à crise do socialismo real. Historiadores como Braudel vêem o esgotamento de um ciclo histórico de longa duração, os 500 anos da modernidade ocidental, e o começo de uma "crise secular" de transição a outro período. Para A. Toffler estas últimas décadas correspondem ao fim da era industrial (a sociedade das chaminés) e ao começo do período pós-industrial, o tempo da informática e da automação.

O mundo industrial (que o Brasil de 1960 procurava alcançar sem muito sucesso) tinha se caracteriza-

do pela produção em massa, a concentração urbana, a centralização, o crescimento do aparelho burocrático do Estado e as tentativas de planejamento. Isso fora comum tanto ao capitalismo das multinacionais como ao socialismo autoritário, do Primeiro ao Segundo Mundo, com um Terceiro Mundo tentando em vão copiar um ou outro. Ora, as transformações tecnológicas, ao nível das forças produtivas, trazem novidades significativas, das quais a principal é a que ocorre no mundo das comunicações e da informática. A introdução do computador e da automação vai provocar uma mudança na própria maneira de produzir bens, com processos flexíveis, rápidos e alguns praticamente instantâneos. O trabalho manual vai cedendo lugar, nas produções de ponta, à programação da máquina, ao que se chama o "trabalho simbólico", em que o conhecimento e a informação vão passando a ser uma das principais matérias-primas. As pequenas unidades que produzem bens individualizados voltam a ser, como no tempo pré-industrial, mais adequadas que as fábricas da produção em série. A passagem dos grandes computadores aos microcomputadores descentraliza ainda mais dramaticamente o processo de produção e de decisões. O poder do conhecimento sai das mãos da direção do Estado ou das empresas para a mesa dos técnicos, que se intercomunicam em redes de trocas de informação. As estruturas centralizadas (industriais ou estatais) são desafiadas pela agilidade das inovações e pela nova rapidez produtiva. A senilidade precoce do socialismo real, estatista e controlador, com seus planos qüinqüenais obsoletos, mostra o impasse das grandes estruturas rígidas, dinossauros à margem da criatividade tecnológica dos últimos trinta anos. Mas, menos visível, essa crise também atinge o capitalismo real das multinacionais, nos problemas que enfrenta a General Motors, na luta da IBM com pequenas concorrentes e na agilidade japonesa diante da estrutura tradicional da empresa norte-americana. Crise da grande empresa, das burocracias estatais e dos planejamentos globais.

É verdade que o centralismo e a concentração do Estado e das empresas se mantêm e mesmo se reforçam em posição defensiva, como no caso dos grandes meios de comunicação — as cadeias televisivas, por exemplo, —, tentando dominar e uniformizar o planeta. Mas tudo parece indicar que estão na contracorrente de uma tendência oposta, diante da irrupção das reivindicações locais, da multiplicação de organizações não-governamentais (ONGs), de novas estruturas produtivas pequenas e médias, da experimentação de tecnologias alternativas, etc. A velha esquerda enfrentava o mundo industrial por meio das grandes centrais sindicais, dos programas estatizantes dos partidos revolucionários, dentro da lógica centralista desse mundo. Com a crise do socialismo real ela afundou em perplexidades e nem sempre conseguiu revisar seus esquemas e sua ideologia.

Novas formas de contestação. A contestação mais fecunda e subversiva não se está dando nestes últimos anos pela tentativa de ocupação do Estado (o símbolo do assalto ao Palácio de Inverno mostrou seus limites, agora que Leningrado voltou a ser São Petersburgo), mas pela proliferação de iniciativas, experiências, movimentos, que vão minando a sociedade em seus fundamentos, produzindo laboratórios de criatividade social diferentes, múltiplos e heterogêneos. Estes últimos já não respondem às ordens de vanguardas com "posições corretas e científicas", mas à ousadia de grupos ou pequenas organizações. É o tempo do desgaste dos "comitês centrais" e da proliferação de redes, formais e informais, facilitadas pela interligação dos computadores (Alternex, do Ibase, é uma iniciativa pioneira nessa direção). A dinâmica histórica de longo prazo não parece estar com grandes movimentos, ou na elaboração de projetos globais, mas com a diversidade que vai corroendo o gigantismo das empresas, dos Estados e das grandes cidades, na luta pelo pluralismo, pelo poder local e pela participação. Tudo isso se dá na tentativa de criar uma sociedade mais democrática, na produção de bens mediante pequenas unidades e na descentralização das decisões sociais e políticas. Não se trata de um processo inexorável e predeterminado, pois ele se enfrenta com uma tendência oposta de dominação de novos complexos militares-industriais e novos possíveis autoritarismos com um Norte opulento e reconcentrado dominando um Sul cada vez mais empobrecido. O futuro está em aberto, entre tendências de vida e libertação e de morte e do-

JOVENS... SONHOS...

Sempre nos perguntam se nós, jovens, não temos mais utopias, se aqueles sonhos que mexeram com o País nas décadas de 1960 e 1970 não existem mais. Mas quais são (ou eram) as "grandes utopias" e sonhos? Uma sociedade igualitária, justa, sem totalitarismos ou uma sociedade feliz?

No passado a luta pelas reformas sociais, que já começavam, foi muito pesada e difícil, o que fez muitos daqueles jovens endurecerem os corações. Havia muita militância, mas pouco sorriso, pouco carinho descomprometido. Não porque os jovens eram duros de coração, mas a luta os tornava assim. Será que os jovens de 1960 e 1970 gostam do conteúdo de uma bela música cantada por Elis Regina, que diz: "...Ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais..."?

Hoje, não deixamos de desejar as reformas sociais, mas não queremos que a luta por um mundo melhor nos torne jovens-velhos, amargurados ou duros de coração. Queremos que a luta nos torne pessoas mais felizes, cheias de vida, alegres; ou seja, que a entrada para os movimentos sociais reivindicatórios ou político-partidários não tire nossa juventude.

Quando as pessoas perceberem esse desejo de todos os jovens, verão que as utopias e os sonhos estão ainda mais vivos.

Pedro Bezerra da Silva Filho, da Pastoral da Juventude Católica

minação. Se apostamos nas primeiras e queremos fazê-las possíveis, temos de entrar na sua lógica mais profunda, das diferenças superando a uniformidade, das redes horizontais substituindo as organizações verticais. Parece ser a única alternativa viável para os países do Sul, marginalizados pelo mundo industrial do Norte e que poderão encontrar em suas tradições e culturas práticas alternativas mais humanas.

Novas formas da pastoral de juventude. O leitor se perguntará o que tudo isto tem a ver com a pastoral de juventude. Fizemos esta digressão para situar o horizonte histórico no qual temos de colocar os novos movimentos sociais e eclesiais. Em lugar de procurar movimentos centralizados ou compactos, deveríamos descobrir iniciativas coladas às diferentes realidades. Se a modernidade industrial insistiu na idéia de eficiência (razão instrumental) e nas propostas globais imperativas (tanto do sistema como da contestação), o novo clima histórico chama a atenção para o direito à diferença e a diversidade de projetos. Os novos movimentos sociais (ecológicos, femininos, raciais e culturais) apontam nessa direção e os movimentos populares anteriores vão revisando seus marcos conceituais e seus esquemas de análise tradicionais (aí incluído o marxismo, a grande chave de leitura do mundo industrial que se vai esgotando).

Descobrimos então como as novas pastorais se inscrevem nesse marco heterogêneo e flexível. Quando, nos anos de 1970, cresceram as Comunidades Eclesiais de Base, no Acre, no Espírito Santo ou em São Paulo, não mais respondiam a um modelo uniforme, como na anterior Ação Católica, mas tinham a fisionomia das diferentes situações sociais e eclesiais. Nesse sentido, a diversidade das CEBs e a ausência de uma estrutura coordenadora estão muito mais de acordo com os novos tempos do que os esquemas tradicionais permitem perceber. Alguns lamentam o caráter fragmentário e diversificado das experiências pastorais ou sociais, considerando defeito a falta de coesão e direção, quando talvez aí, paradoxalmente, resida sua fecundidade.

Multiplicidade e diversidade. Uma comparação fora de contexto das pastorais de juventude com os antigos movimentos da Ação Católica poderia sugerir que elas são frágeis e pouco decisivas diante da organização e prestígio destes. Na verdade elas se inscrevem dentro de outra lógica social e histórica, na qual multiplicidade, descentralização e diferença passam a ser virtudes. São os movimentos pastorais mais conservadores — ou de restauração centralizadora —, como Comunhão e Libertação ou Opus Dei, os que procuram impor-se por meio de estruturas rígidas e autoritárias. Eles, aliás, mostram conexões bem visíveis com grupos empresariais do mundo industrial e se inserem em sua própria mentalidade. As pastorais populares têm na participação e no respeito às bases alguns de seus referenciais mais fecundos (em contradição, aliás, com a sobrevivência nelas de marcos teóricos ainda autoritários).

Nas andanças pelo Brasil fui descobrindo experiências pastorais de juventude extremamente criativas e bem diferenciadas, como a pastoral de juventude rural (PJR) no Rio Grande do Sul, pastoral de juventude do meio popular (PJ—MP) no interior de Minas Gerais, pastorais universitárias (PU e MCU) em muitas cidades, brotos ainda pequenos de pastorais estudantis aqui e ali, etc. Minha aposta — com dose de risco ou de sobrevalorização — vai na direção de sua potencialidade evangelizadora futura.

Quando, em Puebla, a Igreja Católica latino-americana fez as opções preferenciais pelos pobres e pelos jovens, estava abrindo caminhos proféticos; e elas não se enfraqueciam uma à outra mas, ao contrário, se reforçavam e se completavam. O clamor dos pobres, em cada um dos nossos países e na relação crescentemente desigual entre Norte e Sul, tem a força para enfrentar as tendências negativas e anti-históricas da concentração de poder e de riqueza. A criatividade subversiva dos jovens, com outra sensibilidade — cabeça aquariana, dirão alguns — poderá desenhar novos cenários alternativos. E na Igreja Católica, assim como no início do segundo milênio começou a se desenhar a estrutura eclesiástica clerical que perdura até hoje, as diferentes pastorais de juventude deverão ir preparando lentamente novos jeitos de ser Igreja, comunitários, participativos e diversificados, para o próximo milênio que se aproxima.

"JUVENTUDE — CAMINHO ABERTO"

Este é o tema da Campanha da Fraternidade de 1992, lançada em março pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A Igreja Católica enfrenta o desafio de atrair jovens, pois o espírito de contestação e a alta rotatividade da juventude nas paróquias dificultam a tentativa de aproximação.

Pesquisas apontam que 75% dos 27,4 milhões de jovens brasileiros, com idade entre 15 a 24 anos, se dizem católicos, mas apenas 50% participam esporadicamente de missas e atividades da Igreja.

Padres e religiosos que se dedicam à assessoria da Pastoral de Juventude se defrontam com embaraçosas situações de conflito, porque suas respostas não satisfazem as indagações que os jovens levantam. As questões mais espinhosas são sexualidade (sexo antes do casamento que a Igreja não aprova, por exemplo) e uso de drogas.

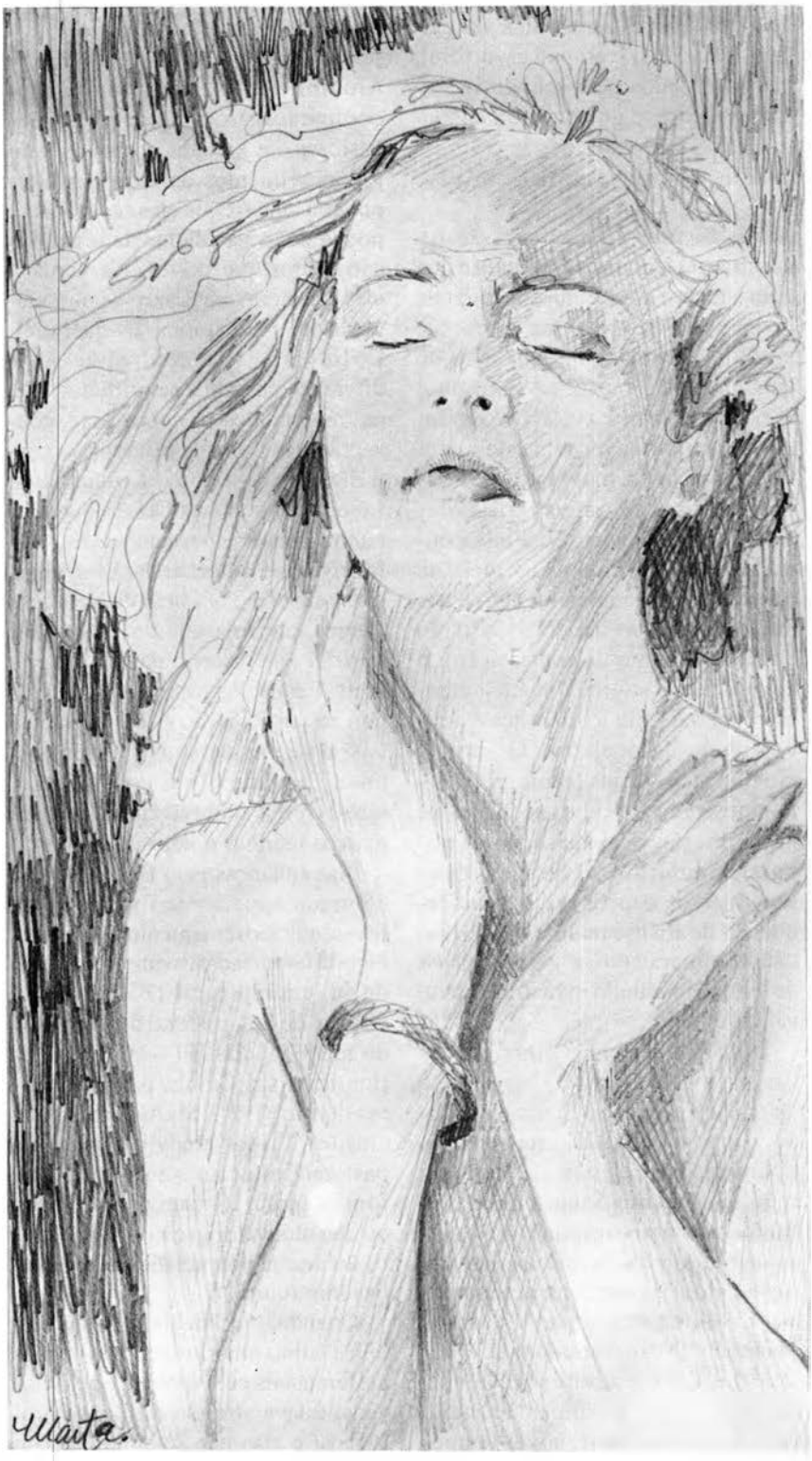
"A Igreja precisa rever sua posição com relação aos jovens"; "Os bispos ensinam uma coisa e a gente faz outra"; "Se os jovens disserem o que fazem, os padres vão mandá-los confessar"; são declarações de jovens que participam da Pastoral de Juventude em São Paulo. Se a Igreja não repensar suas posições, a conseqüência será a rebeldia tácita dos jovens, que tendem a seguir sua própria moral.

Fontes: FSP, 5/3/92; JB, 15/3/92

Luiz Alberto Gómez de Souza é pesquisador do Centro João XXIII, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de "A JUC: os estudantes católicos e a política", Editora Vozes, 1984.

O ENCANTO ESTÁ AUSENTE

Marta Cerqueira Leite



Os movimentos ecumênicos de juventude evangélica tiveram o auge na década de 1960. Nesse período, engendrou-se uma articulação político-social que os localizou no centro das questões práticas e reflexivas por uma América Latina livre. Também esboçaram-se ali os alicerces do pensamento teológico brasileiro e latino-americano. Com o endurecimento dos regimes e o acirramento da repressão política, houve uma onda de cassações eclesiásticas e fechamento de instituições de ensino teológico. Essa crise, sem precedentes, provocou a descontinuidade e o fim do vigor dos movimentos de juventude evangélica

Reynaldo Leão

"Há tempos são os jovens que adoecem"(Legião Urbana)

Voltar só de madrugada... Prédio vazio, escuro, trancado a cadeados. Ser o último a admitir as palavras do edito episcopal da primavera de 1968. Resistir. Escalar o antigo prédio chamado "Casa dos Profetas". Espreitar-se pela janela. Urrar. Chorar. Xingar. Conviver com os espíritos vocacionais assassinados pela máquina da delação, da cassação eclesiástica, do cerceamento, da

censura e, em alguns casos, da prisão, da tortura, do exílio, da morte.

É Luis Roberto! A loucura daquele velório de cinco meses parece não ter acabado ainda. Os corredores estão vazios. As portas trancadas. Faz-se noite. Não há encontros, perspectivas ou caminhos. Não há água, vinho, pão ou palavra. Há fantasmas por toda parte: correntes arrastam-se, bancos movem-se, braços levantam-se; movimento, barulho; cultos da fogueira, bíblias, violões, corinhos. Há quem diga que os "causos" de mortos-vivos são balela, fruto da imaginação de gente menos esclarecida. Onde está, porém, o espírito desses corpos? Sua brasilidade e força de contestação? Seu desejo por um mundo redimido e uma realidade social e política nova.

O DEBATE JOVEM SOBRE O TERCEIRO MUNDO

O Brasil será a sede de um fórum que reunirá a juventude de vários países (julho, 1993). Há cinco anos lideranças da juventude mundial, algumas vinculadas ao Conselho Mundial de Igrejas, vêm discutindo a possibilidade de se realizar um encontro mundial de jovens. Após várias reuniões em diversas partes do mundo — e também no Brasil —, decidiu-se pela realização de um Evento Ecumênico Mundial de Jovens e Estudantes.

O encontro pretende servir de inspiração, entre os movimentos estudantis e juvenis, para a articulação de todos os processos que visam a libertação e a prática da justiça entre os povos. Como sujeitos desse processo, os jovens farão uma análise crítica da realidade, buscando assumir um compromisso real de participação e luta. O objetivo do evento é desafiar e estimular a juventude a continuar o processo de participação e compromisso ecumênicos na luta por justiça e paz.

Fonte: CEDI, fevereiro/92

MOVIMENTOS ECUMÊNICOS DE JUVENTUDE

FUMEC

Estabelecida em 1895 na Suécia por estudantes e líderes estudantis de dez países, a Federação Universal dos Movimentos Estudantis Cristãos (Fumec) está organizada em 85 países do mundo. Naquela época, a entidade foi reconhecida como pioneira no movimento ecumênico e missionário. Essa realidade inspirou e estimulou os estudantes a participarem ativamente na tarefa de difundir o Evangelho, e também constituiu um espaço para que os estudantes se reunissem e trabalhassem conjuntamente com grupos nacionais e confessionais diferentes.

A Fumec tem renovado o interesse no trabalho teológico que parte do trabalho contextual na busca de visões globais. Os programas de desenvolvimento de liderança continuam sendo a espinha dorsal da Fumec. Além disso, tem havido maior participação da mulher na vida da entidade, até mesmo em instâncias decisórias.

ULAJE

A América Latina é um continente jovem e de jovens. Os milhões de jovens entre 14 e 30 anos podem ter um papel decisivo na vida dos seus povos. A partir desta visão, atua a União Latino-Americana de Juventudes Ecumênicas (Ulaje).

Criada em 1941 como resultado do Primeiro Congresso Latino-Americano de Juventudes Evangélicas, a Ulaje tem as atividades desenvolvidas pelas equipes nacionais (distribuídas por diversos países do Continente) baseadas em diversas prioridades de trabalho: pastoral da juventude, liderança, mulheres, solidariedade, formação, relações ecumênicas, etc.

Entre os objetivos norteadores da entidade incluem-se: criação de um espaço para a formação integral do jovem cristão; promoção da presença renovadora dos jovens na vida das igrejas; diálogo e intercâmbio de experiências entre pastorais de juventude; e outros.

"Herdeiros são agora da virtude que perdemos" (Legião Urbana)

A nuvem de testemunhas que deveria nos cercar sofreu um bombardeamento químico que alterou a sua substância e densidade, causando precipitação e desmantelamento. Depois dos anos de 1960 e até hoje os movimentos de juventude ecumênica não se recuperam.

"... Nem os santos têm ao certo a medida da maldade" (Legião Urbana)

No princípio dos anos de 1970 o pregador dizia: "... Corremos para ver de onde vinham aqueles estampidos, lá estavam aqueles jovens dando suas vidas pelo comunismo". E vinha, em seguida, o apelo: "Quem está disposto a dar a sua vida por Jesus?"

Ainda que gerações tenham ido ao altar para entregar suas vidas; ainda que tenham, crise por crise, tentado reaver a memória da contribuição protestante como parte dos movimentos de juventude ecumênica; há um fato aniquilador: são crias sem ninho, vocações sem comunidade. Isto as expõe ao dilema: são esmagadas entre a ausência de um projeto pastoral alternativo e/ou a sobrevivência enquadrada na vida institucional. Sobraram os embriões rejeitados.

"Há tempos tive um sonho. Não me lembro. Tua tristeza é tão exata.... Já estamos acostumados" (Legião Urbana)

Com a perda dos elos históricos de continuidade, os movimentos de juventude perderam o rumo e a direção. Uma onda de sacralismos empobreceu sua espiritualidade, tanto quanto uma atitude secularizante empobreceu sua visão histórica. Nos dois casos, saiu fortalecida uma postura individualista — resposta existencial de valor —, pois sabemos que é preciso viver. E a vida não pode esperar.

"Os sonhos vêm, os sonhos vão. O resto é imperfeito" (Legião Urbana)

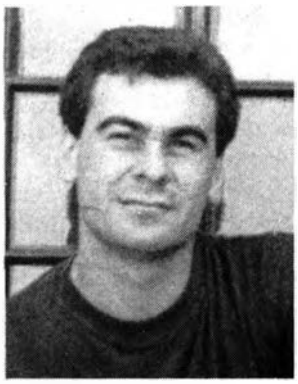
Tristezas encravadas na carne. Esperanças teleológicas redimensionadas. Projetos menores. Grupos pequenos. Família. Trabalho. Igreja local. Amigos. O dia-a-dia.

"Há tempos o encanto está ausente" (Legião Urbana)

Reynaldo Leão Neto é coordenador da Pastoral da Juventude da Igreja Metodista na Baixada Fluminense. Atualmente coordena o Comitê Preparatório para o Encontro Ecumênico na Eco-92.

ENTREVISTA / **HAMILTON LACERDA**

RECUPERAR A REPRESENTATIVIDADE DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS



Hamilton Lacerda, 25 anos, em 1987 foi coordenador do DCE da Universidade de Campinas onde é estudante de engenharia. Naquele mesmo ano, elegeu-se diretor da União Nacional dos Estudantes. Recentemente fundou o Centro de Formação e Estudos para a Juventude (Cefej), entidade da qual é presidente. Em entrevista exclusiva a Antonio Eleilson Leite, de Tempo e Presença, Hamilton fala do movimento estudantil.

É verdade que o jovem brasileiro não se interessa por política?

Isso é relativo. Eu acredito que há um grande desinteresse por parte da juventude em relação à política formal, dos conchavos. Há um descrédito muito grande com a política econômica, de modo geral, e a educacional, em particular. Além disso, do ponto de vista legal, o jovem é muito podado. As leis vigentes no Brasil sempre dizem o que eles não devem fazer; quando existe uma afirmativa é sempre em relação aos deveres e nunca aos direitos. É preciso, portanto, que a juventude entenda que sua rejeição é uma atitude de resistência e que isso é fazer política.

O que motivaria um jovem que não atua no movimento social a engajar-se no partido político?

Esse é o grande desafio, que está colocado não apenas para um partido político, mas também para todo o movimento social. Fazer política não é uma disputa por mercado, na qual se oferece um produto pronto e acabado, a pessoa compra, fica satisfeita e enquanto aquele produto lhe agradar ela continuará consumindo. Acredito que nós temos que chamar a juventude a construir um "produto", um projeto. O jovem, como qualquer outra pessoa, tem que se sentir sujeito da organização política com a qual tem compromisso. É preciso saber chegar ao jovem, sensibilizá-lo, mostrar que para que ele possa conquistar seus objetivos e resolver

A postura de rejeição da juventude à política formal, o descrédito à política econômica podem ser entendidos como uma atitude de resistência

O jovem tem que se sentir sujeito da organização política

Eneraldo Carneiro / Imagens da Terra

Pelas universidades públicas / Rio

os problemas imediatos, fundamentalmente terá que engajar-se numa organização, e, com isso, defenderá um projeto coletivo e estará construindo sua cidadania.

Certa vez, você afirmou que os partidos políticos se relacionam com a juventude de forma utilitarista.

É verdade. Por mais progressista que seja o partido, ele traz consigo uma carga de valores e vícios presentes na sociedade. Ou seja, muitas vezes os partidos desprezam o jovem como agente político diferenciado e decisivo. É comum vermos nos partidos que o jovem é bom apenas para colar cartazes, distribuir panfletos, fazer número nas manifestações, carregar bandeiras, mas na hora de tomar decisões políticas ele é jovem demais e fica rotulado de inconseqüente. Isso acontece também em outros espaços: sindicato, associações, etc. Mesmo na Igreja, é também comum ouvirmos que o jovem serve apenas para animar as missas.

E aquele jovem, cuja postura é conscientemente contrária a instituições de tipo partido político como, por exemplo, os pichadores? Seriam esses jovens "alienados"?

De forma alguma. São jovens que atuam em organizações diferenciadas do ponto de vista de sua ação. Na medida em que uma gangue picha um prédio, há uma manifestação da identidade do grupo, é uma forma de expressão, de protesto. É aquilo que a sociologia chama de resistência difusa. São jovens que podem não saber exatamente o que querem, mas sabem o que não querem. Na medida em que picham um patrimônio público podem estar registrando o protesto contra uma sociedade que os exclui,que os agride. Pode ser um sentimento de vingança.

Parece patética a anemia do movimento estudantil. Há quem diga que a UNE morreu. Como você avalia esse quadro?

Tenho convicção de que o movimento estudantil estritamente institucional, das correntes políticas, guiado por uma vanguarda iluminista, vertical e antidemocrático, morreu.

Mas que movimento é esse?

É o que só existe no momento da disputa das direções das entidades, seja o centro acadêmico, o DCE, o grêmio, a UBES ou a UNE. Porém, é fundamental que se perceba que dentro das escolas — tanto no meio secundarista quanto nas universidades —, os estudantes se mobilizam. Movimentam-se para organizar campeonatos, formar grupos de agitação cultural, promovem viagens, editam revistas, encontram-se em grupos de estudos. Ou seja, o ambiente estudantil continua com a mesma efervescência de sempre. Enquanto o movimento estudantil das entidades não perceber e incorporar essa movimentação que acontece à sua volta, dificilmente sairá da crise em que se encontra. Mas o momento da crise pode ser positivo quando efetivamente há busca de saídas. Hoje a União Nacional dos Estudantes vive um dilema da perda de identidade em relação ao que foi no passado e olha, ainda perplexa, para o futuro, que lhe cobra um papel.

BRASIL

JUVENTUDE E TRABALHO

Os jovens brasileiros são árduos trabalhadores

Jovens entre 10 e 17 anos que trabalham	
Nas cidades	24%
No campo	42%

Fonte: CEDI/91

JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO

Quem analisa a juventude no Brasil se depara com uma contradição: a associação entre desemprego e trabalho de menores, adolescentes e jovens. Na grande crise de desemprego (metade dos anos de 1980) era comum encontrar pais desempregados e filhos trabalhando como guardinhas, office-boys para sustentar literalmente a família. É importante notar que esses jovens, menores de idade, ganhavam menos que o salário mínimo e faziam trabalho de adultos.

Essa situação não é, todavia, passageira: o desemprego não é uma realidade ocasional mas, no mínimo, uma ameaça permanente. Não se trata de uma aberração ou um percalço temporário num processo, sob outros aspectos, contínuo e sadio, de crescimento econômico. Parece uma situação crônica que piora cada vez que o pêndulo econômico oscila para trás... A lógica do lucro privado e do crescimento das empresas predomina sobre a criação de empregos.

A oferta de emprego, sobretudo no setor de transformação (indústria), não acompanha o crescimento populacional e tende a diminuir. Evidentemente diminuem também as possibilidades e condições de o jovem "se virar".

Fonte: Revista Vida Pastoral nº 162, janeiro/fevereiro de 92

Essa apatia da UNE não decorre também da crise geral que as esquerdas no mundo inteiro vêm sofrendo?

Acredito que a recente crise das esquerdas acentuou ainda mais a crise do movimento estudantil. A queda de uma série de utopias, da perspectiva de uma sociedade diferente — por que não dizer —, de uma sociedade socialista, tudo isso torna a crise do movimento estudantil ainda maior. Mas se a gente fala que a juventude é um momento de sensibilidade, de questionamentos, de busca de um projeto de vida,

A queda de uma série de utopias torna a crise do movimento estudantil ainda maior

O ambiente estudantil continua com a mesma efervescência de sempre, mas as entidades estudantis não conseguem incorporar essa movimentação que acontece à sua volta

BRASIL

JUVENTUDE E TRABALHO

O número de jovens que não recebe salário mas que trabalha somente em troca de moradia e comida é muito alto. Nas áreas rurais equivale a 57% dos trabalhadores jovens.

Renda dos trabalhadores de idade entre 10 e 17 anos

	10 a 14	15 a 17
Nenhuma renda	44%	21%
Menos que 1/4 do salário mínimo	16%	7%
Entre 1/4 e 1/2	17%	14%
Mais que 1/2 do salário mínimo	22%	57%

Mais da metade das crianças e adolescentes trabalhadores permanece mais de 40 horas semanais em seus empregos. A proporção de jovens que estão registrados nos seus empregos é muito pequena. 80% não são protegidos pelas leis trabalhistas ou não têm seguro social.

Fonte: CEDI/91

essas questões têm um impacto muito grande. É importante, por isso, que a gente discuta e aponte caminhos. A UNE e todo o movimento estudantil são um espaço privilegiado para a realização desse debate. É preciso romper com a perplexidade que nos cerca. O problema é que a UNE, da forma como está organizada, não representa os estudantes.

Afinal, o que há de errado na organização da UNE?

A forma de fazer congressos, a estrutura de sua diretoria. Há, hoje, um abismo enorme entre o trabalho da UNE e o que acontece nas universidades. Na UNE, são as forças políticas que de fato coordenam o trabalho da entidade. O estudante que não está alinhado a nenhuma corrente política não consegue interferir na UNE. Essa é a lógica que permeou a atuação da entidade nos últimos anos. Priorizaram-se lutas gerais em detrimento de lutas específicas. Isso, no entanto, não faz da UNE uma organização menos importante. Há que se recuperar a representatividade, pois não se pode negar a UNE simplesmente. Há que se ter a ousadia de mudar, disputar. E hoje existem forças que estão refletindo sobre isso.

Há, hoje, um abismo enorme entre o trabalho da UNE e o que acontece nas universidades

Eraldo Platz / Ênfase

Alunos e professores na 1ª greve do Colégio Pedro II

O que se vê hoje é uma perda do papel social por parte da UNE. Antes, e logo depois do golpe militar de 1964, a entidade tinha um papel fundamental.

Eu insisto na questão da representatividade. Antes de 1964 a UNE soube incorporar ao seu projeto os anseios do movimento estudantil. Durante a década de 1960, a UNE conseguiu fazer mais do que isso e assumiu uma série de reivindicações que atingia o conjunto da sociedade. Mas nós não podemos fazer uma avaliação histórica com sentimento saudosista, pois a sociedade brasileira mudou. Além disso, há uma mudança significativa no perfil dos estudantes. Na década de 1960, 80% dos estudantes eram de instituições públicas e 20% estavam nas instituições privadas. Hoje essa relação se inverteu. É preciso entender as mudanças e repensar a atuação da entidade. Não temos que necessariamente ter o passado como parâmetro de avaliação.

Hoje, então, teria que ser uma espécie de UNE de "resultados"?

Não deve ser uma UNE de resultados apenas, como é a prática do chamado "sindicalismo de resultados", mas é preciso conquistar resultados, sem dúvida. Por meio de conquistas pequenas, acumula-se força para um projeto maior, adquire-se representatividade, mais pessoas vão se engajando e interferindo no projeto de forma democrática. E a UNE hoje está mais democrática, na medida em que há uma coalizão das principais forças que atuam no movimento. Isso evita boicotes tradicionais e rompe com o estigma da direção única, monolítica que caracterizou a entidade desde a retomada em 1979 até 1988.

Qual o futuro da juventude?

Foi essa indagação que motivou recentemente a criação do Centro de Formação e Estudos para a Juventude (Cefej), uma organização não-governamental que pretende pesquisar e estudar a juventude no Brasil. Uma iniciativa pioneira, dada sua abrangência e objetivos. O Cefej não desvendará o futuro porque não tem bola de cristal, e também porque nós nos pautamos por métodos científicos de análise. Mas o Cefej certamente dará importante contribuição a todos aqueles que atuam ou querem atuar junto à juventude.

ENTRE A RAZÃO E O SONHO

SOLIDARIEDADE, OPÇÃO DA JUVENTUDE NORUEGUESA

A Noruega tem forte tradição de solidariedade. É o país que destina maior porcentagem do PIB aos movimentos internacionais pela paz e justiça. A juventude norueguesa marca presença na tentativa de garantir a continuidade dessa tradição sonhando com dias melhores para todos os povos

Magali do Nascimento Cunha

Quino

A ironia da personagem argentina de Quino reforça a idéia de que a Noruega é conhecida na América Latina apenas pelo bacalhau que é pescado em suas águas geladas. Nada mais. Nada sobre a Noruega dos *vikings*, dos *trolls*, dos extraordinários *fjords*, do Papai Noel e do sol da meia-noite. Nada sobre a produção de petróleo, os lapões ou o gosto pela leitura (cerca de dez livros por habitante são vendidos anualmente). Nada sobre o estilo de vida desse país escandinavo de 4 milhões de pessoas — "um capitalismo que deu certo", na compreensão local. Nada sobre os desejos e as lutas do povo e a presença marcante da juventude — aí uma novidade. Vale a pena saber mais porque, pelo menos para muitos jovens noruegueses, "o sonho não acabou".

Dentre os setores que atuam efetivamente na sociedade norueguesa, os grupos organizados de jovens estão entre os mais fortes. Motivada por uma vida privilegiada, garantida pelo sistema econômico-social vigente (ver quadro), uma parcela da juventude norueguesa procura mobilizar-se para compreender criticamente a realidade local e internacional e solidarizar-se com os povos e grupos sociais que sofrem qualquer tipo de opressão. Para esses "jovens conscientes" não basta conhecer e analisar os fatos, é preciso agir concretamente.

Protestar é a ordem. Esse posicionamento provoca ações radicais de alguns, que passam até pelo "visual jovem". Basta andar por algumas avenidas das principais cidades para encontrar rapazes de cabelos longos e moças de cabelos curtíssimos, quase inexistentes. Brincos no nariz ao estilo indiano contrastam com as "roupas de exército" e as pesadas botas. Esse visual, totalmente fora do padrão da moda oferecido nos grandes *shopping centers*, reflete o tom de protesto "contra a sociedade européia rica, limpa e bonita".

Uma forma de protesto questionada é o alcoolismo. É grande o consumo de bebidas alcoólicas entre os jovens, mesmo os menores de 18 anos, proibidos por lei de fazê-lo. Freqüentemente, em clubes ou mesmo em casas vêem-se jovens a ponto de atingirem o coma alcoólico.

Uma explicação para tal comportamento, adotado não apenas por jovens mas também por adultos, é o protesto contra o controle exercido pelo governo ao consumo de bebidas. Além da lei que estabelece a idade para beber, as lojas que vendem bebidas alcoólicas fecham mais cedo. Alguns avaliam que quanto maiores a proibição e o controle, mais estimulada fica a população a ingerir álcool, como forma de protesto.

Outra explicação passa pelo lado oposto. A causa do alto índice de alcoolismo seria a frustração e a falta de perspectiva. Por viver numa sociedade bem-sucedida, com acesso a todos os privilégios que oferece, a parcela da juventude e dos adultos que não atingiu um grau de consciência da realidade com ações concretas de solidariedade torna-se um grupo de pessoas sem perspectiva ou projeto de vida. Daí a fuga para o álcool ou as drogas.

Cultura e solidariedade. Ao tentar ir além, o grupo *punk* Blitz marcou presença em 1989, quando ocupou um prédio desativado do governo no centro de Oslo. O grupo resistiu à tentativa de retomada do prédio por parte da polícia, organizou piquetes mobilizando jovens da cidade e, com muita persistência, conseguiu a pos-

CEDI

A infra-estrutura permite a mobilização dos estudantes para a *Operasjon Dagsverk*. 250 mil estudantes trabalharam por projetos do Brasil e do Chile

CEDI

Dentre os setores que atuam efetivamente na sociedade norueguesa, os grupos organizados de jovens estão entre os mais fortes

se. O edifício, de três andares, foi transformado num centro cultural — "Blitz" — com um café, uma livraria, um salão para shows de rock, a redação do jornal *Smorsyka* (editado pelo grupo) e uma emissora de rádio.

Anne Mette, responsável pelo café, diz que muita gente tem medo deles, "principalmente por causa das barricadas em volta do prédio e as placas com a inscrição 'fora', que são destinadas à polícia. Mas as pessoas mais pobres, até as idosas, gostam de vir ao café porque tudo é mais barato". Os jovens que vão ao "Blitz" podem comprar livros e discos com preços reduzidos. Todos os que trabalham lá são voluntários, e o dinheiro arrecadado é destinado à manutenção do prédio, da rádio e do jornal.

O objetivo do grupo é praticar solidariedade com os oprimidos da Noruega e de outros países. No salão de shows há um cartaz que ocupa uma parede, com uma relação de desaparecidos na Espanha e no Chile, por causa de repressão política.

Trabalhar é a ordem. Com o mesmo propósito, porém com outra estratégia, atuam os estudantes dos níveis intermediário e secundário (13 a 18 anos). *Operasjon Dagsverk* (Operação Dia de Trabalho) é a campanha promovida em conjunto com outros adolescentes da Escandinávia (suecos, dinamarqueses e finlandeses), na qual reservam um dia do ano para trabalhar. O salário recebido é reunido e destinado ao financiamento de projetos do Terceiro Mundo nas áreas de educação e juventude. A cada ano é escolhido um ou mais países, de onde serão selecionadas organizações não-governamentais que terão projetos financiados. Os estudantes recebem assessoria de uma entidade escandinava, escolhida anualmente, para gerenciamento da verba e intermediação com os países.

Para realizar a *Operação Dia de Trabalho*, os estudantes contam com uma infra-estrutura que tem o apoio das escolas, do governo e até de empresas privadas. Cada escola possui um grupo de alunos coordenadores com um escritório provido de, no mínimo, um computador e um telefone. Cada estado (condado) possui um comitê coordenador eleito nas escolas, com um escritório em sala cedida ou alugada com todo o equipamento necessário. Em Oslo está o escritório central com o comitê nacional (também eleito). A secretaria executiva recebe um *pró-labore* e todos os demais trabalham como voluntários. Nas proximidades do dia de trabalho até os estudos são sacrificados (como compensação as faltas dos líderes são abonadas).

Com toda essa organização os estudantes mobilizaram, em 1991, 1.400 das 1.600 escolas dos níveis intermediário e secundário em todo o país, num total de 250 mil estudantes, que trabalharam por projetos de sete entidades do Brasil e do Chile. Em 1990, os estudantes escandinavos levantaram 29 milhões de coroas (US$ 4,150 milhões), remetidos para projetos na Índia, Filipinas, México, Colômbia, Tunísia, Nigéria e Senegal.

Sorrir e sonhar. A preparação para o dia de trabalho começa no início do ano letivo. A liderança publicou, em 1991, com a ajuda de assessores, dois cadernos, além do material de divulgação (cartazes, folhetos). Um é informativo e aborda a história, os costumes e os principais problemas dos países-alvo da campanha. O outro é destinado aos professores e traz textos e recursos didáticos a serem aproveitados como apoio à campanha em sala de aula.

Outros subsídios utilizados são os

UMA VIDA DE OUTRO MUNDO

Não é por acaso que os jovens noruegueses avaliam sua vida como privilegiada: 25% da população se encontra na faixa dos 15 aos 25 anos; 99,6% completa os estudos secundários ao passar pelas 4.763 escolas com ensino gratuito oferecido pelo governo; há 60.943 professores de tempo integral para 832.280 alunos.

Os alunos estudam das 8 às 15h30 e em horários livres desenvolvem atividades artísticas ou esportivas. Para alcançarem a universidade — gratuita —, basta ter boas notas e obter a média exigida. Nas séries que antecedem a universidade, os alunos estudam matérias específicas relacionadas ao curso escolhido.

Cada escola possui um comitê de alunos que participa de todas as decisões juntamente com a direção. Alguns deles têm assento, até mesmo, no parlamento municipal e são filiados a partidos políticos.

A Constituição norueguesa diz que o Estado dá assistência a todos por toda a vida. Com esse apoio legal, as famílias com filhos têm suporte econômico, tratamento médico gratuito em todos os hospitais e uma pensão mínima assegurada, para o caso de desemprego.

Os jovens pobres são em sua maioria órfãos ou que optaram por sair de casa e viver fora da proteção dos pais. Muitos pais apóiam financeiramente essa "nova vida", outros não; por isso há os jovens pobres, que recebem empréstimo do governo para sobreviverem e desenvolverem os estudos. Em geral, os jovens só precisam trabalhar após concluírem todos os estudos.

Os rapazes são obrigados a alistar-se no serviço militar aos 18 anos. Mas não precisam parar de estudar; prosseguem os estudos nos próprios quartéis e ganham um salário. Muitos sentem prazer em se alistar pois é uma oportunidade de sair de casa e ter o seu próprio dinheiro. Outros são pacifistas, não querem "aprender a matar pessoas". Para estes, o estado dá o direito de não se alistarem mas devem prestar obrigatoriamente um serviço ao governo, trabalhando como voluntários numa entidade governamental.

slides e os vídeos. Os estudantes produziram dois vídeos sobre o Brasil: um documentário sobre crianças de rua e outro sobre o contraste entre a vida das crianças ricas e pobres nas grandes cidades.

A "Semana Internacional" é outra estratégia motivadora. *Operasjon Dagsverk* leva à Noruega jovens ligados às entidades que receberão o financiamento a fim de realizarem um intercâmbio com os estudantes nas escolas, falando de seu país, seu trabalho e da forma como será utilizada a verba remetida.

Além disso são realizados debates, exposições de fotos e *slides*, shows musicais, venda de comidas típicas dos países do intercâmbio. A "Semana Internacional" é encerrada com o dia de trabalho.

O dia de trabalho é uma grande festa. Em 1991 o dia 24 de outubro levou às ruas, praças e casas, milhares de estudantes noruegueses sensibilizados com as grandes questões sociais do Brasil e do Chile, e interessados em prestar solidariedade.

Em todo o país, os jovens venderam *cookies*, *wafles*, chocolate quente, artesanato; cantaram, representaram, satirizaram; lavaram pratos, chão, janelas, carros; cortaram grama, pintaram, consertaram, cozinharam. Tudo o que fosse possível para conseguir as coroas (moeda local) que iriam ajudar a melhorar a vida das crianças de rua, a defender a Amazônia, a fazer comunicação popular, a alfabetizar os iletrados... A certeza de que qualquer quantia não iria solucionar tantos problemas não abalou os rostos sorridentes. O sentimento e o sonho foram maiores, sacudindo o país. Grandes e pequenos jornais publicaram matérias sobre a campanha e os vídeos sobre o Brasil foram veiculados pela TV estatal em horário nobre.

Por viver numa sociedade bem-sucedida, com acesso a todos os privilégios que oferece, uma parcela da juventude e dos adultos fica sem perspectiva ou projeto de vida. Daí a fuga para o álcool ou as drogas

Grupos como *Blitz* e estudantes da *Operasjon Dagsverk* são criticados como "burgueses assistencialistas" ou "elite boazinha". Difícil julgar. Fácil é sorrir e sonhar junto, e acreditar que, apesar de qualquer coisa, o mundo ainda pode ser uma aldeia.

Magali do Nascimento Cunha é jornalista e integra o Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI. Esteve em 1991 na Noruega como representante do CEDI para participar da "Semana Internacional".

JOVENS LUTERANOS PREOCUPAM-SE COM ASCENSÃO ECONÔMICA

Pesquisa realizada pelo Conselho da Juventude Evangélica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil — IECLB (agosto e setembro de 1991), em algumas cidades do sul do País, revelou que 50% dos jovens têm como grande preocupação a ascensão econômica. Eles desejam trabalhar para entrar mais cedo no mundo dos adultos.

Apenas 25% dos entrevistados encontraram aspectos positivos na permanência em um grupo de juventude evangélica.

De acordo com a pesquisa, somente 20% dos jovens sentem-se envolvidos nas atividades de suas comunidades; outros 25% estão mobilizados em atividades fora da comunidade e 55% não estão engajados em qualquer projeto.

A pesquisa concluiu que os jovens esperam maior união, compreensão e reflexão bíblica em torno da realidade em que vivem.

Fonte: Jornal Evangélico (IECLB), dezembro / 1991

BLOCOS ECONÔMICOS, NACIO

PARADOXALMENTE, A CONJUNTURA INTERNACIONAL APRESENTA TRÊS GRANDES PROCESSOS, APARENTEMENTE CONTRADITÓRIOS: A CONCENTRAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA, O VIGOR DAS ETNIAS E A PROPOSTA NEOLIBERAL. APRESENTAMOS UM BLOCO DE ARTIGOS QUE DEBATEM COM PROFUNDIDADE ESSA TEMÁTICA.

1 OS ANOS DE 1990 VISTOS DO SUL: DESAFIOS E TENDÊNCIAS

A análise mundial, baseada em resumo do artigo de René Dreifuss, delineia questões relativas à reestruturação mundial que conformam impactos na própria estrutura da sociedade civil do Terceiro Mundo. Tangencia, desse modo, hipóteses compreensivas da situação brasileira neste fim de milênio

Apesar da retórica do "comércio livre", já se insinua no eixo Norte-Norte um novo protecionismo, que implica a continuidade e o desenvolvimento de diversos mecanismos e atitudes políticas e legais, como arranjos especiais nas transações comerciais, restrições nas exportações e importações, subsídios à produção e comercialização, tratamentos preferenciais, etc. Enquanto isso, no eixo Sul-Sul, o "livre comércio" é imposto como política de portas abertas. Já no Norte, a "desregulamentação" e a "privatização" nunca têm estado na agenda.

Esse comércio, administrado desde posições de força, propicia a constituição de uma nova fase de "intercâmbio desigual", com a conseqüência de maior dependência do Sul em relação ao Norte.

Estratégia dos Estados Unidos. Torna-se de capital importância o desenvolvimento de renovadas relações Estados Unidos-América Latina. Para o primeiro, como pólo-motor do seu macromercado no norte do Continente, a América do Sul é a única área de expansão que lhe resta sem o questionamento de forças externas à região, apesar dos volumosos investimentos europeus e japoneses. Os acordos com o México implicam que este funcione como conduto e veículo do recrutamento de outros países latino-americanos, como já é o caso do Chile.

A "Iniciativa das Américas", do presidente Bush, procura iniciar o esforço para criar uma Zona de Livre Comércio de dimensões hemisféricas, que certamente favorecerá novos investimentos norte-americanos na região, assim como impulsionará os interesses já estabelecidos.

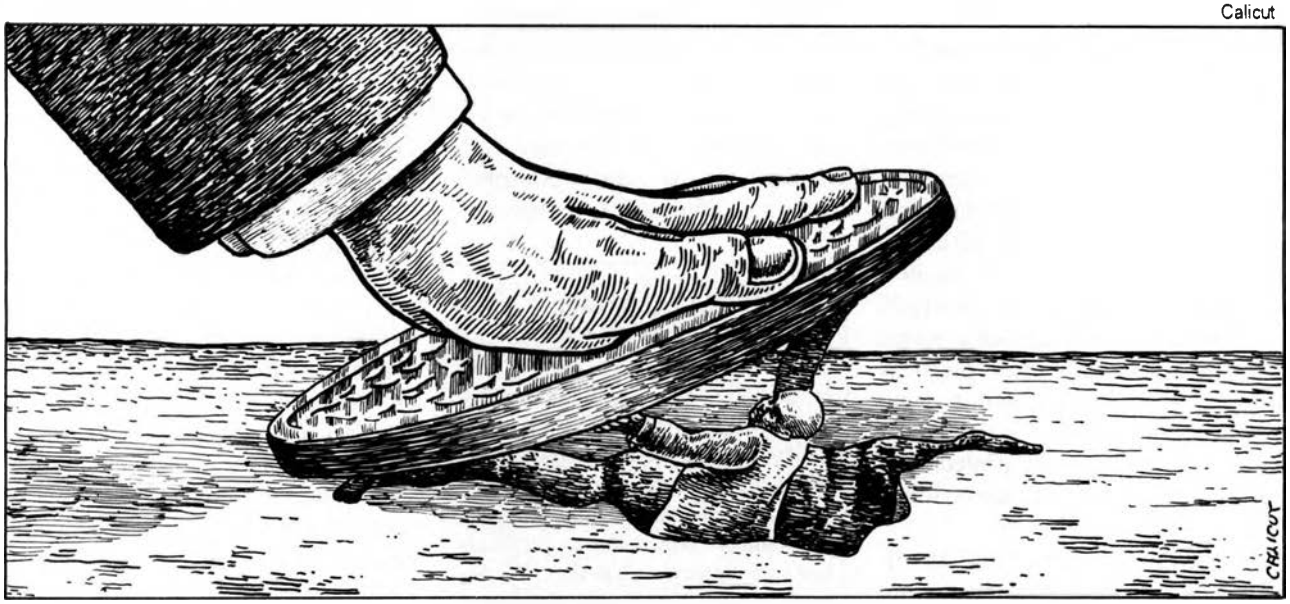
Economia intercontinental. A ausência de um poder hegemônico, seja de uma única nação, uma coalizão ou um alinhamento, resulta em dificuldades para impor um regime de comércio global investido de autoridade planetária. Estamos no limiar da emergência de uma complexa economia intercontinental (de macromercados), com um firme crescimento das atividades de serviço, que já incorpora 70% da força de trabalho nos Estados Unidos e um pouco menos na Europa Ocidental.

Intensificam-se os esforços para introduzir processos de *High Tech* na produção e administração das próprias indústrias tradicionais. Essa questão é crítica para os países do Sul, já que estipulará o tipo, o alcance e a velocidade de realocação industrial para o Norte.

A economia global está emergindo junto com os primeiros sintomas das possibilidades de uma *Polity Global*, isto é, de uma forma planetária de gerenciamento dos assuntos públicos e cívicos mais variados que perpassam as diversas estruturas políticas, socioeconômicas e culturais das diferentes sociedades. Os estandartes e focos dessa inovação são os estados transnacionais e multinacionais em gestação (as repúblicas da ex-URSS), os estados polinacionais

NALISMOS E LIBERALISMO

Calicut



(Estados Unidos, China, Thecoslováquia), as instâncias supranacionais (parlamento europeu) e as estruturas de poder de elite transnacionais.

Os megaconglomerados de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, produção e comercialização, e as corporações estratégicas, baseadas e orientadas por matrizes científicas e corações tecnológicos (não mais por estratégias de produtos) estabelecem a sua primazia sobre os setores financeiros.

O conhecimento (criação, aquisição, preservação, disseminação, aplicação) tornou-se a *commodity* da década, o que determinará profundas transformações nos sistemas financeiros e de seguros, em seus vários compartimentos.

A capacidade das nações será medida e dependerá da capacitação científica e das possibilidades de aplicação tecnológica. O "fator humano" (e a qualidade de vida assegurada para a sua potenciação) e o "conhecimento" que o ser humano produz serão novamente os pontos centrais, alicerçados tanto na qualidade da educação e da informação em todos os campos quanto na sofisticação do preparo técnico e administrativo.

Mudança estrutural interna. Parece que marchamos para uma legitimação internacional, que resulta não da demanda por paz ou guerra, mas de uma profunda insatisfação com as ordens internas. O mundo está sendo restaurado e renovado com uma ampla recomposição de forças, em que a mudança parece ser não somente possível e desejável, mas necessária e legítima.

O debate passa a girar em torno da validade das próprias estruturas sociais, políticas e institucionais. Uma década se inicia na qual as disputas têm a ver não apenas com a conciliação das divergências dentro de estruturas pragmaticamente aceitas, mas com as tentativas de visualizar formas de organização societária para além dos modelos e paradigmas básicos existentes, o que pressupõe a crescente rejeição das estruturas internas, sejam elas quais forem.

Nos países das Américas, no entanto, a rejeição do autoritarismo e da corrupção burocrática, dentro da luta antimilitar e contra o Estado policialesco, não foi combinada com a ampla rejeição do capitalismo, mas com uma difusa demanda por mudanças, além de uma ambígua noção de justiça social. A luta política continua gestando organizações não-doutrinárias de ação programática, tanto nas emergentes sociedades civis quanto nas consolidadas sociedades do Norte.

Quais serão os princípios de legitimação da ordem interna e da mudança social e política? Certamente não se pode ficar à vontade com as superficialidades do neoliberalismo e com a estreita discussão a respeito da pretensa — senão falsa — polaridade "estatismo versus privatismo". Será o Democratismo Societário? Talvez a Responsabilização Social? Ou, ainda, o senso de *nationhood*, isto é, a consciência da afirmação de identidade e do fato de se pertencer ao todo nacional? Porque, paradoxalmente, em meio às tendências para o capitalismo global, somos tes-

temunhas da ventura da redescoberta da identidade nacional e do seu possível desdobramento, o nacionalismo.

Mentes e portos: abertura no Terceiro Mundo. Mas, no Terceiro Mundo, nem a *nationhood* nem o nacionalismo estão sendo encorajados, apesar das duas diversas estruturas sociais continuarem empenhadas na busca de identidade e de afirmação política e existencial como nações. Muito pelo contrário, com suas políticas de "corações, mentes e portos abertos", nacionalismo e políticas nacionalistas são retratados como anacrônicos e disfuncionais, igualados a um ultrapassado protecionismo econômico e cegueira ideológica.

Os nacionalismos latino-americanos estão sob cerrado ataque: do exterior, a batida vem sob a bandeira da eficiência, impulsionada pela supremacia científico-tecnológica, que se realiza em economias de larga escala e de consumo intensivo; internamente, a pressão é exercida em nome de um neoliberalismo superficial, que supostamente estaria sendo implementado na Europa, Estados Unidos, Coréia e Japão.

Satisfação societária. Neste sentido, impõe-se uma questão importante: Quais seriam os parâmetros da estabilidade social e os princípios das "sociedades civis" em gestação? A resposta, embalada pelo sentimento pragmático generalizado, ao qual não importa sistema ou regime, estaria na procura da "satisfação societária", isto é, de como alcançá-la aqui e agora e não somente desejá-la para um futuro incerto.

É bom reiterar que o anseio e a vivência da "satisfação societária", sejam de porte nacional ou continental, comportam um pacote de demandas. Afirmam a cidadania (liberdade e direitos civis explícitos, o antiautoritarismo ativo e o respeito à diversidade, além da concordância intrínseca com a pluralidade) em lugar do dirigismo governamental. Relegam a mero problema intelectual, acadêmico ou de fé a igualdade, que passa a ser substituída pela bandeira da eqüidade (certeza de poder desfrutar de benefícios sociais, consumo e recompensas materiais, de forma "imparcial", isto é, uma certa correspondência entre a contribuição e a retribuição). E reclamam o bem-estar "utilitário" em lugar do democratismo formal. Uma espécie de recuperação do utilitarismo "tradicional", segundo o qual as melhores diretrizes — práticas e institucionais — são as que maximizam a quantidade e qualidade total de bens e serviços colocados à disposição dos cidadãos-societários-usuários, estaria, assim, na ordem do dia.

Política do justo e o possível. No entanto, é bom enfatizar que a demanda por "satisfação societária" irrompe mais como da sociedade organizada de forma não-convencional do que como objetivo de Estado ou preocupação de governo. Quais serão, assim, os princípios organizadores dos governos dos novos tempos? Eficiência, eficácia e "expediente" (o uso de métodos vantajosos, em vez dos que sejam justos ou equilibrados) na gestão da coisa pública, para assegurarem o máximo de racionalidade técnica, alcançarem o sucesso econômico e a conformidade nacional.

Por tudo isso, é fácil imaginar que na agenda das sociedades atuais — e nem tanto de seus governos —, em vez da construção de uma nova ordem interna e até internacional, o que encontramos é a conciliação do justo, desejável e plausível, com o que é possível, realizável e de sentido comum. Mas esta é uma questão complexa. Ser justo é uma condição ou avaliação que depende das estruturas internas do Estado que, por sua vez, está sob constante pressão. O que é possível depende dos seus próprios recursos, sua estrutura interna e sua posição geográfica, balanceada contra os recursos, estruturas e posições de outros. Continuamos a lidar com uma questão de poder. E este é o coração do problema.

FORMAÇÃO DE MEGAEMPRESAS

No Seminário Internacional sobre Defesa da Concorrência (Brasília, junho de 1991) foram debatidos os acordos e fusões entre empresas, os quais são capazes de aumentar a produtividade, mas também podem causar prejuízos aos consumidores. A defesa da concorrência, nos Estados Unidos, é rigorosamente regulada pela Lei Sherman (1890) e Lei Clayton (1914).

O presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Ary Oswaldo M.Filho, argumenta que o modelo norte-americano não se aplica ao Brasil. Aqui o Estado cria subsídios, fixa incentivos ou tem participação direta em inúmeras empresas.

A questão das fusões não pode ser analisada apenas pela ótica monopolística. (Fonte: Gazeta Mercantil, 26/6/91)

ALGUMAS FUSÕES OCORRIDAS NOS ÚLTIMOS MESES

- Gessy Lever incorpora todos os ativos da Latícinios Rex S/A. (Gazeta Mercantil, 3/5/91)
- Grupo Rockwell International Corporation compra parte da Olivetti. (Gazeta Mercantil,11/12/91)
- Vasp e Transbrasil se unem. Empresas formam a SP Air. (Jornal do Brasil, 6/9/91)
- Carrefour compra rede concorrente de varejo Euromarché. (Gazeta Mercantil, 25/6/91)
- Fiat compra 30% da Lada. (Gazeta Mercantil,24/5/91)
- A Sony compra a Columbia Pictures Entertainment por US$ 4,3 bilhões. (Jornal do Brasil, 28/9/89).

Emir Sader, professor de Sociologia da USP, é autor desta versão resumida de artigo do mesmo nome publicado pelo PACS em setembro de 1990.

Imagens da Terra / J.R.Ripper

A violência com que eclodem atualmente os nacionalismos em vários pontos do planeta coloca o desafio de entendermos essas manifestações ultrapassando as interpretações que os classificam como "ideologias" ou, no limite, reconhecem a sua complexidade

2 NACIONALISMO COMO ARTEFATO CULTURAL

José Reginaldo Gonçalves

Atualmente, fala-se num processo de ressurgência dos nacionalismos. Estaríamos diante de um processo violento de valorização dos particularismos, de fragmentação, em detrimento de toda e qualquer perspectiva totalizadora. Simultaneamente, fala-se também em mundialização da economia e da política, da formação de grandes blocos internacionais que, supostamente, transcenderiam diferenças de natureza sociocultural a partir de redes de alianças estritamente políticas e econômicas. As próprias fronteiras nacionais perderiam a nitidez e a relevância na orientação cotidiana de vastas coletividades humanas. Os agentes desse processo — lideranças políticas internacionais, técnicos, intelectuais — interpretam suas ações a partir de valores modernos universalistas que assumem implicitamente que as diferenças socioculturais seriam ou tendem a se tornar coisas do passado ou, na melhor das hipóteses, artigos para a indústria do turismo que, afinal, é a produção da "in-diferença". Esses agentes acreditam que atuam numa espécie de vazio sociocultural, num espaço indiferenciado que não ofereceria nenhuma resistência a suas intervenções. Estariam, supostamente, diante de um mundo rarefeito em termos de idéias de valores socioculturais diferenciados.

A violência com que eclodem atualmente os nacionalismos em vários pontos do planeta, por exemplo na Europa Oriental, nos dá a medida da parcialidade desse ponto de vista. Os nacionalismos têm sido muitas vezes interpretados como "ideologia", como "falsa consciência", no sentido marxista clássico do termo. Segundo essa linha de raciocínio, a idéia de nação teria sido produzida pelas classes dominantes com o propósito de mascarar contradições fundamentais de natureza econômica e política. Esse tipo de interpretação, pelo seu reducionismo, deixa de dar conta da especificidade e complexidade do fenômeno, reduzindo-o a um reflexo de interesses sociais. Ficamos sem saber porque, afinal de contas, o nacionalismo, e não um outro valor qualquer, é usado para mascarar aquelas contradições. Ficamos sem saber também porque, afinal, os nacionalismos produzem tamanha adesão emocional por parte de indivíduos e coletividades.

Comparar culturas ou sociedades constitui um procedimento usual dos antropólogos. Seja buscando o que existe de comum entre as diversas sociedades humanas ou o que as singulariza, os antropólogos estão sempre interessados nos sistemas de signos por meio dos quais cada sociedade se diferencia em relação à "natureza" ou a outras coletividades humanas. Ao falarem sobre nacionalismos, os antropólogos focalizam suas

dimensões socioculturais, os sistemas de signos mediante os quais é produzida a própria idéia de "nação", deixando a outros especialistas as dimensões estritamente políticas e econômicas.

A idéia de nação. A idéia de "nação" tem sido interpretada pelos antropólogos como um princípio de estruturação social e cultural, ao lado de outros tais quais parentesco, religião, gênero, idade e classe social. Essa estratégia vem sendo usada como fonte de renovação das interpretações sobre o nacionalismo, como é o caso de Benedict Anderson, para quem os nacionalismos deveriam ser pensados não como "ideologia", mas como "artefatos culturais de um tipo peculiar", mais próximos a "religião" e "parentesco" do que a "liberalismo" e "fascismo". Desse modo, pertencer a uma nação é interpretado como algo semelhante a pertencer a uma comunidade religiosa ou a uma rede de relações de parentesco. No entanto, o que singularizaria o pertencimento a uma nação seria o caráter "imaginado" das comunidades nacionais. Nestas, um vasto número de pessoas acredita pertencer a um mesmo conjunto sem que, no entanto, jamais se conheça mutuamente. Nas palavras daquele mesmo autor, as comunidades nacionais são "imaginadas" porque "nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão" (*Nação e Consciência Nacional*, Ed. Ática).

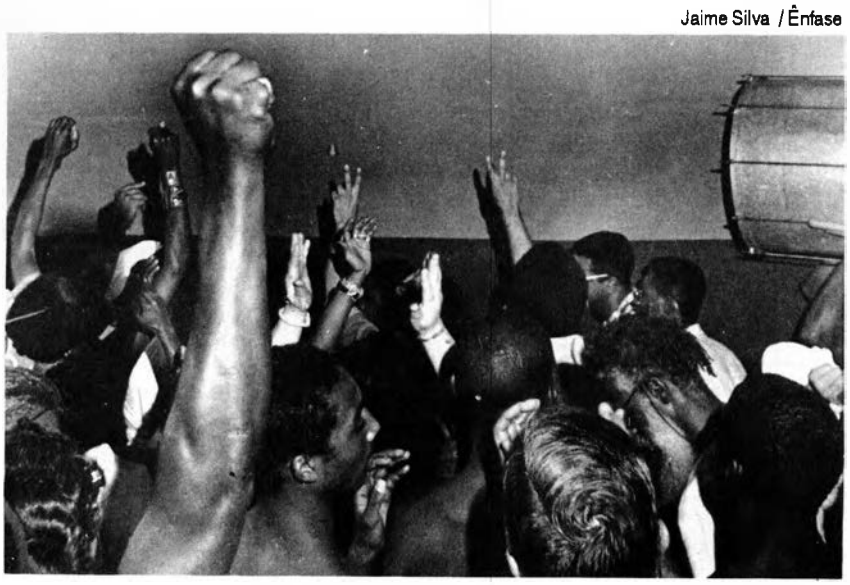
A "nação" emerge como uma construção sociocultural, a partir do século XVIII, concomitantemente à noção moderna de "indivíduo"

Do ponto de vista antropológico, a "nação" é uma idéia eminentemente moderna, inexistente em contextos socioculturais tradicionais. Segundo um conhecido antropólogo francês, Marcel Mauss, uma nação, no sentido moderno do termo, existe na medida em que sejam eliminadas todas as formas tradicionais de distinção social e por meio das quais as sociedades tradicionais segmentavam-se em vários subgrupos hierarquicamente ordenados e que, por sua vez, assemelhavam-se a distintas humanidades. Segundo esse autor, "não pode haver nação sem que haja uma certa integração da sociedade, quer dizer, que ela tenha abolido toda segmentação em termos de clãs, cidade, tribos, reinos, domínios feudais". Em conseqüência desse processo radical de integração, estabelece-se uma relação direta, sem intermediários entre a nação e o cidadão. De tal modo que os agentes sociais vêm a ser despidos de toda e qualquer qualificação social singularizadora, qualquer sinal de distinção, desenhando-se de modo universalista e igualitário enquanto "cidadãos".

Modernidade e tradição. No entanto, estamos lidando aqui com uma formulação ideal. Desse modo, é preciso considerar que esse processo de integração não leva necessariamente ao desaparecimento daquelas formas tradicionais de segmentação, as quais podem muito bem conviver e combinar-se com formas nacionalistas. Em contextos socioculturais como o brasileiro, a presença de idéias e valores modernos não eliminou uma série de relações marcadas por valores e idéias tradicionais. Conforme demonstrou Roberto Da Matta em seu livro *Carnaval, Malandros e Heróis*, a combinação paradoxal de modernidade e tradição é exatamente o que caracteriza o que ele chama de "dilema brasileiro".

A "nação" emerge como uma construção sociocultural, a partir do século XVIII, concomitantemente à noção moderna de "indivíduo", um ser produzido a partir de valores como "igualdade" e "liberdade" e pensado como independente de todo e qualquer tipo de laço social. Há uma profunda afinidade entre o "indivíduo", enquanto valor moderno, e a "nação". Esta, segundo a fórmula de outro antropólogo, Louis Dumont, é uma coleção de "indivíduos" ou um "indivíduo coletivo". Desse modo, as nações definem-se principalmente pela sua natureza independente, recusando toda e qualquer relação de interdependência hierárquica. Da mesma forma que os indivíduos, elas são pensadas com uma

Jaime Silva / Ênfase



"identidade" ou um "caráter" próprios, prezando ao extremo sua independência e liberdade. Suas "fronteiras" territoriais, sociais e culturais seriam nitidamente demarcadas e preservadas.

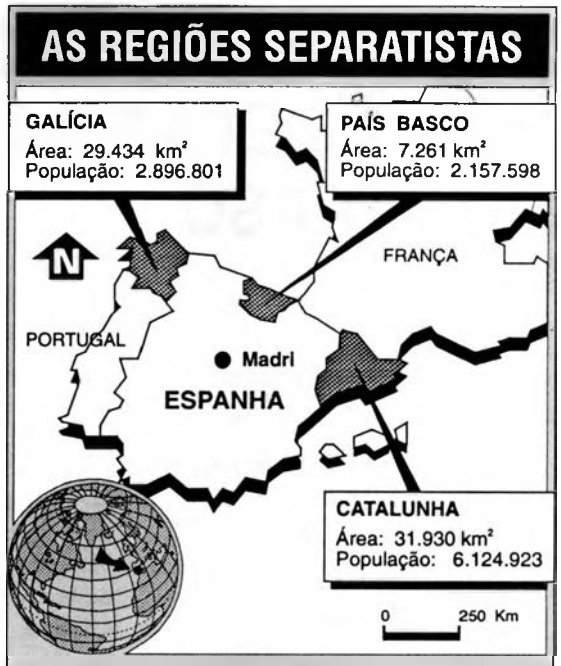
Esses traços, no entanto, não são absolutamente universais, antes o produto histórico, singular das modernas sociedades ocidentais. Vale lembrar que a maioria das sociedades estudadas pelos antropólogos (sociedades complexas tradicionais, sociedades tribais) assume como um valor crucial as relações de interdependência intra ou intersociais. Algumas sociedades tribais pensam-se enquanto pares de metades sem que uma possa existir sem ser complementada pela outra. Muitas sociedades complexas tradicionais estruturam-se a partir de uma série de relações hierárquicas de interdependência entre diferentes castas, estados, clãs, domínios feudais, etc.

O desafio de uma interpretação abrangente. Essa moderna configuração sociocultural das nações e dos nacionalismos produz e reproduz constantemente diferenças pensadas como irredutíveis. Expressas na forma de sinais diacríticos "nacionais" — língua, "tradições", "culturas", etc. —, elas desafiam os discursos universalistas que apostam numa homogeneização decorrente da mundialização das relações econômicas e políticas.

O principal desafio, no entanto, está não apenas em reconhecermos a especificidade e a complexidade dos nacionalismos, sem o reduzirmos à condição de "ideologias", mas também em não reificarmos o seu regime de produção de diferenças. Desse modo, vale assinalar que as "nações" e os "nacionalismos" não precisam ser vistos como "fenômenos" socioculturais, como entidades preexistentes às interpretações produzidas pelos antropólogos, cientistas políticos, historiadores e intelectuais em geral. De certo modo, essas interpretações não apenas "refletem" mas, na verdade, "produzem" o seu objeto. Ao escreverem sobre a "identidade", a "memória", a "tradição" ou a "cultura" de uma determinada sociedade, os intelectuais "inventam" a realidade que a substancializaria enquanto uma "nação". (Vale assinalar que a palavra "invenção" é usada aqui não no sentido de "artificialidade" ou "falsidade", mas no sentido de "criatividade").

Muitos antropólogos e historiadores têm enfatizado esse ponto a partir de pesquisas realizadas sobre diversos contextos socioculturais. Como exemplos, podemos nos referir à coletânea organizada por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, *A invenção das tradições*, Ed. Paz e Terra; ao estudo de Michael Herzfeld sobre Grécia, *Ours Once More: folklore, ideology and the making of modern Greece*, Ed. Pella, Nova York; ao estudo de Richard Handler sobre Quebec, *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*, Ed. Univ. of Wisconsin Press, Madison. Sobre o caso brasileiro, vale lembrar o excelente estudo de Lúcia Lippi Oliveira sobre *A Questão Nacional na Primeira República*, Ed. Brasiliense, São Paulo.

Enquanto "artefatos culturais", as nações e os nacionalismos são o efeito contingente de estratégias discursivas histórica e politicamente situadas. No entanto, o regime de produção das diferenças que norteia os discursos nacionalistas está baseado na essencialização das distinções culturais. Não precisamos aceitar esse regime para darmos conta da singularidade e da complexidade dos nacionalismos. Em vez de perguntarmos pelo que faz as nações diferentes entre si, seria mais produtivo se perguntássemos sobre os modos de produção e de uso dessas diferenças. Essa estratégia nos tornaria mais sensíveis aos múltiplos significados que podem assumir os nacionalismos em diferentes contextos socioculturais.



As lutas nacionalistas no Leste Europeu, até mesmo produzindo guerras violentas entre etnias, como o recente caso da Iugoslávia e a independência dos países bálticos, animaram o debate separatista na Espanha.

A Catalunha, a Galícia e o País Basco não estão satisfeitos com o simples grau de regiões autônomas que lhes foi concedido pela Constituição de 1978. No País Basco a questão da soberania é combatida com armas pelo grupo terrorista ETA (Pátria e Liberdade). Na Catalunha foi realizada uma pesquisa e 40% da população afirmou que deseja a independência desde que não haja conflitos de ordem pública.

Fonte: Isto é, Senhor — 4/12/91

José Reginaldo Gonçalves é antropólogo e pesquisador do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

3 LIBERALISMO: A IDEOLOGIA DO ATRASO

O liberalismo voltou ao cenário brasileiro com a transição política, no plano interno, e a onda neoliberal, no plano internacional. Resgatado na forma da oposição "sociedade civil/Estado", opta-se pelo liberalismo econômico em detrimento dos direitos sociais e políticos negados ao povo brasileiro

Emir Sader

Não se pode julgar uma pessoa, uma força política ou uma corrente de pensamento pelo que elas falam de si mesmas. Senão, o que seria da ideologia? Afinal de contas, esta é definida precisamente como a expressão, no plano das idéias, de interesses materiais e de classes sociais que os portam.

Não fosse a noção de ideologia, seria impossível entender a função social das idéias. Os grandes temas de cada época seriam reduzidos a embates de argumento de lado a lado, isolados e contrapostos ao mundo da produção e reprodução das condições de vida dos homens. Não haveria história, mas seqüências de polêmicas, com razões e sem razões. Perderíamos a possibilidade de explicar, de forma unificada, o sentido de cada sociedade, o conteúdo social de cada argumento, o caráter de cada idéia.

Toda esta introdução vem à mente porque o liberalismo — quem diria — está de volta. Com roupagem nova, ele tenta outra chance, aproveitando-se dos tropeços do Estado de bem-estar social e do socialismo estatista.

Brasil e as ideologias. O Brasil viveu a hegemonia de várias ideologias nas últimas décadas, em que cada uma correspondia a etapas do processo de acumulação do capital e dos formatos hegemônicos das classes dominantes, com suas alianças e contradições. O nacional-estatismo, vigente dos anos de 1930 aos de 1960, correspondeu à industrialização substitutiva de importações e a um bloco no poder sob hegemonia do capital industrial, em aliança com a burguesia comercial e a oligarquia tradicional. Setores das classes trabalhadoras funcionavam ali como classe de apoio, externa ao bloco, dando-lhe legitimidade social.

Durante a ditadura militar, a ideologia de Segurança Nacional soldou o novo bloco no poder, consolidando a aliança entre o capital industrial internacionalizado com o capital financeiro, excluindo setores populares e escudando-se num regime de força.

Autoritarismo: ideologia da transição conservadora. O liberalismo voltou à cena no Brasil com a transição política, no plano interno, e com a onda neoliberal, no plano internacional. Não é a primeira aparição liberal no cenário ideológico brasileiro. Os regimes oligárquicos — tanto sob a monarquia quanto na chamada "Primeira República" — se realizaram sob a cobertura liberal. Sabe-se que o liberalismo nasceu fadado à farsa no Brasil porque, já na sua origem, compactuou explicitamente com a escravidão.

Ele serviu também para justificar a hegemonia oligárquico-exportadora, ao teorizar o livre comércio que, num país que chegava atrasado ao mercado internacional, significava bloquear as possibilidades de industrialização. Por isso a industrialização se fez, nos primeiros tempos,

Mauro Gonçalves / Imagens da Terra

Foto: A crise dos 147% — aposentados em manifestação no Rio de Janeiro

Marcelo de Oliveira / Imagens da Terra

Foto: Correios / RJ— mais uma fila de desempregados na modernidade recessiva

com argumentos antiliberais, ao amparo do Estado e do populismo nacionalista.

O liberalismo voltou, como dissemos, diante da oposição generalizada à ditadura militar, no transcurso dos anos de 1980. A teoria do autoritarismo, como ideologia da transição conservadora, resgatou o liberalismo na forma da oposição "sociedade civil/Estado", aquela como repositório da democracia, este do "autoritarismo".

A democratização se reduziria, segundo essa teoria, à desconcentração do poder político em torno do Executivo e à desconcentração econômica em torno do Estado. A primeira parte do programa foi realizada já quando, conforme expressão da época, se sacudiu o "entulho autoritário", supostamente recuperando-se o Estado democrático. A outra parte está entregue ao programa de liberalização econômica, do qual o governo Collor se faz protagonista.

Mas, além do apelo eleitoral de teses liberais — cada um faz o que quer, a liberdade de cada um termina quando começa a do outro, etc. —, o retorno do liberalismo, com novo envoltório, corresponde a uma etapa histórica do capitalismo brasileiro e de sua inserção no capitalismo internacional.

A corrida do Brasil frente à economia internacional. O "social-liberalismo" em que vem envolto representa a fórmula de readequação do capitalismo brasileiro ao novo ciclo de expansão da economia internacional. Este representa, para as potências do Norte, um acelerado crescimento econômico, baseado centralmente em investimentos tecnológicos que renovam rapidamente sua estrutura produtiva e expandem e diversificam o setor de serviços.

Mas se trata de uma reagrupação que não inclui os países do Sul, à exceção daqueles cooptados pelo Norte, por características específicas — proximidade física, como o México, abertura da economia e presença de recursos de matérias-primas estratégicas, como o Chile. Não há perspectivas propostas aos outros países, que incluem 75% da humanidade. No máximo, o discurso promete regularização do fluxo financeiro, ao custo descomunal da atualização no pagamento da dívida externa.

O Brasil corre atrás da suposta modernidade pela porta da renegociação da dívida externa que, mais uma vez, comanda, por indução, as políticas econômicas internas. O governo aumenta os preços dos serviços públicos 15% acima da inflação, por determinação do FMI, apesar da afirmação retórica de todos os governantes, desde Tancredo, de que "não se pagará a dívida externa com a fome do povo brasileiro".

Trata-se da tentativa de canalizar recursos externos para o País, com uma política que, ao mesmo tempo que regulamenta a economia, levantando as proteções ao mercado interno, diminui o déficit estatal mediante privatizações. Porém, ao contrário da retórica liberal, o Estado deixaria de estar onde não deveria estar — empresas estatais —, sem com isso privilegiar os investimentos sociais. Ao contrário, enquanto permanecem os subsídios, as isenções, os empréstimos a fundo perdido — como aos usineiros do Nordeste —, os funcionários públicos têm os salários arrochados (incluídos os professores universitários e os órgãos federais de pesquisa), os hospitais públicos ficam em situação de calamidade pública pelo não-repasse de verbas federais, os aposentados são agredidos pela polícia, enquanto o próprio governo e um punhado de grandes empresas sequer repassam à Previdência o dinheiro descontado dos salários dos trabalhadores.

Em suma, o Estado só se torna mínimo naquilo que ele, bem ou mal,

O liberalismo — quem diria — está de volta. Com roupagem nova, ele tenta outra chance, aproveitando-se dos tropeços do Estado de bem-estar social e do socialismo estatista

SEGUINDO O MESMO CAMINHO

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, anunciou que o Brasil deverá seguir os passos dados pelos argentinos, mexicanos e chilenos, para adequar a economia ao modelo neoliberal do "estado mínimo". Por isso, ele mesmo admitiu que 1992 deverá ser pior do que o ano passado. Mas acena com a possibilidade de crescimento em seguida.

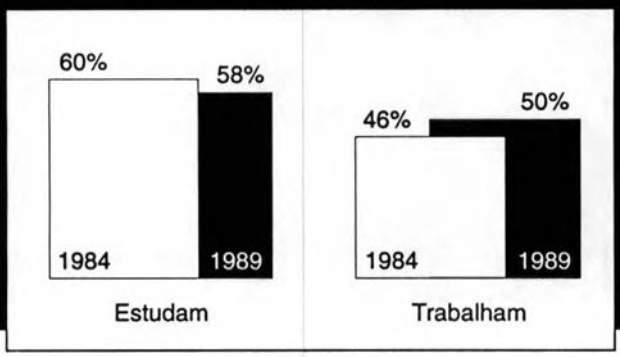
Marcílio só não disse que, embora tenha crescido economicamente, a Argentina tem hoje 2 milhões de desempregados, numa população de 30 milhões de habitantes. No Chile, dois terços da população vive da "economia informal", de um total de 14 milhões de habitantes.

Fonte: CAMP, fevereiro/92

João B. Farias

QUEM TRABALHA E QUEM ESTUDA

Cinco anos depois, os reflexos da crise. Mais jovens estão trabalhando e menos estão estudando



A conclusão é lógica: após cinco anos, a crise econômica forçou os jovens a entrar mais cedo no mundo adulto, adquirindo maior responsabilidade e independência. Em consequência, segundo a McCann-Erickson, eles se tornaram mais conscientes e escrupulosos como consumidores.

Fonte: Jornal da Tarde, 27/5/91

O Brasil corre atrás da suposta modernidade pela porta da renegociação da dívida externa que, mais uma vez, comanda, por indução, as políticas econômicas internas

vinha fazendo ou poderia vir a fazer: neutralizar um pouco as selvagens políticas ditadas pelo mercado monopolizado, mediante certas esferas de proteção, relativamente resguardadas das leis de ferro da mercantilização.

A readequação do Estado brasileiro à etapa atual do capitalismo internacional significa reduzir ainda mais a dimensão do mercado brasileiro, reconcentrando aceleradamente a renda e modernizando o consumo por meio de importações e fabricação no País de equipamentos que respondam não aos milhões que precisam de sapatos, mas aos poucos milhares que desejam a telefonia móvel, os automóveis importados e outras geringonças eletrônicas. Pela primeira vez, a quantidade de trabalhadores sem carteira assinada cresce em relação aos da economia formal. Mais da metade dos trabalhadores nas oito principais regiões metropolitanas do Brasil está relegada à economia informal, com a instabilidade de ocupação, a falta de direitos assegurados, a inorganicidade associativa.

A ideologia do "social-liberalismo". É esse quadro que é encoberto pela ideologia do "social-liberalismo", como função de mascarar a realidade com um discurso teórico. Um liberalismo que não comanda as economias do Japão, Alemanha, Coréia, França, Itália, enfim, dos países cujas economias tiveram os maiores índices de crescimento. Um liberalismo que levou a Inglaterra a uma nova fase de decadência econômica e que, nos Estados Unidos, não implica privatizações, mas debilitamento dos recursos para as políticas sociais, com a falência de seu sistema educacional — e, em conseqüência, de pesquisa tecnológica — e com o abandono dos idosos, minorias, deficientes físicos.

Entre nós, a reivindicação do direito de cidadania efetivamente extensivo a todos não faz parte do receituário liberal. Opta-se pelo liberalismo econômico — a cara real dessa ideologia — em detrimento dos direitos sociais e políticos, negados para a grande maioria dos brasileiros.

Se esse é o preço de o Brasil se colocar à tona com o mercado internacional, ele não vale a pena ser pago. Temos que nos dedicar ao retorno ao mercado interno, com o formidável potencial de consumo, e a preparar, mediante políticas educacionais, de saúde, habitação, transporte, a nossa força de trabalho para a construção de uma nação democrática e pluralista.

Mão-de-obra qualificada. Passou o tempo em que o capital internacional se interessava pela mão-de-obra desqualificada e barata, que nossos governantes vendiam lá fora como atração ao investimento externo, tal qual cafetões da miséria dos nossos trabalhadores. Hoje, se queremos atrair capitais de fora, temos que preparar nosso povo para manejar equipamentos de trabalho sofisticados, que é o que atrai os capitais que empregam menos trabalhadores, muito mais qualificados. Temos que investir nos recursos humanos de que dispomos, redistribuir a mão-de-obra e o capital, com vistas a adequá-los ao mercado internacional, em função do que necessitamos para expandir nosso mercado interno, sem o que não há democracia possível.

Quanto ao liberalismo, que entre nós foi a ideologia da oligarquia tradicional, exportadora e importadora, só pode nos condenar a uma nova versão desse passado do qual ainda carregamos as seqüelas. Só que agora a oligarquia financeira e o capital monopolista internacionalizado são os que comandam um esquema econômico maltusiano que opta por cortar cabeças em vez de fabricar mais chapéus.

Emir Sader é professor de Sociologia da USP e autor do livro "A transição no Brasil".

PLURALIDADE E GRATUIDADE

CAMINHO PARA O DEBATE ENTRE EVANGELIZAÇÃO E CULTURA

A ressonância que os novos movimentos religiosos têm encontrado no universo existencial, cultural e simbólico do povo desafia os setores da pastoral popular a criarem novas sínteses entre evangelização e cultura. O racionalismo e os modelos rígidos da prática pastoral precisam ser revistos para dar lugar a uma compreensão da vida e da fé com um caráter mais ecumênico e plural

Blake Debassige

Claudio Ribeiro

Evangelização e cultura podem estar nas preocupações "domésticas" do bem-estar eclesiástico, como podem muito bem ser pontas-de-lança do anúncio do Reino. Por este último caminho ficam relativizadas as corridas em busca de mais fiéis, a hegemonia do catolicismo, e tornam-se *in* a pluralidade cultural, a fé vivida na liberdade e a alteridade das diferentes manifestações do Evangelho.

Quais são as novidades? Aqueles que mais sofrem na sociedade estão com muita sede. Todos os esforços evangelizadores (boas notícias!) precisam saciá-los neste quadro antievangélico: sede de pão e justiça social; dignidade no trabalho e participação política; sede de ver todos os direitos sociais e humanos respeitados. Aos povos indígenas, sair da tutela para a autodeterminação, da "redução" ao plural. À população negra, uma revisão profunda do preconceito quanto às suas raízes religiosas e participação na sociedade. E às mulheres, o reconhecimento da identidade cultural nos múltiplos aspectos da vida.

Os setores da pastoral popular, tanto católicos como protestantes, têm incansavelmente anunciado essas boas notícias. Falta, todavia, ainda outra fonte: o específico religioso. A temática da cultura não pode diluir os conflitos de todos os proscritos e, muito menos, torná-los submissos a uma perspectiva espiritualista. Mas ela impõe matar a "sede de Deus", marcadamente presente na sociedade.

Cultura, razão e fé: romances complicados! Essa busca reside fundamentalmente num certo esgotamento que a racionalidade presente na pastoral popular tem proporcionado. De fato, a vivência das comunidades eclesiais de base (CEBs) — não obstante o seu significado para a renovação do catolicismo latino-americano — e de grupos protestantes com ênfases pastorais próximas tem encontrado dificuldades para uma melhor sintonia com a matriz religiosa e expressões culturais do Continente.

Como desdobramentos concretos, essa racionalidade tem — entre outros motivos — feito com que a pastoral perca a amplitude popular e deixe, paulatinamente, de estar mergulhada na realidade cultural da imensa maioria da população pobre e marginalizada socialmente. O forte acento messiânico das CEBs tem criado uma identidade de minoria, gerando, com isso, um paradoxo, uma vez que são católicas.

Acompanha esse esgotamento um sentimento de perplexidade diante das transformações sociopolíticas internacionais. As relações capitalismo-socialismo, em espe-

cial, acrescidas do fracasso eleitoral do sandinismo na Nicarágua e do fortalecimento das propostas neoliberais na maioria dos países latino-americanos têm desmontado o referencial dos teólogos e militantes cristãos. Ainda nesse campo, o refluxo dos movimentos populares no Brasil, a fragilidade frente ao sistema econômico e seus veículos e a incapacidade de articulação de um projeto político que alcance o conjunto da sociedade têm causado, nos quadros pastorais, desesperança e desencanto.

Essa perplexidade, por vezes, tem sido apresentada como reação defen-

A temática da cultura impõe matar a "sede de Deus", marcadamente presente na sociedade

siva, ocultando as simplificações na pastoral popular realizadas nas últimas décadas. Após as experiências amargas do final dos anos de 1980, não se podem simplesmente recuperar os referenciais teóricos que contrabalançam a racionalidade e a politização da pregação evangélica (como o tema da espiritualidade em Gustavo Gutierrez, por exemplo), nem mesmo enumerar os momentos de celebração e oração nos diferentes contextos culturais do povo. É necessário assumir novas posturas na articulação produção teológica-prática pastoral; compreender que a expressão religiosa trata sobretudo de qualidade na identificação com o universo cultural/existencial do povo; e que há dimensões evangelizadoras em tantos outros, cuja situação de proscrição não os permite se situarem nos modelos tradicionais de organização popular que nos referenciavam.

Por uma "cultura" ecumênica... Outra perplexidade se dá diante do quadro religioso, com o vertiginoso crescimento do pentecostalismo. As igrejas que compõem esse universo têm sido portadoras de sentido para parcelas consideráveis da população pobre — não obstante as suspeitas de charlatanismo, ideologização da fé e exploração religiosa por parte de líderes. O fato é que elas têm demonstrado forte capacidade de mobilização e atendido necessidades existenciais e religiosas do povo — as quais não são expressas racionalmente por ele.

O imobilismo que advém desse olhar perplexo precisa transformar-se na construção de uma compreensão ecumênica da religiosidade, assim como "jogar lenha" nas experiências e possibilidades de unidade. E o vento sopra para esse lado. Hoje existe uma devocionalidade autônoma: todos buscam o sagrado mas não se deixam enquadrar, seja na moralidade protestante, na vivência paroquial católica ou mesmo nos esquemas comunitários das igrejas — CEBs, igrejas evangélicas, etc. Há, embrionariamente, um novo tipo de experimentação da fé.

Culturalmente, os mais pobres constróem, com maior facilidade, pontes de encontro. Além da ecumenicidade devocional da fé — vivida entre comunidades determinadas ou em esquemas mais livres —, é preciso manter o serviço e a participação nos movimentos sociais e populares e abrir maiores canais de diálogo fraterno com as religiões afro-brasileiras.

Caminhando e cantando... Em relação à experiência eclesial dos pobres, talvez seja possível ampliá-la a partir de vivências mais produtoras

A CAMINHO DO 8º INTERECLESIAL DE CEBs

Culturas Oprimidas e Evangelização na América Latina é o tema do 8º Encontro Intereclesial de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica no Brasil, que acontecerá nos dias 8 a 12 de setembro de 1992, na cidade de Santa Maria (RS).

A diocese de Santa Maria, em conjunto com a Comissão Ampliada Nacional das CEBs, está organizando o evento, que contará com mais de dois mil participantes, além de representantes de igrejas evangélicas, índios, bispos e teólogos(as).

A temática será desenvolvida sob o lema *Povo de Deus, renascendo das culturas oprimidas*, a partir de seis eixos básicos: culturas indígenas, afro-americanas, imigrantes, mulheres e trabalhadores do campo e da cidade. Encontros preparatórios estão sendo realizados nas diversas comunidades, dioceses e regionais do Brasil, e buscam um aprofundamento do tema nas bases. O 8º Intereclesial terá um caráter de partilha e celebração, reunindo as dores, esperanças e alegrias dos pobres.

O evento será precedido de um encontro latino-americano de CEBs, no mesmo local. Essas experiências deverão enriquecer a IV Conferência do Episcopado Católico Latino-Americano (Santo Domingo, outubro/92), e vão possibilitar que as questões discutidas pelos bispos considerem a realidade opressiva das camadas populares nas quais as CEBs estão inseridas e a dominação cultural e socioeconômica presente nestes 500 anos de cristianismo na América Latina.

Fonte: CEDI, fevereiro/92

de felicidade e mais fortemente marcadas pela gratuidade. Vivenciar a devocionalidade da fé, fortalecendo um senso comunitário de expressão religiosa, construindo, até mesmo, uma alternativa ao utilitarismo e individualismo presentes na religiosidade popular — pentecostal, católica ou das religiões afro e orientais. Não se trata de uma proposta de inércia pastoral ou absenteísmo político, mas da busca de novas sínteses entre gratuidade e eficácia, fé e política, que respondam aos anseios do povo, dentro de suas maneiras de organização da vida no nível cósmico, pessoal, econômico, político e simbólico.

No campo da pastoral popular é impressionante a precariedade da qualidade de vida das pessoas, em especial de sua saúde mental! São dores que expressam num plano *micro* a realidade global da sociedade. Para os militantes cristãos que têm consciência desta realidade é somado, ao seu sofrimento, o desencanto com a transformação social.

Diante disso, é necessária uma "pastoral de consolo e animação", enquanto, na maioria da vezes, estamos mergulhados na "pastoral de transformação". Como propor projetos / empenho / reflexões / estudos / reuniões em meio a tanto sofrimento? Talvez cantar traga mais felicidade! A consciência crítica, própria dos projetos evangelizadores, não se desenvolveria de forma menos racionalista e menos politizada? Será possível que esse deslocamento um pouco acima da realidade possa ajudar a enfrentá-la? Ou a fé e a evangelização estão condenadas a ser uma completa fuga de tudo?

Falando a linguagem do povo. A racionalidade da pastoral popular tem dificultado refazer a tarefa de Deus: "ouvir o sofrimento do povo", consolá-lo, seduzi-lo. Como escutar o povo se ele não fala? Os pobres, para manifestarem sua resistência, o fazem a partir de uma produção simbólica — esta é a linguagem do oprimido.

Os projetos de conscientização estarão destinados ao insucesso se não mergulharem na tensão com a produção simbólica popular. É preciso descobrir constantemente as "passagens secretas" entre a produção simbólica e a prática material.

O forte acento messiânico das CEBs tem criado uma identidade de minoria, gerando, com isso, um paradoxo, uma vez que são católicas

As manifestações da cultura não podem ser reduzidas pelo olhar ortodoxo das ciências ou da pastoral. Isto já ocorreu com os modelos de organização popular e redundou em sérios danos para a prática política dos grupos de esquerda, a produção teológica e pastoral popular. As festas, a ruptura irônica e criativa com os padrões sociais, as celebrações, o prazer, as devoções, o cotidiano — sofrido e alegre — revelam o papel da dimensão lúdica na existência humana. E tal é a novidade (Evangelho) — sem a necessidade de instrumentalização — que surgem daí reforço de identidade, socialização e um refazer da vida com novas utopias e dignidade.

Este é um processo árduo e com pouco chão trilhado. Requer escutar falas não-ditas ou "mal-ditas", sem respostas previamente determinadas e dogmatismos. Talvez por isso seja um caminho por demais inseguro.

Claudio Ribeiro é pastor metodista na Baixada Fluminense, RJ, e integra o Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

CHEGA DE RACISMO!

O racismo é uma das mais violentas formas de manutenção da desigualdade e de discriminação contra a maioria do povo brasileiro. PROPOSTA nº 51 disseca as formas de discriminação contra negros e índios no Brasil e mostra como os movimentos sociais estão lutando por transformações. Participe da luta contra o racismo. Leia PROPOSTA.

Número avulso Cr$ 4.800,00
Assinatura Cr$ 18.000,00

FASE
Rua Bento Lisboa, 58
Catete
22221 – Rio de Janeiro – RJ
Tel. (021)285-2998

A PERIFERIA DE SÃO PAULO DESCOBRE OS ÍNDIOS TUPI DO CUMINAPANEMA

No início de 1991 o CEDI, sob o patrocínio da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, juntamente com os antropólogos da USP Dominique Gallois e Luís D.Grupioni, que fazem pesquisa junto aos índios da região do Cuminapanema, montou a exposição fotográfica itinerante "Descobrindo o Brasil — índios Tupi encontram os brancos no Cuminapanema"

Omar Ribeiro Thomaz

"Os índios colocam o poturu *quando viram gente, quando estão integrados na sua história, quando sabem o que precisam saber para viver na sua sociedade... O nosso problema é não estar integrado na nossa história, é não saber o que a gente precisa saber para viver na nossa sociedade..."* (trabalhador da cooperativa do Mutirão São Francisco, zona leste de São Paulo).

Em que medida uma exposição sobre um distante grupo indígena recém-contatado pode interessar à população periférica de uma grande cidade como São Paulo? O que pensam das populações indígenas do Brasil movimentos populares organizados na periferia dessa grande metrópole? Qual é a especificidade do olhar dos habitantes dos bairros periféricos?

De início, creio ser importante salientar a não-existência de um olhar, mas de muitos olhares: a periferia de São Paulo está longe de corresponder a um todo homogêneo. A visão consensual é de que o mundo contemporâneo está a caminho de uma homogeneização progressiva, conseqüência, em parte, dos meios de comunicação de massa. A tendência é confundir a produção cultural que se pretende homogeneizadora com o consumo de bens culturais, sujeitos às mais diversas interpretações. As imagens da TV ou os discursos dos diversos "aparelhos ideológicos do Estado" são interpretados e reinterpretados das mais diferentes formas. Em lugar da reprodução pura e simples temos uma infinita quantidade de versões e visões.

Isso posto, não poderíamos falar "do olhar" ou "da periferia", mas sim de "olhares" e de inúmeras periferias que surgem diante daquele que se lança a percorrer essa grande cidade. Este artigo procura traduzir o esforço de perceber como diferentes grupos existentes na periferia de São Paulo constróem a imagem das populações indígenas a partir de uma exposição fotográfica que apresenta aspectos da vida cotidiana dos índios Tupi do rio Cuminapanema, norte do Pará.

Depoimentos contraditórios foram elaborados por um mesmo grupo ou por uma mesma pessoa, e surgiram, então, diversos "índios". Num esforço de sistematização procuramos classificar as diferentes imagens que eram construídas; gostaríamos, porém, de salientar que imagens contraditórias não são, de forma alguma, excludentes.

Dominique Gallois

OS "ÍNDIOS" DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: O ÍNDIO "HERÓI"

As pessoas dos movimentos sociais da periferia possuem uma profunda consciência da sua luta e da sua especificidade: nas falas sentimos a força daqueles movimentos que se estruturaram ao longo dos anos de 1970. É isso que se reflete na imagem que eles têm das populações indígenas. O "índio" do mutirão é, em parte, aquele que tem uma organização e uma identidade próprias, luta pela terra que lhe foi roubada, vai a Brasília exigir que os direitos sejam respeitados.

"Dizem que os portugueses descobriram o Brasil, mas é mentira! Primeiro roubaram o país dos índios, depois roubaram o país da gente. Nós e os índios precisamos lutar juntos!".

OS TUPI DO CUMINAPANEMA

Em maio de 1989, a mídia anunciava que a Funai havia descoberto uma nova tribo indígena. Na verdade, o órgão indigenista sabia da existência desses índios desde 1976, quando foi planejada a construção da Rodovia Perimetral Norte, mas preferiu não promover o contato. Em 1987, cem deles se aproximaram da base da Missão Novas Tribos do Brasil, que desde 1982 estava investindo na atração do grupo indígena. No final de 1988 a Funai foi alertada pela Missão de que um surto de doenças tinha atingido o grupo causando a morte de vários índios. Morreram cerca de 45 pessoas nos últimos cinco anos.

Não é conhecida ainda a autodenominação desse povo, embora os jornais tenham divulgado várias denominações: Buré, Poturu ou Poturujara. Trata-se de um grupo falante de uma língua da família Tupi-Guarani. Os índios usam um adorno labial de madeira (poturu) que mede de 15 a 20 cm, por 2,5 cm de diâmetro.

Hoje os Tupi do Cuminapanema são 133 pessoas que vivem em quatro aldeias diferentes, localizadas numa região de floresta no norte do Pará, entre os rios Erepecuru e o Cuminapanema, por onde têm penetrado castanheiros e garimpeiros. Suas terras não estão demarcadas.

Fonte: PIB/CEDI; fev/92

"A luta do mutirão é a mesma luta dos índios: a terra".

"O nosso inimigo é o mesmo inimigo dos índios: a burguesia".

"(...) eles têm uma história muito parecida com a nossa, marcada pela luta pela terra, que é a mesma luta do Movimento Sem-Terra".

"O índio não é diferente de nós... a nossa sociedade não é melhor, é pior... e nós estamos sendo exterminados, como os índios!".

É com um índio altivo e resistente que as pessoas dos movimentos sociais se identificam: também eles possuem uma organização social própria que "não aparece na televisão"; também eles têm uma história e uma identidade próprias e, da mesma forma que os índios, devem ir aos centros de poder político exigir que se cumpram os direitos deles.

Esse índio altivo e resistente não se faz realidade tão-somente na televisão — quando é notícia pelas reivindicações — ou no processo de identificação via movimentos sociais; ele já existe há muito. O índio resistente é aquele que sempre resistiu: ao contrário do negro, que se submeteu à escravidão — imortalizado na figura humilde do preto-velho ou na figura trágica e torturada do Exu —, o índio, altivo, a teria rechaçado. A diferença é que se nos terreiros o caboclo representa o índio do passado (pois ao resistir à escravidão, pereceu), os movimentos sociais o recuperam, mas para expressar uma realidade presente com a qual se identificam.

Tal processo de criação de uma identidade comum pode surpreender: como pode alguém da periferia de São Paulo se identificar com os índios Tupi do Cuminapanema cuja marca étnica — o embe, pó feito de madeira *poturu* — choca tanto aquele que pela primeira vez visita a exposição?

O ÍNDIO "SELVAGEM"

"O que é o *poturu*? Para que serve? Quando as crianças o colocam? Dói?"

Os comentários que giravam em torno do *poturu* ou de outros aspectos "chocantes" da vida indígena recuperavam o índio "selvagem" que povoa o imaginário ocidental.

Por um lado, ele é puro e ingênuo — e assim deve continuar; por outro, possui práticas bárbaras e selvagens. O *poturu*, a furação, mas também o fato de andarem "nus" — o estojo peniano e demais adornos dificilmente são vistos como equivalentes às nossas roupas — e outros costumes jogam o índio definitivamente para fora do reino da cultura. Surge, então, o índio canibal, que comete infanticídio e pratica a poligamia.

"Eu ouvi dizer que eles matam as crianças, principalmente as meninas. É verdade?"

"Na televisão saiu que um homem tem muitas mulheres. E uma mulher, pode ter muitos homens?"

O ÍNDIO "VÍTIMA"

A presença de seitas de toda ordem na periferia das grandes cidades latino-americanas não se dá de forma harmônica no complexo mercado religioso. Nas fotografias a presença missionária se fazia notar, e, além disso, a grande maioria das pessoas tinha visto os dois programas da TV Manchete sobre a presença de seitas

"O índio não é diferente de nós... a nossa sociedade não é melhor, é pior... e nós estamos sendo exterminados, como os índios!"

religiosas em áreas indígenas e que faziam referência aos índios Tupi do Cuminapanema e aos suicídios de numerosos jovens Guarani-Kaiowá.

"Por que estrangeiros como missionários?"

"A religião não seria uma forma de dominar e de roubar as riquezas das terras dos índios?"

"Jogam o diabo na cabeça dos índios e fazem com que eles acreditem que o pajé faz magia negra!"

"Na Manchete o pastor disse que a cultura do índio é a cultura do diabo."

O índio aparece aqui não apenas como vítima da história, do Estado e das doenças advindas do contato, mas também daqueles que lhe querem impor outra religião e outro ritmo de vida. O índio altivo e forte é substituído pelo índio "vítima", despreparado e carente de proteção.

O ÍNDIO "BICHO" E O ÍNDIO COMO HERANÇA CULTURAL

As primeiras perguntas das crianças sempre giravam em torno do aspecto físico do povo indígena e sobre as

Carlos Alberto Ricardo / CEDI

crianças indígenas. Mas o que mais chamou atenção foi a forma como crianças entre 5 e 10 anos se referiam às fotos dos Tupi do Cuminapanema: o horror à diferença aparecia sem o mínimo pudor.

"Índio é que nem bicho, por isso ele vive no mato."

"Índio é que nem cigano: cigano rouba criança quando ela é pequeninha, obriga ela a pedir esmola e depois quando ela fica grande vira cigano também."

"Eu não queria ser índio para furarem a minha boca depois!"

A discussão com a criança não escolarizada sempre girava em torno de o índio ser "bicho" ou não. O "índio" das escolas é o dos livros de texto: aquele absolutamente estereotipado que o livro escolar jogou definitivamente em nosso passado. Quando enfrentados aos Tupi do Cuminapanema, o público escolar se sentia desconcertado: as imagens mostram um grupo indígena entregue às suas atividades cotidianas, perfeitamente vitais mas muito longe dos grandes heróis Tupinambás do nosso passado. Os "nossos" índios seriam os nossos antepassados e praticamente não teriam lugar no Brasil contemporâneo — a não ser como "índio bêbado de beira de estrada". A grande preocupação quando as crianças são colocadas diante de um grupo indígena contemporâneo giraria, então, em torno de "quem é índio e quem não é"; a partir de critérios construídos basicamente considerando a substituição de elementos da cultura material indígena por outros de tecnologia ocidental.

"Estes índios durarão pouco: tem um que já usa óculos."

"Um índio vendo televisão, por exemplo, isto é prejudicial para a sua cultura."

"As tecnologias introduzidas pelos brancos são prejudiciais para os índios... eles perdem a sua cultura."

"O índio perderá a sua pureza, a sua ingenuidade e desaparecerá..."

"Os índios de Santo Amaro não são mais índios: falam português e andam vestidos."

Com relação a esta última observação, uma estudante negra afirmou energicamente: "índio com calça é índio, porque ser índio está no sangue, e não na roupa". Aqui ela fazia referência ao seu próprio critério de adscrição étnica.

De forma geral, o tom apocalíptico domina o público escolar — professores e alunos. Dificilmente aceitam a possibilidade de que o desaparecimento das populações indígenas do Brasil não é inevitável. O índio ou está no passado — "ele era puro, era ingênuo, era livre" — ou no futuro — predestinado a se transformar num "bêbado de beira de estrada, perdido, exterminado pelas doenças".

A cultura indígena se resumiria às condições de vida material e, quando muito, à preservação da língua: se estas se perdem ou sofrem modificações, a cultura será alterada fatalmente para pior. Predomina a idéia de uma cultura fixa, estanque, a qual a violência do contato mutilaria. Ín-

dio que se veste é aquele que quer ser igual aos brancos — sem alcançar este objetivo jamais; por outro lado, ao vestir-se já não é puro, já perdeu a ingenuidade: deixou, enfim, de representar este "outro natural".

O "ÍNDIO DA INÉRCIA DA HISTÓRIA"

Ao índio do livro escolar também poderíamos associar aquele criado pelo modelo de desenvolvimentismo dos anos de 1950-60 e adotado pela Lei de Segurança Nacional (LSN): o "índio da inércia da história". Associado tão-só à sua pobreza tecnológica e a uma "pureza" que não teria lugar no mundo contemporâneo, o índio representaria um empecilho ao desenvolvimento. O índio da Lei de Segurança Nacional representa o atraso, o "estar parado no tempo". Além disso, a sua "diferença" colocaria em xeque a sociedade nacional que tal lei teria a obrigação de salvaguardar.

Nos livros escolares temos o mesmo índio que "baixa" nos terreiros; porém, se para os movimentos sociais esse índio é recuperado na sua vitalidade presente, o Estado — a LSN — e o livro escolar o jogam definitivamente no passado, herói símbolo da nacionalidade brasileira.

SENSIBILIDADE COM A POPULAÇÃO INDÍGENA

Como pudemos observar, um mesmo grupo manipula imagens contraditórias: do índio altivo e reivindicativo àquele que representaria os heróis míticos da nossa nacionalidade; do índio puro e ingênuo cuja suposta proximidade à natureza é tão festejada pela atual onda ecológica àquele que, definitivamente, faz parte da natureza quase na qualidade de animal; do índio vítima e que necessita de proteção àquele que estaria condenado a desaparecer dados o avanço da sociedade ocidental e a necessidade do desenvolvimento.

A periferia, como a sociedade nacional, está bastante longe de uma compreensão das sociedades indígenas

A periferia, como a sociedade nacional, está bastante longe de uma compreensão das sociedades indígenas; a curiosidade marcou, porém, aqueles que visitaram a exposição. Também na periferia temos a diversidade, e também a população é vítima de intolerâncias de toda ordem.

"O que mais machuca a gente é ver o que estão fazendo com os índios sem a gente poder fazer nada. Por que não deixam os índios viverem a vida deles?"

Omar Ribeiro Thomaz integra o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP.

CORPO DE MULHER, CORPO DE DELITO?

Notícias publicadas pela Folha de São Paulo, nas reportagens de 6 a 12 de fevereiro, chocaram o país com as provas de que meninas são traficadas, escravizadas, violentadas, torturadas e assassinadas nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Foi impossível fazer de conta que se deviam ainda apurar os fatos, dado que as matérias denunciavam responsáveis, provavam o envolvimento das autoridades locais, mostravam o depoimento das vítimas e suas caras. Sob o peso da opinião pública internacional (a nacional não pesa muito), o presidente da República e o secretário da Polícia Federal foram obrigados a se pronunciar diante da cumplicidade do poder local, resultando na prisão de três donos de boate em Cuiú-Cuiú, no Pará.

Juntaram-se, nesse caso, dois fatos: a exploração de menores e de mulheres. Em ambos, apesar de todas as denúncias das entidades de defesa dos direitos humanos, das pastorais das igrejas e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, não há, da parte do aparelho de Estado, nenhuma iniciativa coibidora. Pelo contrário, quase sempre há autoridades envolvidas nos escândalos.

Mas, no presente caso, a ausência explícita e autojustificadora dos responsáveis envolvidos na trama chamou a atenção pela gravidade do ocorrido. Tal descaramento desvenda a certeza da impunidade e expressa uma cultura que toma posse do corpo e da vontade da mulher e os define a partir dos desejos masculinos. A declaração do coronel Francisco Abrão é, a propósito, exemplar: "As índias é que tentam estuprar os soldados quando estão no cio. Eu tenho que segurar meus soldados porque eles não podem se aproveitar dessa deficiência das índias."

As mulheres, assim, são presas de uma identidade definida como provocadora e deficiente por sua própria natureza, já que não são capazes de arcar com a responsabilidade que sua condição impõe. Se necessitam controle e vigilância e são tratadas com sarcasmo e desconfiança nas suas iniciativas, sua escravização não é, nessa cultura, uma aberração tão grande assim.

A barbárie do caso expressa um imaginário social comum, que inclui donos de boates, traficantes, garimpeiros, índios, policiais e militares.

Sem o escândalo da idade das jovens, as mesmas justificativas que os envolvidos apresentaram aparecem como pertinentes em outros casos de violência contra a mulher. Basta ver as reportagens sobre os processos William Kennedy e Mike Tyson, as decisões judiciais sobre homens que assassinam ou estupram mulheres, a tranqüilidade social diante das cantadas ameaçadoras das chefias nos locais de trabalho (tanto no campo quanto na cidade). Sob o escândalo que sobrevém do "exagero", aparece o escândalo de que o corpo da mulher é ainda território de exercício privado do poder dos homens.

Nilde Balcão / CEDI, 17/2/92

O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

Reinaldo Gonçalves

As pressões para "ajustes" e a conformação ideológica e econômica a propostas neoliberais são resultado de um pragmatismo de estados "quebrados", que se associam a interesses das classes dirigentes beneficiadas em riqueza e renda concentrada pela "modernização conservadora"

Neste início da década de 1990 ocorre um fenômeno praticamente generalizado na América Latina: uma mudança radical do marco jurídico-institucional no qual opera a economia. O principal elemento comum dessas reformas é a orientação nitidamente neoliberal da política econômica implementada pelos governos latino-americanos.

O fato fundamental é que o neoliberalismo invade a América Latina — do Rio Grande, passando pelos Andes e pela Amazônia, até a Patagônia. Embora com diferenças marcantes de resultados, todos entram na "onda neoliberal": Salinas de Gortari, no México; Chamorro, na Nicarágua; Fujimori, no Peru; Andres Peres, na Venezuela; Alwyn, no Chile; Collor, no Brasil; e Menem, na Argentina.

A primeira onda. Deve ser mencionado que essa é, de fato, uma segunda rodada de reformas liberais. Os experimentos liberalizantes realizados durante a segunda metade dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, geralmente comandados pelos regimes militares, fracassaram rotundamente. Além do extraordinário custo social, essas reformas só conseguiram aprofundar os desequilíbrios econômicos existentes no Continente. Durante a década de 1980 a renda *per capita* reduziu-se em 9% na América Latina e o Continente enfrentou a recessão, o descontrole inflacionário, a transferência de recursos para o exterior e uma deterioração acelerada das condições de vida da grande maioria da população. A grande vantagem da primeira rodada de ajustes liberalizantes fracassados foi ter acelerado a queda dos regimes militares.

Fracasso e retorno pragmático. Dentre os diversos fatores explicativos da "volta por cima" do neoliberalismo do continente latino-americano, cabe destacar dois aspectos — um, de natureza interna, e outro, de origem externa. Com relação ao primeiro, o período de crise econômica crônica e profunda que se inicia na América Latina já em meados dos anos de 1970 vem caracterizar a incapacidade do Estado de regular a economia e levar a uma saída da crise. A explicação desse fato deve-se a que, numa situação de "farinha pouca, meu pirão primeiro", o Estado foi gradativamente sendo ocupado por interesses privados dominantes, numa visão claramente de curto prazo e do "salve-se quem puder". O Estado latino-americano foi "rifado" pelas classes dirigentes da região.

O resultado já é bastante conhecido, a saber, déficit orçamentário permanente, subsídios para segmentos privilegiados, corrosão dos serviços públicos, perda da credibilidade e re-

duzida capacidade de utilização dos instrumentos de política econômica. Em suma, o Estado latino-americano perde legitimidade com a mesma velocidade com que vai se aprofundando a crise econômica e social. Como conseqüência, a crítica neoliberal avança gradativamente e a nova hegemonia vai se realizando com a substituição dos regimes militares por governos eleitos diretamente pelo povo.

A crítica à intervenção estatal é a "sabedoria convencional" do momento, embora os neoliberais não consigam ver que na raiz do problema está nem tanto um excesso de intervenção estatal, mas, principalmente, a "privatização" do aparelho de Estado pelos segmentos socioeconômicos mais privilegiados. Esta é a "regra" latino-americana: as classes dominantes apropriam-se do Estado e o destroem para, em seguida, tentar substituí-lo por uma outra instituição (o mercado), que é incapaz de realizar as funções fundamentais do Estado em países atrasados.

Motivações externas. Com relação à influência externa para a revitalização do liberalismo na América Latina, as experiências liberalizantes na Europa (destaque para o governo Thatcher, na Grã-Bretanha) e, principalmente, nos Estados Unidos (administração Reagan) são um marco decisivo para o avanço do neoliberalismo no continente latino-americano.

A influência externa faz-se mediante alguns mecanismos básicos. Em primeiro lugar, há o chamado "efeito-demonstração", particularmente importante em um período no qual a economia mundial (e a norte-americana, em particular) experimenta taxas relativamente altas de crescimento entre 1983 e 1989. Em segundo lugar, as pressões externas para maior liberalização das economias latino-americanas aumentam durante a última década, tanto no plano multilateral quanto no bilateral. Isso ocorre com a ajuda de organismos multilaterais como o FMI, Banco Mundial e Gatt, além da pressão direta dos governos (principalmente, dos Estados Unidos). O terceiro fator explicativo tem a ver com a própria incapacidade das elites latino-americanas (tanto à direita, quanto à esquerda) de apresentarem propostas novas para a solução dos problemas específicos, assim como de se confrontarem aos interesses dominantes na arena internacional.

Recessão: o ovo de Colombo. A revitalização do neoliberalismo na América Latina vem consistindo, então, num conjunto de reformas orientadas para a desregulamentação dos mercados de bens, serviços e fatores, privatização das empresas estatais, eliminação do monopólio estatal, abertura da economia e redução dos gastos públicos. A desregulamentação veio significar menor intervenção estatal via, por exemplo, controle de preços. Em países nos quais há enorme concentração do poder econômico passou a vigorar a "livre negociação" dos diversos mercados. A desregulamentação vai atingir em cheio o mercado de trabalho que, ademais, sofre os efeitos de uma recessão crônica. A abertura da economia não consegue eliminar os cartéis e oligopólios existentes e tende a beneficiar uma minoria que passa a ter acesso ao mercado internacional de bens (por exemplo, automóveis de alto luxo) e serviços (cartões de crédito internacional). Criar condições favoráveis para atrair o capital estrangeiro torna-se política prioritária para todos os governantes. Não passa um mês sem que presidentes latino-americanos façam um *tour* pela Europa, Estados Unidos e Japão tentando persuadir empresas transnacionais a investirem nos países deles.

Nesse quadro generalizado de revitalização de políticas neoliberais, alguns países são capazes de realizar

Luis Trimano

Os experimentos liberalizantes realizados durante a segunda metade dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, geralmente comandados pelos regimes militares, fracassaram rotundamente

Na raiz do problema está nem tanto um excesso de intervenção estatal, mas, principalmente, a "privatização" do aparelho de Estado pelos segmentos socioeconômicos mais privilegiados

um ajuste macroeconômico, controlando o processo inflacionário e conseguindo "empurrar com a barriga" a crise da dívida externa. Mesmo nos poucos casos de aparente sucesso, propagados internacionalmente como vitória do liberalismo na América Latina, permanece a dúvida (até mesmo, por parte de organizações internacionais e executivos de empresas multinacionais que atuam na região) de que esses ajustes não têm maior sustentação a longo prazo.

No caso mexicano, por exemplo, houve o benefício inicial criado pela expansão da economia norte-americana até 1990 e pelo movimento de criação de uma zona de livre comércio entre Estados Unidos e México. Até que ponto se sustenta o ajuste no México, com o aprofundamento da recessão nos Estados Unidos e as reviravoltas do acordo comercial com este país? Na Venezuela, as reformas de corte neoliberal têm levado, desde 1989, a rebeliões populares sangrentas. A tentativa recente de golpe militar reflete, em grande medida, o descontentamento generalizado com um processo de reformas que gera crescimento da produção no curto prazo, associado a uma queda significativa da qualidade de vida da maioria da população (até mesmo, da classe média).

O fato fundamental é que a maior parte dos países envolvidos nestes ajustes neoliberais continua a sofrer graves problemas de balanço de pagamentos e, em alguns casos, de descontrole inflacionário. Este é precisamente o caso do Brasil, Argentina, Peru e Uruguai. Em outros países, como Bolívia, Colômbia, Costa Rica e Equador, permanecem as dificuldades para se manter sob controle a inflação durante os últimos meses. Outrossim, a dívida externa continua comprometendo de forma extraordinária a capacidade de desenvolvimento a longo prazo dos países latino-americanos.

Herança nefasta. Independentemente da sustentabilidade ou não dos ajustes neoliberais no continente latino-americano, o fato fundamental é que as reformas realizadas têm levado a um esgarçamento do tecido social na região. A herança deixada pelos experimentos liberais por Thatcher e Reagan é precisamente esta: o comprometimento da capacidade de desenvolvimento econômico a longo prazo associado à marginalização de grupos cada vez maiores da população.

Os experimentos liberais nos países avançados criaram um fenômeno político de crescente preocupação com a "latino-americanização" de diversos segmentos e regiões nestes países, principalmente nos Estados Unidos e Grã-Bretanha (outros países da Europa, como Itália e França, também têm tido problemas similares de empobrecimento, mendicância acentuada, violência urbana, etc.). Curiosamente as classes dirigentes da América Latina procuram aproximar-se do Primeiro Mundo mediante a utilização de práticas neoliberais no contexto de mais um exercício de "modernização conservadora", que amplia a concentração de renda, de riqueza e de poder num processo de miséria crescente da região.

KAIRÓS EUROPA 1992

1992 é um símbolo de duas faces: o 500º aniversário do começo da colonização das Américas e o ano da Europa Unida, que reforçará as estruturas neocoloniais provenientes de 1492. Essa consolidação de poder econômico na Europa Ocidental trará uma polarização entre ricos e pobres.

Até agora, 130 grupos manifestaram a necessidade de coordenar as preocupações dos que lutam pela justiça na Europa, Ásia, África e América Latina. Para a maior parte dos habitantes do mundo, este não é um tempo de graça, mas de ameaça.

Em Estrasburgo (12 a 17 de junho) acontecerá uma grande manifestação, cujo tema será *Kairós Europa — rumo a uma Europa pela justiça*. Estarão presentes mil participantes.

Fonte: 500 Anos (Clai); fevereiro/92

Reinaldo Gonçalves é pesquisador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e coordenador do Núcleo de Estudos de Economia Internacional da UFRJ.

RELAÇÕES DO ESTADO E MERCADO NA AMÉRICA LATINA

Franz J. Hinkelammert

O desenvolvimentismo latino-americano das décadas de 1950 e 1960 concebe a função do Estado como necessária. Considera que, apesar da capacidade auto-reguladora, o mercado não é capaz de assegurar o desenvolvimento e solucionar os graves problemas econômico-sociais que surgiram no Continente. Percebe-se que o mercado distorce as relações sociais e que tende, na situação latino-americana, ao estancamento do crescimento econômico.

A partir dos anos de 1970, e com especial força durante os anos de 1980, surge uma crescente denúncia do Estado e de seu papel regulador na sociedade moderna. Se nas décadas de 1950 e 1960 designava-se ao Estado uma função-chave no desenvolvimento economico e social da sociedade, nas décadas de 1970 e 1980 o Estado é apontado como o grande culpado dos principais problemas que emergem. Cada vez mais é traçado um quadro negativo do Estado. Ele aparece como o grande culpado de tudo. Se não há desenvolvimento, a culpa é do Estado. Se há desemprego, a culpa também é do Estado. Se há destruição da natureza, os erros do Estado são os responsáveis. Ronald Reagan, em sua campanha eleitoral de 1980, resumiu essa atitude com uma frase: "Não temos problemas *com* o Estado, o Estado *é* o problema".

Essa fixação no Estado como culpado de todos os males não é senão a outra face da fixação contrária, segundo a qual o mercado soluciona todos os problemas. Poderíamos inverter a expressão citada para mostrar seu significado: Não temos que solucionar problemas, o mercado é a solução de todos os problemas. Diante do Estado, identificado como o Mal, aparece o Bem: o mercado é considerado agora como a instituição perfeita, cuja afirmação é suficiente para não se ter problemas.

Essa negação maniqueísta do Estado revela um profundo estatismo ao reverso. Se se pretende definir o estatismo como uma atitude que acredita encontrar na ação do Estado a solução de todos os problemas, nesse estatismo ao reverso o vemos simplesmente invertido e transformado no culpado de tudo. O Estado continua sendo tudo, do que se conclui que a negação maniqueísta não transformou a atitude profundamente estatista em relação ao Estado.

Assim surgiu o antiestatismo metafísico das últimas décadas, que é a outra face de uma afirmação total do mercado. Esse antiestatismo domina a discussão atual sobre o Estado e transformou-se em um *leitmotiv* da visão de mundo no presente. Surgiu com as teorias neoliberais sobre a economia e a sociedade, e representa hoje uma espécie de senso comum da opinião pública do mundo inteiro. Manifesta-se, até mesmo, nos países socialistas e domina a maioria das instituições internacionais que tomam decisões políticas.

Mas não se trata simplesmente de uma ideologia das pessoas, pois são os Estados que assumem essa ideologia antiestatista e a promovem. Não se trata de um senso anarquista popular, como existiu em todos os tempos e que sonha com uma sociedade sem dominação, sem dinheiro e sem o Estado, e sim uma definição de uma estratégia estatal no âmbito dos próprios poderes públicos. São os presidentes, os parlamentos, os executivos das empresas, os bancos centrais, as entidades internacionais como o FMI e o Banco Mundial, os portadores da ideologia antiestatista. Aparecem as ditaduras de Segurança Nacional na América Latina, que legitimam o terrorismo de estado em nome dessa mesma ideologia. Aparecem verdadeiros totalitarismos que, em nome do mercado total, propagam o desmantelamento do Estado e que justificam o terrorismo de estado em nome da pretensa necessidade do desaparecimento ou minimização deste. A ditadura de Pinochet no Chile foi um sistema antiestatista desse tipo; entretanto esse elemento antiestatista esteve presente igualmente nas ditaduras militares argentina e uruguaia, surgiu nos anos de 1980 no Brasil e atualmente vigora visivelmente em todas as sociedades da América Central.

Em nenhum dos casos essa política antiestatista diminuiu a atividade estatal, mas reestruturou o Estado. Aumentaram as forças repressivas deste, até o ponto de o Estado deixar de cumprir as funções sociais e econômicas. Em nome da ideologia do antiestatismo, o Estado policial substituiu o Estado social. A ideologia antiestatista serve como véu para esconder um aproveitamento sem limites do Estado por parte dos poderes econômicos internacionais e nacionais. Trata-se de uma tendência que começou com a onda de ditaduras de Segurança Nacional dos anos de 1970 na América Latina e que continua vigente hoje, apesar de todas as democratizações. Às ditaduras de Segurança Nacional sucederam democracias de Segurança Nacional.

Franz J. Hinkelammert, economista e cientista social, é especialista em assuntos da América Latina. Vive na Costa Rica e é autor de "As armas ideológicas da morte" e "Crítica da razão utópica" (editados no Brasil pelas Edições Paulinas).

Parte de artigo intitulado "Nosso projeto de nova sociedade na América Latina", publicado na revista Pasos — Costa Rica, 1991.

RUBEM ALVES

UM BARBANTE PELO BURACO DA PORTA

Cortázar tem um curto e delicioso escrito em que descreve a história das invenções. De forma resumida é mais ou menos assim:

Os homens são notáveis em sua engenhosidade para inventar coisas que tornem sua vida mais confortável. Inventaram os maravilhosos aviões supersônicos, que cruzam o oceano em três horas a uma altura de doze quilômetros. Mas logo se deram conta de que poderiam aperfeiçoar esse engenho fabuloso. Perceberam que é coisa muito boa ficar no avião por bastante tempo, longe dos telefones e dos incômodos do trabalho. Ponderaram, também, que um dos prazeres da viagem é ver as paisagens desta terra tão bonita. Assim, inventaram os aviões subsônicos, que voam a somente oitocentos quilômetros por hora e a uma altitude mais baixa. O prazer foi tamanho que concluíram que seria muito melhor viajar mais devagar e a uma altitude menor ainda. Inventaram, então, os aviões a hélice. Foi, então, que viram a beleza da terra e a beleza do mar. E seu engenho inventivo avançou ainda mais. Inventaram maravilhosos transatlânticos e automóveis. Ah, que gostoso singrar os mares, vagarosamente, bem perto do mar azul!

Mas logo se deram conta das desvantagens de tais navios, que gastavam muito combustível, o que tornava as viagens muito caras. Inventaram, então, outra maravilha: os navios a vela. Combustível gratuito, pra todo mundo. Nenhuma dependência do petróleo dos árabes. Nos transportes terrestres, um avanço semelhante aconteceu com a descoberta da bicicleta que, além de ser prática, barata e só depender das pernas, tinha a vantagem de fazer muito bem para a saúde.

Mas os progressos não pararam aí. O vento tem enormes vantagens, e desvantagens também. Pois não é sempre que ele vem. E quando ele pára os navios a vela ficam parados também. Descobriram, então, que esse inconveniente podia ser facilmente resolvido. E inventaram os barcos a remo. Consta que, no campo dos transportes terrestres, os homens estão a ponto de fazer o maior de todos os avanços. Pois suspeita-se de que é possível andar a pé. Quando esta invenção maravilhosa acontecer, estaremos todos, então, para sempre livres do trambolho dos meios de transporte, seus atrasos, custos e acidentes.

Esta história das invenções foi relembrada num grupo de amigos que havia se reunido em minha casa para me consolar a mim e a minha mulher porque minutos antes nos haviam roubado o carro. Roubo de carro já se tornou parte da rotina de nossa vida civilizada. Mas quando isso acontece às quatro e meia da tarde, rua cheia de gente, minha mulher trazendo a filha da escola, carro já embicado para entrar na garagem, e dois tipos lhe encostam um revólver no pescoço, o roubo se transforma numa experiência de encontro com a morte. O pior é que esta não é a primeira vez. Há um ano outro carro foi roubado, e dele não se teve mais notícia. Depois, foi a moto do meu filho. Depois, outra moto de um amigo, estacionada à frente da minha casa. E justamente há duas semanas atrás, um amigo parou o seu carro, de novo à frente da minha casa, sete da noite, quando dois tipos lhe encostaram o revólver e adeus carro.

Pessoas entendidas nos poderes do outro mundo me alertaram de que tanta coisa assim não podia ser resultado de azar. E como prova de suas suspeitas, apontaram para um pé de arruda que crescia viçoso entre as samambaias do jardim, e que havia ficado seco de alto a baixo. Benzi-me como pude mas como não entendo dessas coisas, fico sem saber o que fazer.

E foi nesse espírito que o Cortázar foi introduzido — humoristicamente — com a sugestão de que, talvez, os ladrões tenham lido a referida história das invenções e estejam contribuindo para voltarmos a andar a pé. Pelo menos eu — até que o seguro faça algo — vou ter de andar a pé.

Humor? Coisa nenhuma! Há um humor que é expressão de leveza, que vai junto com a alegria. Mas há outro que se faz quando se sente medo. A perda dói. Mas

vão-se os anéis e ficam os dedos. O que é terrível é o que isso faz com a nossa alma e o nosso corpo. Nossos olhos já não são como dantes. São olhos amedrontados. Foi-lhes roubado o direito de ver e se alegrar. Agora cada sombra, cada portão, cada esquina, cada árvore escondem a violência e a morte. E, com isso, vão acordando dentro de mim os monstros adormecidos. Minha alma fica violenta, um desejo de bater, um desejo de matar... Inutilmente. Porque somos impotentes. Nada há que possamos fazer. Somos como um rebanho de ovelhas dispersas em fuga desordenada, atacado por uma matilha de lobos.

Acho que é possível viver sem muitos dos confortos que o tal de progresso nos trouxe. O que não é possível é viver com medo. Lembro-me da minha infância em Minas. As portas da rua das casas tinham um buraquinho por onde passava um barbante amarrado ao trinco da porta. Qualquer pessoa que chegasse não precisava bater; bastava puxar o barbante e entrar e ir até o fogão de lenha, onde havia uma cafeteira em banho-maria... Se o Cortázar me permite, eu vou acrescentar um parágrafo à sua história das invenções. Os homens, de tanto medo, inventaram complicados mecanismos para se trancarem dentro de suas gaiolas-casas: muros altos, portões eletrônicos, guardas armados. Cansados de suas prisões, despediram os guardas, derrubaram os muros e inventaram fechaduras que eram abertas com uma simples chave. Mas, como era comum que as pessoas ou se esquecessem ou perdessem suas chaves, deram um passo final de inteligência e liberdade: amarraram barbantinhos nos trincos das portas, para que qualquer pessoa que quisesse, pudesse entrar e tomar um cafezinho...

Trocaria de bom grado meu automóvel e muitas outras coisas pela alegria de poder botar um barbantinho na porta da minha casa, este símbolo singelo de confiança e tranqüilidade...

Marta Strauch

E DEUS DESCANSOU!

REFLEXÕES SOBRE GÊNESIS 2.1-3

Júlio Paulo Tavares Zabatiero

Desenvolvimento e progresso são termos ambíguos. Desde o advento das modernas tecnologias, o trabalho humano tem sido realizado sem a necessária cautela com relação à preservação da natureza. A consciência ecológica é ainda adolescente, e as idéias de desenvolvimento e progresso continuam a ser usadas, por muitos, para legitimar exploração indevida dos recursos naturais, bem como dos recursos humanos — todos, compondo a criação divina.

Alguns justificam teologicamente a exploração indevida da natureza mediante apelo à afirmação véterotestamentária de que cabe ao ser humano "dominar a terra". Com maior sofisticação, outros afirmam que a antropologia vétero-testamentária define o homem como ser criado para o "trabalho". Ora, se trabalho é a transformação dos recursos naturais em produtos, então a exploração da natureza está justificada teologicamente. Leituras mais conscientes dos textos bíblicos em questão, todavia, mostram que tais argumentações não encontram fundamento nos relatos de criação do Antigo Testamento.

A parte final do relato "sacerdotal" da criação nos convida à reflexão sobre a relação trabalho-descanso no contexto da reprodução da vida humana em sociedade e da preservação dos recursos naturais à nossa disposição. "Foram concluídos os céus e a terra e todo o seu exército. Deus concluiu, no sétimo dia, o trabalho que realizara. Então descansou no sétimo dia, de todo o trabalho que realizara. Deus abençoou o sétimo dia e o santificou, porque nele descansou de todo o trabalho que criara, mediante sua ação." (Gn 2.1-3).

Descanso e liberdade. Ressaltam-se as repetições no texto: concluir, trabalho, realizar, descansar, sétimo dia. Fala-se da fé em um Deus trabalhador, cansado, que repousa após ter concluído sua cota de trabalho. A linguagem é escandalosamente antropomórfica. Deus é descrito nos moldes da realidade humana concreta experimentada pelos judeus em sua história. Trabalho e descanso são os temas dominantes destas breves linhas — trabalho e descanso de Deus!

Saltam à vista duas palavras extraídas da linguagem religiosa: *abençoou*, *santificou*. Mais, Deus abençoou e santificou o sétimo dia, porque Ele "descansou" no sétimo dia, "descansou" de todo o seu trabalho criador. Deus não abençoou e santificou, conforme nosso relato, o trabalho, mas o descanso! Mais uma vez, o relato retrata a realidade dos seus autores. Neste caso, realidade utópica, visto que, como estavam subjugados aos babilônios, o descanso no sétimo dia era, para os judeus, lembrança dos tempos de liberdade e sonho da libertação futura.

O relato "sacerdotal" da criação não nega o valor do trabalho. Pelo contrário, exalta-o ao apresentar o próprio Deus como "trabalhador" e valoriza-o enquanto trabalho criador. Voltemos ao texto: duas vezes se afirma que Deus descansou "de todo o trabalho que realizara". Na terceira vez, porém, se afirma que Deus descansou "de todo o trabalho que criara, mediante sua ação" (a expressão "mediante sua ação" traduz o mesmo verbo que, nas duas vezes anteriores, traduzimos por "realizara", só que em diferente forma gramatical).

Quer dizer, não é todo e qualquer trabalho que possui valor e produz valor humanamente significativo! É humano e valioso o trabalho livre, o trabalho criador. Se está desprovido de liberdade e criatividade não pode ser caracterizado como trabalho, é servidão. O trabalho "para" um senhor é opressão, não reflete o propósito do Criador que, mediante seu exemplo, indica o caminho para a humanidade na história.

É trabalho, humanamente significativo, aquele que cria, e criar é produzir e capacitar a reprodução da vida. Afinal de contas, o próprio Deus não exclamou, após contemplar sua obra, que "era muito bom"? O trabalho criador de Deus gerou vida e abençoou a vida (Gn 1.22,28). Por isso Deus avaliou sua obra como "boa". Criação perfeita, sonho realizado! Trabalho livre, criativo, trabalho que dignifica o trabalhador. Trabalho que dá prazer!

A vida está no descanso. O trabalho criador de Deus não é descrito como "exploração" de recursos preexistentes. Deus cria tudo a partir do nada! *Creatio ex nihilo*, fórmula latina que exprime a utopia do trabalho verdadeiramente livre e libertador. Somente a linguagem da fé pode afirmar essa contradição — produzir alguma coisa a partir de coisa nenhuma. O agir de Deus estabelece os parâmetros para a ação humana: trabalho

só é trabalho quando gera vida, reproduz vida, nega a morte e dá prazer!

A fé no Deus criador vai além, e afirma que só é trabalho digno aquele que se consuma no "descanso". Mais do que o próprio trabalho, é o descanso que possui a primazia. Porque, assim como Deus abençoara os seres vivos (Gn 1.22,28), também abençoa o dia do descanso. Não só isso, abençoa "e" santifica o sétimo dia, dia do descanso/lazer. Bênção, nesse relato da criação, significa vida — em toda sua amplitude. Abençoar o dia do descanso é afirmar que a vida está no descanso e não no trabalho!

Loucura tal afirmação — não só à época do texto, mas principalmente para as sociedades capitalistas nas quais o descanso é ideologicamente designado de "preguiça", "vagabundagem", e em que, após toda uma vida de exaustivo trabalho, aposentados e aposentadas são destituídos de sua dignidade. Deixam de ser pessoas significativas e transformam-se em "estorvo" — número cada vez maior de "sustentados" pelo Estado, patrono do bem-estar social...

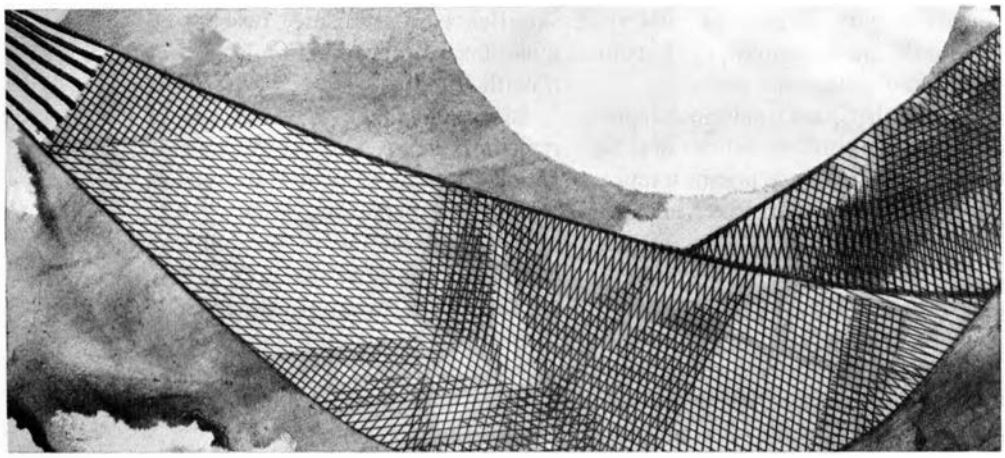
Deus abençoou o sétimo dia, porque "descansou" no sétimo dia. Na sabedoria popular de nossos tempos: "a gente trabalha para viver, não vive para trabalhar". De que adianta trabalhar, se não podemos desfrutar do produto de nosso trabalho? De que adianta a fadiga, se após a jornada de trabalho só conseguimos contemplar uma nova jornada de trabalho? Se não podemos dizer "como foi bom!"?

Deus também "santificou" o sétimo dia, dia do descanso. Ele consagrou para Si mesmo o dia do descanso. Nele Deus é glorificado e nele o ser humano é também glorificado. Deus consagrou à humanidade o produto do Seu trabalho. Consagrou para Si mesmo, porém, o descanso do trabalho. Novamente a linguagem da fé nos deixa perplexos. Como pode o descanso ser mais valioso do que o trabalho? Como pôde Deus santificar para Si mesmo o descanso, e não fazer o mesmo em relação ao trabalho?

Linguagem da fé, mas linguagem realista, concreta. O descanso é mais valioso do que o trabalho porque o trabalho está sendo descaracterizado pela sujeição do trabalhador, porque é trabalho opressivo, que gera riquezas mas não distribui, imparcialmente, vida. O trabalho dos judeus no exílio não lhes garantia a vida. O trabalho no sistema capitalista também não proporciona vida ao trabalhador, não lhe proporciona satisfação, realização pessoal, dignidade para viver e manter a família e criar relações sociais humanas, solidárias e fraternas.

O descanso é mais valioso do que o trabalho porque na realidade dura e concreta do trabalho explorado do ser humano o descanso é também a oportunidade de preservar a natureza, o mundo criado — quem descansa não explora. O descanso é ação

Wanda Freitas



crítica e conscientizadora para nossos dias. É preciso descansar, a fim de se tomar consciência das relações opressivas no mundo do trabalho. Não só opressão do ser humano, mas também da natureza, em síntese, da criação divina.

O descanso é mais valioso do que o trabalho porque é, também, momento crítico para a ação libertadora. As transformações no "bloco socialista" sinalizam para os limites de uma determinada empreitada revolucionária. Não basta libertar do trabalho oprimido para uma nova forma de trabalho. É preciso libertar "do" trabalho "para" o descanso! O ser humano não existe para a produção, mas para a humanização. E a humanidade se humaniza quando descansa.

Descanso para celebrar a fé e a vida. É no descanso que os seres humanos podem refletir sobre sua existência, gerar relações significativas, celebrar a fé e festejar a vida. Após o trabalho necessário para viver, é preciso "viver" como ser humano. Na ótica cristã, ser humano é ser imagem de Deus, e viver humanamente é viver na presença de Deus, sob a orientação dele, como "imitadores" de Deus (Ef 5.1). Resgatemos o sentido da imitação divina: imitar a Deus é trabalhar "para" viver, e viver é repartir vida para todos, mesmo para os que não podem trabalhar para conseguir a sobrevivência e alcançar a dignidade. Imitar a Deus é trabalhar sem explorar — seja o próximo, seja a natureza.

O descanso é contemplação significativa. Contemplar a obra criada, o parceiro e a parceira de criação, o próximo (necessitado de nossa solidariedade) e Deus — fonte da existência, da liberdade, do sentido da vida que se diz humana. As sociedades que perderam de vista o descanso jamais conseguirão preservar a criação. Serão exclusivamente consumistas, e chegará o dia em que nada mais haverá para ser consumido. Nesse dia, será consumida a própria vida — utopia catastrófica, mas passível de se tornar realidade!

O relato bíblico nos convida a imitar a Deus, abençoando e santificando o dia do descanso. Abençoar e santificar o dia do descanso significam "libertar-se do afã de conseguir o sustento e da vontade de fazer coisas. Significa estar completamente na presença de Deus. Somente mediante Deus, mediante a graça, mediante a confiança, se santifica o sábado." (J. Moltmann. *Dios en la Creación*, p. 297).

Para preservar a natureza e libertar o ser humano é preciso descansar — do trabalho criativo e libertador. O descanso divino/humano é a chave para a recuperação da liberdade e dignidade do trabalho, gerador de vida, não destruidor da mesma. O descanso é a afirmação da fé no Deus criador, a qual nos liberta da ganância de "possuidores" para o prazer de "trabalhadores". Trabalhadores a serviço de Deus, porque só assim não estaremos a serviço dos dominadores.

Júlio Paulo Tavares Zabatiero é pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil e professor no Seminário Teológico, em Londrina (PR).

MULHER E MEIO AMBIENTE

A preparação do Fórum Global Rio-92 tem incentivado amplos setores dos movimentos sociais a discutirem e se aglutinarem em torno dos temas que dizem respeito à qualidade da vida no e do planeta.
Para contribuir com o debate, Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e Centro Informação Mulher (CIM) publicam a revista "Mulher e Meio Ambiente". Ela traz a perspectiva de gênero para o interior das discussões, abordando direitos reprodutivos, meio ambiente urbano, política ambiental no Brasil, feminismo e ecologia, sindicalismo e meio ambiente, além de divulgar os principais documentos dos encontros de mulheres que subsidiarão os debates na Eco-92.

Preço Cr$ 3.000,00
Pedidos para CEDI / Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129 – 22211 – Rio de Janeiro RJ
Av. Higienópolis, 983 – 01238 – São Paulo SP

REFLEXÃO DE UMA LUTADORA PELA LIBERDADE

HOMENAGEM A ELIZABETH LOBO

Magda de Almeida Neves

A CLASSE OPERÁRIA TEM DOIS SEXOS — TRABALHO, DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA
Elizabeth Souza-Lobo
Editora Brasiliense / Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo, 1991.
14x21 cm, 288p.

Este livro, com uma série de artigos de Elizabeth Souza-Lobo, organizado por um grupo de amigos e amigas em homenagem à sua memória, demonstra toda a riqueza de suas reflexões. A própria estruturação dos ensaios em três áreas temáticas faz emergir não apenas as características inovadoras de seu pensamento no interior da Sociologia do Trabalho, como também um esforço de sistematização teórico-metodológico a partir das relações de gênero.

Os textos constitutivos da primeira parte, "Práticas e discursos das operárias, processo de trabalho e lutas sindicais no Brasil: os anos 1970 e 1980", privilegiam a análise da classe trabalhadora com destaque para a questão das diferenças, singularidades e relações de gênero. A sua preocupação com a visibilidade das práticas sociais e políticas das mulheres trabalhadoras, a vivência da experiência operária, as diferentes formas de submissão e revolta e a construção das representações individuais e coletivas mostra como é fundamental, na sua elaboração analítica, a articulação classe e gênero.

Na segunda parte, intitulada "O gênero no trabalho: perspectivas teóricas e metodológicas", a autora reafirma a perspectiva interdisciplinar enfatizando que o conceito de gênero remete não só ao campo das relações sociais, mas também à construção de significados culturais e históricos. Ao problematizar o discurso sobre o feminino e o masculino, a constituição da identidade e da cultura dos trabalhadores, mulheres e homens, ela chama a atenção para as relações de poder que perpassam as relações de gênero.

Elisabeth de Souza-Lobo Garcia ou Elisabeth Souza-Lobo, como assinava seus textos, nasceu em 30 de agosto de 1943 em Porto Alegre, onde se formou em Letras. Morou na França, no Chile, durante o governo Allende, e de novo na França, onde doutorou-se em sociologia na Universidade de Paris VIII, em 1979. No mesmo ano voltou ao Brasil. Filiada ao Partido dos Trabalhadores, combinou desde então atividade acadêmica e militância política. Deu aulas na Unimep, em Piracicaba, e na Unesp, em Marília. Em 1982, tornou-se, por concurso, professora do Departamento de Sociologia da USP e, em 1989, passou a integrar também o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho, da Unicamp.

Elisabeth morreu em 15 de março de 1991, vítima de um acidente de carro nos arredores de João Pessoa, onde havia ido para proferir um ciclo de palestras e continuar sua pesquisa sobre relações de gênero em movimentos sociais no campo. No mesmo acidente perdeu a vida a líder feminista e sindicalista rural de Alagoa Grande (PB), Maria da Penha Nascimento Silva, que figurava na lista de "marcados para morrer", divulgada pela Comissão Pastoral da Terra.

Casada com Marco Aurélio Garcia, deixou um filho, Leon Garcia.

E, finalmente, nos escritos que compõem a terceira parte, "Movimentos sociais de mulheres. Igualdade e diferença", a relação entre práticas feministas e sindicais e movimentos sociais aparece mais delineada na discussão sobre a igualdade e a diferença. Nesse contexto, a questão da cidadania, a luta das mulheres por seus direitos surge como uma constante nas reflexões.

Entre outros, o mérito de "A classe operária tem dois sexos..." é o prazer proporcionado pela leitura de cada um dos textos construídos pela inquietude e astúcia da socióloga/historiadora, sensível observadora da realidade, enfrentando sem medo o desafio de repensar categorias e conceitos. Toda a produção de Elizabeth Souza-Lobo reafirma essa inquietude intelectual, um olhar interdisciplinar contundente sobre a sociedade e mostra que assim como não teve receio de questionar teorias, também interpelou o seu tempo e foi em busca de novos horizontes, por meio de sua prática política.

Magda de Almeida Neves é doutora em Sociologia e professora da Universidade Federal de Minas Gerais.

JUVENTUDE E UTOPIAS

CONJUNTURA E NOVA ORDEM MUNDIAL

EVANGELIZAÇÃO E CULTURA

ÍNDICE TEMPO E PRESENÇA 1991

AUTORES

ALBERT, Bruce. *O corpo é uma bola de cristal para se ler o estado da sociedade e do mundo*: entrevista, n.260, p.25-6.

ALTMANN, Lori. *Êxodo*: a força simbólica das mulheres, n.256, p.48-50.

ALTMANN, Walter. *Deus atrás de Deus*: salmo 90, n.260, p.52-4.

ALTOÉ, Sônia. *Jovens depois do internato*, n.258, p.26-8.

ALVES, Rubem. *As duas imagens*, n.260, p.46-7.

_____. *Entre o martelo e a bigorna*, n.257, p.42-3.

_____. *O demo, professor de lógica*, n.259, p.35-6.

_____. *O terror do espelho*, n.258, p.44-5.

ALVIM, Rosilene. *Crianças e adolescentes*: o fracasso dos internatos, n.258, p.51.

ARANTES, Esther Maria de M. & EIRADO E SILVA, Maria Lúcia do. *Mortes públicas, anônimas e cotidianas*, n.257, p.45.

ÁVILA, Maria Betania de Melo. *Direitos reprodutivos e cidadania*, n.256, p.5-9.

AZEVEDO, Maria Thereza. *Saúde em Ipatinga*: um desafio para a participação popular, n.260, p.27-9.

BALCÃO, Nilde. *Movimento de mulheres perde duas companheiras*, n.256, p.22.

BAPTISTA, Roberto Natal. *Vem, espírito santo, renova o nosso compromisso*, n.255, p.45-6.

BARBOSA, Rosana Machin & DRUMMOND, Jocélio. *Saúde no trabalho*, n.259, p.21-2.

BARROS, Jorge. *O sindicalismo e o trabalho de crianças e adolescentes*, n.258, p.18-9.

BEHS, Edelberto & WVOJAHN, Ellemar. *Apoio luterano à resistência*, n.257, p.34-6.

BERNARDES, Cristina Retroz. *A fé e o poder*, n.255, p.41-3.

_____. *Nicarágua*: você se lembrou do 19 de julho? n.259, p.37-9.

BITTENCOURT FILHO, José. *Remédio amargo*, n.259, p.31-4.

BOMFIM, Nádia: CASTRO, Lúcia Maria Xavier de & SILVA, Mauricio Camilo da. *Direito à vida*, n.258, p.24-5.

BRAKEMEIER, Gottfried. *500 anos de colonização*: perspectiva de uma Igreja de imigração, n.258, p.41-3.

CAPISTRANO COSTA FILHO, Davi. *A saúde não pode obedecer às regras de mercado*: entrevista a Antônio Eleilson Leite, n.260, p.33-6.

CAMARGO, José Márcio. *O estado do desenvolvimento no Brasil*: "A década perdida", n.257, p.37-9.

CAPPELLIN, Paola. *Mulheres*: a participação no movimento sindical, n.256, p.51.

CARDOSO, Josefa Ferreira: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de: SILVA, Hilda Rodrigues da: NASCIMENTO, Maria da Penha do & LEITE, Maria Soledade. *A saúde a partir do corpo*, n.256, p.19-22.

CARNEIRO, Fernanda. *Rompendo o cativeiro do trabalho*, n.256, p.10-4.

CARVALHO, Gilson: LEÃO, Edmilson: JAEGER, Maria Luiza & OLIVEIRA JÚNIOR, Mozart de. *Financiamento da saúde no Brasil*: Quem paga a conta e quem se apropria dos recursos, n.260, p.14-7.

CARVALHO, Suely & RIBEIRO, Djanira. *"Nascer de forma mais humanizada"*: entrevista a Márcia Larangeira/SOS Corpo, n.256, p.28-30.

CASTRO, Lúcia Maria Xavier de: BOMFIM, Nádia & SILVA, Mauricio Camilo da. *Direito à vida*, n.258, p.24-5.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *Rio de Janeiro*: esforço contra a desigualdade, n.255, p.27-30.

CECHIN, Antônio. *Porto Alegre*: Párias da civilização urbana?(sobre os catadores de lixo), n.255, p.16-20.

CEDI. Programa "Povos Indígenas no Brasil". *Suicídio dos Guarani*: mesmas causas, interpretações diferentes, n.258, p.36.

CITELI, Maria Teresa. *Sinal aberto à participação*, n.256, p.15-8.

COELHO, Antônio Salvador. *Pastoral ecumênica do adolescente e da criança*: meninas e meninos unem as Igrejas, n.258, p.29-31.

COMISSÃO NACIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS. *Carta de Brasília*, n.257, p.33.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *Questão agrária no governo Collor*, n.257, p.32.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS. *O CNS e a questão agrária*, n.257, p.31.

CORADINI, Odaci Luiz. *As políticas de saúde e previdência social rural*, n.257, p.20-3.

CROATTO, Severino. *Povo e poderosos frente aos sinais de Deus*: uma leitura de Atos 3-4 a partir do mundo oprimido, n.259, p.40-2.

CUT. Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais. *Um governo cinzento*, n.257, p.30.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Assassino em nome do povo*, n.259, p.29-30.

DAL MORO, Selina M. *Religiosidade e saúde pública*, n.260, p.30-2.

DAVIDOFF C. CRUZ, Paulo. *A crise financeira e a conversão da dívida externa em ecologia*, n.257, p.40-1.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. *Gênero e raça*: um desafio para o sindicalismo dos anos 90, n.259, p.23-5.

DE TONI, Jáckson S. *Porto Alegre*: o coletivo na linha, n.255, p.23-6.

DIAS, Zwinglio Mota. *"Esperando contra toda esperança..."*, n.260, p.43-4.

DOMINGUES, Jorge Luiz Ferreira. *Catorze dias de Oikoumene*, n.256, p.44.

DRUMMOND, Jocélio & BARBOSA, Rosana Machin. *Saúde no trabalho*, n.259, p.21-2.

EIRADO E SILVA, Maria Lúcia do & ARANTES, Esther Maria de M. *Mortes públicas, anônimas e cotidianas*, n.257, p.45.

FERRARO, Benedito. *Dificuldades e desafios da pastoral na cidade*, n.255, p.36-8.

FLEURY, Sônia. *9a. Conferência Nacional de Saúde*: uma análise de riscos, n.260, p.12-3.

GEBARA, Ivone. *O divino desconhecido*, n.257, p.44.

GHANEM, Elie. *Trabalhadores em educação*, n.259, p.26-8.

GRUMBERG, Georg. *Os Guarani Kaiowá no Brasil e os Pai-Tavyterã no Paraguai*: o mesmo povo em dois países, n.258, p.33.

_____. *Por que os Guarani Kaiowá estão se matando?* n.258, p.32-7.

HERINGER, Rosana & PEREIRA JÚNIOR, Almir. *O governo Collor e os direitos das crianças e adolescentes*, n.258, p.14-7.

IORIO, Maria Cecilia & VIEIRA, Beatriz de Moraes. *"Um dia a morte chega"*, n.255, p.44.

IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Luzes e sombras de um formigueiro*, n.255, p.39-40.

JAEGER, Maria Luiza: CARVALHO, Gilson: OLIVEIRA JÚNIOR, Mozart de & LEÃO, Edmilson. *Financiamento da saúde no Brasil*: Quem paga a conta e quem se apropria dos recursos, n.260, p.14-7.

JARSCHEL, Haidi. *Aborto*: entre a fome e o desejo, n.256, p.37-9.

LAJOLO, Tereza. *São Paulo*: na catraca da municipalização, n.255, p.33-5.

LAVINAS, Lena. *Participação e luta sindical*: mulheres trabalhadoras rurais, n.257, p.50.

LEÃO, Edmilson: OLIVEIRA JÚNIOR, Mozart de: JAEGER, Maria Luiza & CARVALHO, Gilson. *Financiamento da saúde no Brasil*: Quem paga a conta e quem se apropria dos recursos, n.260, p.14-7.

LEITE, Ligia Costa. *O Brasil dos invencíveis*, n.258, p.12-3.

LEITE, Maria Soledade: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de: SILVA, Hilda Rodrigues da: CARDOSO, Josefa Ferreira & NASCIMENTO, Maria da Penha do. *A saúde a partir do corpo*, n.256, p.19-22.

LIBANIO, João Batista. *Do socialismo real ao capitalismo ideal, sem perder a utopia dos pobres*: encíclica Centesimus Annus, n.258, p.38-40.

MAAR, Wolfgang Leo. *Viva o trabalho vivo!* n.260, p.40-2.

MACEDO, Carmen Cinira. *Luzes da cidade*, n.255, p.5-7.

MALTA, Cândido. *O controle do espaço*, n.255, p.8-11.

MALUF, Renato Sérgio. *Modernização, mercado e abastecimento alimentar*, n.257, p.10-3.

MARICATO, Ermínia. *"As políticas urbanas só mudarão com a participação popular"*: entrevista a Bernardete Toneto, n.255, p.12-5.

MARTINS, Heloísa de Souza. *Problema sem solução nas grandes cidades*, n.255, p.47.

MELLO, Fátima Vianna. *Esterilização*: solução para a pobreza, n.256, p.31-3.

MENEZES, Laís. *Anistia ambiental para quem?* n.260, p.55.

MERCADANTE OLIVA, Aloízio. *A economia do século XXI e o movimento sindical*, n.259, p.5-9.

MOVIMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *As lutas no campo*, n.257, p.31-2.

NASCIMENTO, Cláudio. *As questões que Cuba enfrenta*, n.258, p.46-7.
NASCIMENTO, Maria da Penha do: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de: SILVA, Hilda Rodrigues da: CARDOSO, Josefa Ferreira & LEITE, Maria Soledade. *A saúde a partir do corpo*, n.256, p.19-22.
NEGRO, Antonio Luigi. *Negociar é preciso?* n.259, p.10-3.
NOVAES, José Roberto Pereira. *Disputa sindical no campo*: quem fica com a Contag? n.259, p.14-7.
NOVAES, Regina. *Organizações políticas no campo*: o último clássico, n.257, p.51.
_____. *Questão agrária, hoje?* n.257, p.5-9.
OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de: SILVA, Hilda Rodrigues da: CARDOSO, Josefa Ferreira: NASCIMENTO, Maria da Penha do & LEITE, Maria Soledade. *A saúde a partir do corpo*, n.256, p.19-22.
OLIVEIRA, Luis Claudio. *Crianças e adolescentes*: um desafio à cidadania, n.258, p.5-9.
OLIVEIRA, Marcelo. *Medicina e ideologia*: uma abordagem ético-política, n.260, p.8-11.
OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *O que fica da visita do Papa?* n.260, p.45.
OLIVEIRA JÚNIOR, Mozart de: JAEGER, Maria Luiza: CARVALHO, Gilson & LEÃO, Edmilson. *Financiamento da saúde no Brasil*: Quem paga a conta e quem se apropria dos recursos, n.260, p.14-7.
PAULA, Elder Andrade de. *Os seringueiros e a reforma agrária*, n.257, p.24-6.
PEREIRA, Maurício Broinizi. *Os trabalhadores e o meio ambiente*, n.259, p.18-20.
PEREIRA JÚNIOR, Almir. *Vazio de informações*, n.258, p.15.
PEREIRA JÚNIOR, Almir & HERINGER, Rosana. *O governo Collor e os direitos das crianças e adolescentes*, n.258, p.14-7.
RAINHO, Luis Flávio. *Negociação e contrato coletivo*, n.259, p.43.
REIS, Ana Regina Gomes dos. *Os esquerdos da procriação*, n.256, p.22-7.
REZENDE, Ricardo, padre. *O sindicato na mira do poder local*: entrevista a Neide Esterci, José Roberto Novaes e Clara Evangelista, n.257, p.27-9.
RIBEIRO, Mariska. *Saúde pública*: políticas descartáveis, n.260, p.18-20.
ROSA, Miriam Suzete de Oliveira. *Colegiados de saúde e participação popular*, n.260, p.21-2.
ROTHE, Rosa Marga. *Belém*: uma capital, duas realidades, n.255, p.31-2.
SADER, Emir. *O estatal, o privado e o público*, n.260, p.37-9.
SANTA ANA, Julio de. *Certezas e incertezas no CMI*, n.256, p.40-7.
SABROZA, Paulo Chagastelles. *Epidemias*: doenças antigas e novos processos, n.260, p.5-7.
SCHILLING, Paulo R. *Argentina*: do nacionalismo de Perón à dolarização de Menem, n.257, p.46-7.
_____. *Mercosul*: um plano apressado e improvisado, n.260, p.48-50.
SCHUNEMANN, Rolf. *Jonas e a cidade*, n.258, p.48-50.
SCHWANTES, Milton. *"Aos seus ele o dá enquanto dormem"*, n.257, p.48-9.

SILVA, Hilda Rodrigues da: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de: CARDOSO, Josefa Ferreira: NASCIMENTO, Maria da Penha do & LEITE, Maria Soledade. *A saúde a partir do corpo*, n.256, p.19-22.
SILVA, Ivone Barreto da. *Crianças de rua, crianças-heróis*, n.258, p.20-1.
SILVA, Mauricio Camilo da: CASTRO, Lúcia Maria Xavier de & BOMFIM, Nádia. *Direito à vida*, n.258, p.24-5.
SIQUEIRA, Ruben Alfredo de. *Barragem de Sobradinho*: interminável via-sacra, n.257, p.16-9.
VARGA, István Van Deursen. *Histórias que os médicos deviam aprender a contar*, n.260, p.23-5.
VASCONCELOS, Ana. *A prostituição de meninas e adolescentes no Recife*, n.258, p.22-3.
VIANNA, Aurélio. *Planejamento e políticas públicas*: "A profecia que se cumpre por si mesma", n.257, p.14-5.
VIEIRA, Eduardo Nunes. *Porto Alegre*: Favelas e soluções, n.255, p.21-2.
VIEIRA, Beatriz de Moraes & IORIO, Maria Cecília. *"Um dia a morte chega"*, n.255, p.44.
WERNECK, Jurema Pinto. *Esterilização voluntária*, n.256, p.34-6.
WVOJAHN, Ellemar & BEHS, Edelberto. *Apoio luterano à resistência*, n.257, p.34-6.

ASSUNTOS

AMÉRICA LATINA
BERNARDES, Cristina Retroz. *A fé e o poder*, n.255, p.41-3.
_____. *Nicarágua*: você se lembrou do 19 de julho? n.259, p.37-9.
HAITI: "Há um general roubando a democracia do povo", n.260, p.51.
NASCIMENTO, Cláudio. *As questões que Cuba enfrenta*, n.258, p.46-7.
SCHILLING, Paulo R. *Argentina*: do nacionalismo de Perón à dolarização de Menem, n.257, p.46-7.
_____. *Mercosul*: um plano apressado e improvisado, n.260, p.48-50.

BÍBLIA
ALTMANN, Lori. *Êxodo*: a força simbólica das mulheres, n.256, p.48-50.
ALTMANN, Walter. *Deus atrás de Deus*: salmo 90, n.260, p.52-4.
BAPTISTA, Roberto Natal. *Vem, espírito santo, renova o nosso compromisso*, n.255, p.45-6.
CROATTO, Severino. *Povo e poderosos frente aos sinais de Deus*: uma leitura de Atos 3-4 a partir do mundo oprimido, n.259, p.40-2.
SCHUNEMANN, Rolf. *Jonas e a cidade*, n.258, p.48-50.
SCHWANTES, Milton. *"Aos seus ele o dá enquanto dormem"*, n.257, p.48-9.

CATOLICISMO
DAL MORO, Selina M. *Religiosidade e saúde pública*, n.260, p.30-2.
LIBANIO, João Batista. *Do socialismo real ao capitalismo ideal, sem perder a utopia dos pobres*: encíclica Centesimus Annus, n.258, p.38-40.
OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *O que fica da visita do Papa?* n.260, p.45.

CEBs
FERRARO, Benedito. *Dificuldades e desafios da pastoral na cidade*, n.255, p.36-8.
OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *O que fica da visita do Papa?* n.260, p.45.

CONJUNTURA
ARANTES, Esther Maria de M. & EIRADO E SILVA, Maria Lúcia do. *Mortes públicas, anônimas e cotidianas*, n.257, p.45.
CAMARGO, José Márcio. *O estado do desenvolvimento no Brasil*: "A década perdida", n.257, p.37-9.

CRIANÇA/MENOR
ALTOÉ, Sônia. *Jovens depois do internato*, n.258, p.26-8.
BARROS, Jorge. *O sindicalismo e o trabalho de crianças e adolescentes*, n.258, p.18-9.
CASTRO, Lúcia Maria Xavier de: BOMFIM, Nádia & SILVA, Mauricio Camilo da. *Direito à vida*, n.258, p.24-5.
COELHO, Antônio Salvador. *Pastoral ecumênica do adolescente e da criança*: meninas e meninos unem as Igrejas, n.258, p.29-31.
HERINGER, Rosana & PEREIRA JÚNIOR, Almir. *O governo Collor e os direitos das crianças e adolescentes*, n.258, p.14-7.
LEITE, Ligia Costa. *O Brasil dos invencíveis*, n.258, p.12-3.
OLIVEIRA, Luis Claudio. *Crianças e adolescentes*: um desafio à cidadania, n.258, p.5-9.
PEREIRA JÚNIOR, Almir. *Vazio de informações*, n.258, p.15.
SILVA, Ivone Barreto da. *Crianças de rua, crianças-heróis*, n.258, p.20-1.
UMA nova ética pela criança (Relatório da Unicef "Situação Mundial da Infância"), n.258, p.10-1.
VASCONCELOS, Ana. *A prostituição de meninas e adolescentes no Recife*, n.258, p.22-3.

DIREITOS HUMANOS
DALLARI, Dalmo de Abreu. *Assassino em nome do povo*, n.259, p.29-30.

DISCRIMINAÇÃO
CASTRO, Lúcia Maria Xavier de: BOMFIM, Nádia & SILVA, Mauricio Camilo da. *Direito à vida*, n.258, p.24-5.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. *Gênero e raça*: um desafio para o sindicalismo dos anos 90, n.259, p.23-5.

DÍVIDA EXTERNA

DAVIDOFF C. CRUZ, Paulo. *A crise financeira e a conversão da dívida externa em ecologia*, n.257, p.40-1.

ECONOMIA

MERCADANTE OLIVA, Aloízio. *A economia do século XXI e o movimento sindical*, n.259, p.5-9.

SADER, Emir. *O estatal, o privado e o público*, n.260, p.37-9.

SCHILLING, Paulo R. *Argentina*: do nacionalismo de Perón à dolarização de Menem, n.257, p.46-7.

_____. *Mercosul*: um plano apressado e improvisado, n.260, p.48-50.

ECUMENISMO

COELHO, Antônio Salvador. *Pastoral ecumênica do adolescente e da criança*: meninas e meninos unem as Igrejas, n.258, p.29-31.

DOMINGUES, Jorge Luiz Ferreira. *Catorze dias de Oikoumene*, n.256, p.44.

SANTA ANA, Julio de. *Certezas e incertezas no CMI*, n.256, p.40-7.

EDUCAÇÃO

GHANEM, Elie. *Trabalhadores em educação*, n.259, p.26-8.

GARIMPEIROS/MINERAÇÃO

ALBERT, Bruce. *O corpo é uma bola de cristal para se ler o estado da sociedade e do mundo*: entrevista, n.260, p.25-6.

VARGA, István Van Deursen. *Histórias que os médicos deviam aprender a contar*, n.260, p.23-5.

HIDRELÉTRICAS

COMISSÃO NACIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS. *Carta de Brasília*, n.257, p.33.

SIQUEIRA, Ruben Alfredo de. *Barragem de Sobradinho*: interminável via-sacra, n.257, p.16-9.

IGREJAS

DIAS, Zwinglio Mota. *"Esperando contra toda esperança..."*, n.260, p.43-4.

MEIO AMBIENTE

DAVIDOFF C. CRUZ, Paulo. *A crise financeira e a conversão da dívida externa em ecologia*, n.257, p.40-1.

PEREIRA, Maurício Broinizi. *Os trabalhadores e o meio ambiente*, n.259, p.18-20.

MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL

MERCADANTE OLIVA, Aloízio. *A economia do século XXI e o movimento sindical*, n.259, p.5-9.

MOVIMENTOS POPULARES

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *Rio de Janeiro*: esforço contra a desigualdade, n.255, p.27-30.

CITELI, Maria Teresa. *Sinal aberto à participação*, n.256, p.15-8.

MARICATO, Ermínia. *"As políticas urbanas só mudarão com a participação popular"*: entrevista a Bernardete Toneto, n.255, p.12-5.

VIEIRA, Eduardo Nunes. *Porto Alegre*: Favelas e soluções, n.255, p.21-2.

MULHER

ALTMANN, Lori. *Êxodo*: a força simbólica das mulheres, n.256, p.48-50.

ÁVILA, Maria Betania de Melo. *Direitos reprodutivos e cidadania*, n.256, p.5-9.

BALCÃO, Nilde. *Movimento de mulheres perde duas companheiras*, n.256, p.22.

CARVALHO, Suely & RIBEIRO, Djanira. *"Nascer de forma mais humanizada"*: entrevista a Márcia Larangeira/SOS Corpo, n.256, p.28-30.

CARNEIRO, Fernanda. *Rompendo o cativeiro do trabalho*, n.256, p.10-4.

CITELI, Maria Teresa. *Sinal aberto à participação*, n.256, p.15-8.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. *Gênero e raça*: um desafio para o sindicalismo dos anos 90, n.259, p.23-5.

JARSCHEL, Haidi. *Aborto*: entre a fome e o desejo, n.256, p.37-9.

MELLO, Fátima Vianna. *Esterilização*: solução para a pobreza, n.256, p.31-3.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de: SILVA, Hilda Rodrigues da: CARDOSO, Josefa Ferreira: NASCIMENTO, Maria da Penha do & LEITE, Maria Soledade. *A saúde a partir do corpo*, n.256, p.19-22.

REIS, Ana Regina Gomes dos. *Os esquerdos da procriação*, n.256, p.22-7.

WERNECK, Jurema Pinto. *Esterilização voluntária*, n.256, p.34-6.

ONGs

NOVAES, Regina. *Questão agrária, hoje?* n.257, p.5-9.

PASTORAL

COELHO, Antônio Salvador. *Pastoral ecumênica do adolescente e da criança*: meninas e meninos unem as Igrejas, n.258, p.29-31.

FERRARO, Benedito. *Dificuldades e desafios da pastoral na cidade*, n.255, p.36-8.

IULIANELLI, Jorge Atilio Silva. *Luzes e sombras de um formigueiro*, n.255, p.39-40.

PENTECOSTALISMO

BITTENCOURT FILHO, José. *Remédio amargo*, n.259, p.31-4.

POLÍTICA

AZEVEDO, Maria Thereza. *Saúde em Ipatinga*: um desafio para a participação popular, n.260, p.27-9.

BERNARDES, Cristina Retroz. *A fé e o poder*, n.255, p.41-3.

CAMARGO, José Márcio. *O estado do desenvolvimento no Brasil*: "A década perdida", n.257, p.37-9.

CAPISTRANO COSTA FILHO, Davi. *A saúde não pode obedecer às regras de mercado*: entrevista a Antônio Eleilson Leite, n.260, p.33-6.

COMISSÃO NACIONAL DE TRABALHADORES ATINGIDOS POR BARRAGENS. *Carta de Brasília*, n.257, p.33.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *Questão agrária no governo Collor*, n.257, p.32.

CUT. Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais. *Um governo cinzento*, n.257, p.30.

HERINGER, Rosana & PEREIRA JÚNIOR, Almir. *O governo Collor e os direitos das crianças e adolescentes*, n.258, p.14-7.

MALUF, Renato Sérgio. *Modernização, mercado e abastecimento alimentar*, n.257, p.10-3.

MOVIMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *As lutas no campo*, n.257, p.31-2.

OLIVEIRA JÚNIOR, Mozart de: JAEGER, Maria Luiza: CARVALHO, Gilson & LEÃO, Edmilson. *Financiamento da saúde no Brasil*: Quem paga a conta e quem se apropria dos recursos, n.260, p.14-7.

AS ORGANIZAÇÕES de trabalhadores rurais frente às políticas de Collor para o campo, n.257, p.30-3.

PEREIRA JÚNIOR, Almir. *Vazio de informações*, n.258, p.15.

RIBEIRO, Mariska. *Saúde pública*: políticas descartáveis, n.260, p.18-20.

SADER, Emir. *O estatal, o privado e o público*, n.260, p.37-9.

VIANNA, Aurélio. *Planejamento e políticas públicas*: "A profecia que se cumpre por si mesma", n.257, p.14-5.

POVOS INDÍGENAS

ALBERT, Bruce. *O corpo é uma bola de cristal para se ler o estado da sociedade e do mundo*: entrevista, n.260, p.25-6.

CEDI. Programa "Povos Indígenas no Brasil". *Suicídio dos Guarani*: mesmas causas, interpretações diferentes, n.258, p.36.

GRUMBERG, Georg. *Os Guarani Kaiowá no Brasil e os Pai-Tavyterã no Paraguai*: o mesmo povo em dois países, n.258, p.33.

_____. *Por que os Guarani Kaiowá estão se matando?* n.258, p.32-7.

VARGA, István Van Deursen. *Histórias que os médicos deviam aprender a contar*, n.260, p.23-5.

PROTESTANTISMO

BRAKEMEIER, Gottfried. *500 anos de colonização*: perspectiva de uma Igreja de imigração, n.258, p.41-3.

WVOJAHN, Ellemar & BEHS, Edelberto. *Apoio luterano à resistência*, n.257, p.34-6.

QUESTÃO AGRÁRIA

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *Questão agrária no governo Collor*, n.257, p.32.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS. *O CNS e a questão agrária*, n.257, p.31.

CORADINI, Odaci Luiz. *As políticas de saúde e previdência social rural*, n.257, p.20-3.
MALUF, Renato Sérgio. *Modernização, mercado e abastecimento alimentar*, n.257, p.10-3.
MOVIMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *As lutas no campo*, n.257, p.31-2.
NOVAES, Regina. *Questão agrária, hoje?* n.257, p.5-9.
AS ORGANIZAÇÕES de trabalhadores rurais frente às políticas de Collor para o campo, n.257, p.30-3.
REZENDE, Ricardo, padre. *O sindicato na mira do poder local*: entrevista a Neide Esterci, José Roberto Novaes e Clara Evangelista, n.257, p.27-9.
SIQUEIRA, Ruben Alfredo de. *Barragem de Sobradinho*: interminável via-sacra, n.257, p.16-9.
VIANNA, Aurélio. *Planejamento e políticas públicas*: "A profecia que se cumpre por si mesma", n.257, p.14-5.
WVOJAHN, Ellemar & BEHS, Edelberto. *Apoio luterano à resistência*, n.257, p.34-6.

REFORMA AGRÁRIA
PAULA, Elder Andrade de. *Os seringueiros e a reforma agrária*, n.257, p.24-6.

SAÚDE
ALBERT, Bruce. *O corpo é uma bola de cristal para se ler o estado da sociedade e do mundo*: entrevista, n.260, p.25-6.
ÁVILA, Maria Betania de Melo. *Direitos reprodutivos e cidadania*, n.256, p.5-9.
AZEVEDO, Maria Thereza. *Saúde em Ipatinga*: um desafio para a participação popular, n.260, p.27-9.
CAPISTRANO COSTA FILHO, Davi. *A saúde não pode obedecer às regras de mercado*: entrevista a Antônio Eleilson Leite, n.260, p.33-6.
CARVALHO, Suely & RIBEIRO, Djanira. *"Nascer de forma mais humanizada"*: entrevista a Márcia Larangeira/SOS Corpo, n.256, p.28-30.
CITELI, Maria Teresa. *Sinal aberto à participação*, n.256, p.15-8.
CORADINI, Odaci Luiz. *As políticas de saúde e previdência social rural*, n.257, p.20-3.
DAL MORO, Selina M. *Religiosidade e saúde pública*, n.260, p.30-2.
DRUMMOND, Jocélio & BARBOSA, Rosana Machin. *Saúde no trabalho*, n.259, p.21-2.
FLEURY, Sônia. *9a. Conferência Nacional de Saúde*: uma análise de riscos, n.260, p.12-3.
JARSCHEL, Haidi. *Aborto*: entre a fome e o desejo, n.256, p.37-9.
MELLO, Fátima Vianna. *Esterilização*: solução para a pobreza, n.256, p.31-3.
OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de: SILVA, Hilda Rodrigues da: CARDOSO, Josefa Ferreira: NASCIMENTO, Maria da Penha do & LEITE, Maria Soledade. *A saúde a partir do corpo*, n.256, p.19-22.
OLIVEIRA, Marcelo. *Medicina e ideologia*: uma abordagem ético-política, n.260, p.8-11.
OLIVEIRA JÚNIOR, Mozart de: JAEGER, Maria Luiza: CARVALHO, Gilson & LEÃO, Edmilson. *Financiamento da saúde no Brasil*: Quem paga a conta e quem se apropria dos recursos, n.260, p.14-7.
REIS, Ana Regina Gomes dos. *Os esquerdos da procriação*, n.256, p.22-7.
RIBEIRO, Mariska. *Saúde pública*: políticas descartáveis, n.260, p.18-20.
ROSA, Miriam Suzete de Oliveira. *Colegiados de saúde e participação popular*, n.260, p.21-2.
SABROZA, Paulo Chagastelles. *Epidemias*: doenças antigas e novos processos, n.260, p.5-7.
VARGA, István Van Deursen. *Histórias que os médicos deviam aprender a contar*, n.260, p.23-5.
WERNECK, Jurema Pinto. *Esterilização voluntária*, n.256, p.34-6.

SERINGUEIROS
CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS. *O CNS e a questão agrária*, n.257, p.31.
PAULA, Elder Andrade de. *Os seringueiros e a reforma agrária*, n.257, p.24-6.

SINDICALISMO
DELGADO, Maria Berenice Godinho. *Gênero e raça*: um desafio para o sindicalismo dos anos 90, n.259, p.23-5.
DRUMMOND, Jocélio & BARBOSA, Rosana Machin. *Saúde no trabalho*, n.259, p.21-2.
GHANEM, Elie. *Trabalhadores em educação*, n.259, p.26-8.
NEGRO, Antonio Luigi. *Negociar é preciso?* n.259, p.10-3.
PEREIRA, Maurício Broinizi. *Os trabalhadores e o meio ambiente*, n.259, p.18-20.

SINDICALISMO RURAL
CUT. Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais. *Um governo cinzento*, n.257, p.30.
NOVAES, José Roberto Pereira. *Disputa sindical no campo*: quem fica com a Contag? n.259, p.14-7.
REZENDE, Ricardo, padre. *O sindicato na mira do poder local*: entrevista a Neide Esterci, José Roberto Novaes e Clara Evangelista, n.257, p.27-9.

SOLIDARIEDADE
VIEIRA, Beatriz de Moraes & IORIO, Maria Cecilia. *"Um dia a morte chega"*, n.255, p.44.

TEOLOGIA
ALVES, Rubem. *Entre o martelo e a bigorna*, n.257, p.42-3.
_____. *O demo, professor de lógica*, n.259, p.35-6.
_____. *O terror do espelho*, n.258, p.44-5.
GEBARA, Ivone. *O divino desconhecido*, n.257, p.44.

TRABALHO
BARROS, Jorge. *O sindicalismo e o trabalho de crianças e adolescentes*, n.258, p.18-9.
CARNEIRO, Fernanda. *Rompendo o cativeiro do trabalho*, n.256, p.10-4.
MAAR, Wolfgang Leo. *Viva o trabalho vivo!* n.260, p.40-2.

URBANISMO
CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *Rio de Janeiro*: esforço contra a desigualdade, n.255, p.27-30.
CECHIN, Antônio. *Porto Alegre*: Párias da civilização urbana?(sobre os catadores de lixo), n.255, p.16-20.
DE TONI, Jáckson S. *Porto Alegre*: o coletivo na linha, n.255, p.23-6.
LAJOLO, Tereza. *São Paulo*: na catraca da municipalização, n.255, p.33-5.
MACEDO, Carmen Cinira. *Luzes da cidade*, n.255, p.5-7.
MALTA, Cândido. *O controle do espaço*, n.255, p.8-11.
MARICATO, Ermínia. *"As políticas urbanas só mudarão com a participação popular"*: entrevista a Bernardete Toneto, n.255, p.12-5.
ROTHE, Rosa Marga. *Belém*: uma capital, duas realidades, n.255, p.31-2.
VIEIRA, Eduardo Nunes. *Porto Alegre*: Favelas e soluções, n.255, p.21-2.

VIOLÊNCIA
REZENDE, Ricardo, padre. *O sindicato na mira do poder local*: entrevista a Neide Esterci, José Roberto Novaes e Clara Evangelista, n.257, p.27-9.
VIEIRA, Beatriz de Moraes & IORIO, Maria Cecilia. *"Um dia a morte chega"*, n.255, p.44.

RESENHAS
ALTOÉ, Sônia. *Infâncias perdidas*: o cotidiano nos internatos-prisão. Rio de Janeiro, Xenon, 1990. 271 p. n.258, p.51.
CEDI. Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário". *Camuflagem e transparência*. São Paulo, CUT, 1991. 44 p. n.256, p.51.
CUT. Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais. *Mulheres trabalhadoras rurais:* participação e luta sindical. São Paulo, CUT, 1991. 58 p. n.257, p.50.
MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989. 216 p. n.257, p.51.
Negociação e contrato coletivo de trabalho: revista do Programa de Formação Sindical do Instituto Cajamar. São Paulo, Instituto Cajamar/Brasil Urgente, 1(1), 94 p., jun. 1991. n.259, p.43.
SCHILLING, Paulo R.: WALDMAN, Maurício & DAVIDOFF C. CRUZ, Paulo. *Conversão da dívida e meio ambiente*. São Paulo, CEDI/Global, 1991. 95 p. (Série Dívida Externa, 2). n.260, p.55.
TRANSPORTE coletivo: a experiência de Porto Alegre. São Paulo, CEDI, 1990. 64 p. n.255, p.47.